UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

Contextos de Nestor Duarte - Política, Sociologia e Direito

Diego Rafael Ambrosini

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Ricupero

São Paulo
2011
VERSÃO CORRIGIDA

RESUMO

Nas páginas de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), Nestor Duarte dialoga com vários dos ensaios de “interpretação do Brasil” publicados ao longo dos anos trinta. Neste trabalho destacarei três das questões abordadas pelo autor, contrastando sua análise com as posições adotadas por outros participantes do debate daquela década. Eis os pontos examinados: i) seu diagnóstico crítico da permanência de uma lógica “privatista” na formação histórica da organização social brasileira; ii) sua proposta normativa do Estado como dimensão pública de convivência; e iii) sua defesa da democracia como processo preferencial de pedagogia política. Dessas teses de Duarte emerge uma ácida crítica do regime “forte e centralizado” do Estado Novo, em claro antagonismo com o proposto, por exemplo, por um pensador como Oliveira Vianna.

Palavras-chave: Nestor Duarte, Intérpretes do Brasil, Sociedade, Estado e Democracia.

ABSTRACT

In the pages of his book *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), Nestor Duarte establishes a dialog with many of the so called “interpretations of Brazil” essays, published during the 1930’s. In the present work, I have selected three questions dealt by Duarte in his essay, and tried to contrast them with positions preferred by other authors of the period. The points examined are: i) his critical diagnosis of the permanence of a “privatist” logic in the historical formation of brazilian social organization; ii) his normative proposal of a State understood as a public or communal dimension; e iii) his defence of democracy as a process of political pedagogy. From Duarte’s thesis emerges a acid critique of the “strong and centralized” State of the Estado Novo regime, in clear opposition with the proposals of a writer such as Oliveira Vianna, for instance.

Keywords: Nestor Duarte, Interpreters of Brazil, Society, State, Democracy.

ÍNDICE

Agradecimentos	4
I. Introdução – Nestor Duarte e o cânone do Pensamento Brasileiro	5
II. Biografia, História, Política – Um percurso do século XX	13
<i>Método biográfico e imaginação sociológica. Primeiros anos: do sertão ao litoral. Década de 1920: bacharel, jornalista, professor, deputado. De 1930 a 1945: idas e vindas na política e na academia.</i>	
III. O Ensaísta – Nestor Duarte entre os “ intérpretes do Brasil”	54
<i>O ensaio como forma de pensar o Brasil. Leituras e releituras de um debate. O diagnóstico histórico: nossa Ordem Privada. A “ Organização Política Nacional”: o Estado como comunidade política. A democracia como processo preferencial de pedagogia política. Prognósticos: o problema político brasileiro e perspectivas de solução.</i>	
IV. O Jurista – Debatendo o Direito, o Estado e a Sociedade	95
<i>O concurso para a cadeira de Introdução à Ciência do Direito na década de 1930. A propedêutica jurídica no Brasil: trajetória histórica. A Faculdade Livre de Direito da Bahia e o “ sociologismo jurídico”. Epistemologia do Direito: “ atitude metafísica” e “ atitude positivo-experimental”. Ontologia do Direito: Direito Natural e Direito Positivo. O Direito como fato social. As relações entre o Direito e o poder político. O Estado de Direito: disciplina por coordenação ou por subordinação?</i>	
V. Palavras Finais	135
Bibliografia	139

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste texto, como quase todo labor intelectual, foi uma empreitada bastante solitária. Nestor Duarte, meu principal companheiro nessa jornada atribulada, certa vez disse que “o livro, como o filho, se faz em segredo”. Apesar disto, eu não poderia deixar de registrar meus agradecimentos àqueles que, de alguma maneira, foram importantes para a sua realização.

Sou grato a meus pais, Licia e Jorge, que mesmo estando longe, foram grandes incentivadores desde o início e souberam cobrar empenho quando necessário.

Ana Montoia, minha querida sogra, foi um porto seguro no agitado oceano das questões da Política, a maior parte do tempo, e muito especialmente quando me acolheu em um dos momentos críticos da redação desse trabalho.

Minha querida Juliana foi responsável por tornar o passar dos dias mais alegre ao longo desses anos, e mais suportável na fase final.

Dentre os amigos, gostaria de nomear três, que sempre foram meus interlocutores intelectuais, ainda que muitas vezes tenhamos nos afastado em demasia: Walter Mesquita Hupsel, Douglas Guimarães Leite e Demétrio Gaspari Cirne de Toledo.

No Departamento de Ciência Política, não há como deixar de registrar meu profundo agradecimento a Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*), meu orientador no mestrado e durante boa parte do doutorado, que nos deixou tão triste e repentinamente. Se Gildo não tivesse depositado confiança em mim há quase dez anos, quando cheguei ao DCP vindo de outra área do conhecimento, de outra universidade, de outra região do país, minha vida certamente seria diferente, agora.

Agradeço também a Bernardo Ricupero, que me acolheu institucionalmente depois do falecimento de Gildo, assim como a todos os demais membros do Projeto Temático Fapesp *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, do qual fiz parte ao longo dos últimos anos (prefiro não citar nomes aqui, para não cometer injustiças esquecendo alguém). A troca de conhecimentos e experiências foi essencial em muitos momentos.

Por fim, preciso reconhecer que sem o auxílio financeiro da CAPES, este pequeno volume que o leitor tem em mãos não existiria.

I. Introdução – Nestor Duarte e o cânone do Pensamento Brasileiro

Nas últimas duas ou três décadas, acumulou-se uma vasta literatura crítica na área de pesquisa que ficou conhecida como *Pensamento Político e Social Brasileiro*. Localizado em uma zona fronteira para a qual confluem diversas das disciplinas do campo das ditas “humanidades” (como a Política, a Sociologia, a História, a Antropologia e a Filosofia, etc.), o estudo do *Pensamento Brasileiro* tem por objeto, ao menos na maior parte de seus esforços, aquelas obras e autores reunidos no cânone das chamadas “interpretações do Brasil”, características de um período sabidamente fértil de nossa história intelectual, tal como foi o ciclo ensaístico das décadas de 1920 e 1930. O livro *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*¹, de autoria do jurista e político baiano Nestor Duarte, é por muitos considerado, ao lado de congêneres como Francisco José de Oliveira Vianna (*Populações Meridionais do Brasil* e *O Idealismo da Constituição*), Gilberto Freyre (*Casa Grande & Senzala, Sobrados e Mucambos*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*), Caio Prado Júnior (*Evolução Política do Brasil*), Paulo Prado (*Retrato do Brasil*) e Azevedo Amaral (*O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*) – e a listagem poderia prosseguir sem maiores dificuldades – um dos grandes clássicos de nossa literatura sócio-histórico-política desse período. Porém, apesar de freqüentemente incluída nesse cânone, a obra de Nestor Duarte ainda se ressentia da inexistência de um estudo monográfico mais aprofundado, munido do ferramental teórico-analítico acumulado nos anos de institucionalização acadêmica das ciências humanas em nosso país.

¹ 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. A primeira edição é de 1939. Há, ainda, uma 3ª edição, mais recente (Brasília: Ministério da Justiça, 1997).

O historiador José Murilo de Carvalho é um dos que vêm chamando a atenção para essa lacuna, como fez no estudo introdutório que escreveu para a reedição de *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna². Do mesmo modo, o cientista político Adrián Gurza Lavalle, em trabalho sobre a conformação da noção de *ethos* público no pensamento brasileiro, notou que a obra de Duarte está “submetida a estranho esquecimento”³. Já o também cientista político Luiz Guilherme Piva, observou que “Nestor Duarte é o menos discutido dos nossos autores. Nem mesmo aparece na maioria dos manuais sobre o pensamento político brasileiro”⁴. O trabalho de Piva, aliás, é um dos poucos publicados em anos recentes a oferecer uma leitura mais detida de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, mas faz isso apenas na moldura do quadro analítico que procura montar, colocando Duarte ao lado de mais três importantes autores do período, o que parece estar longe de ser suficiente para sanar a lacuna interpretativa que ele próprio afirma existir acerca do autor e de sua obra. Mesmo nos programas de pós-graduação, apenas algumas poucas pesquisas recentes, ainda não publicadas em livro, se ocuparam de Duarte⁵.

Essa é uma lacuna que ainda cumpre preencher, portanto. Até o momento, o mais comum é encontrarmos o nome de Nestor Duarte sendo citado *en passant* como um dos principais adeptos da tese da organização “feudal” da sociedade brasileira, um autor que enxergaria esta última sempre marcada pela constância do “espírito privatista” e pelo insuficiente estabelecimento do Estado, e que, por isso, é geralmente contraposto ao Raymundo Faoro de *Os Donos do Poder*. Parece haver, aliás, na literatura especializada,

² Em: Silviano Santiago (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000, p. 899.

³ Adrián Gurza Lavalle. *Vida Pública e Identidade Nacional – Leituras Brasileiras*. São Paulo: Editora Globo, 2004, p. 98.

⁴ Luiz Guilherme Piva. *Ladrilheiros e Semeadores – A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 – 1940)*. São Paulo: Editora 34 e Departamento de Ciência Política da USP, 2000, p. 277.

⁵ Osmir Dombrowski. *Reforma Agrária no Brasil – primeiros projetos (1945 – 1955)*. Dissertação de mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998; Giselle Laguardia Valente. *Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004; Matheus Silveira Lima. *Raízes do pensamento político de Nestor Duarte: um estudo da ordem privada*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, 2004; Rafael Gomes. *O Privatismo e a Ordem Privada – A Leitura do Brasil na Sociologia Política de Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2007; e Rogério dos Santos França. *Representação do Sertanejo e Idéia de Brasil Moderno em Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

certa naturalização dessa oposição Duarte-Faoro⁶. Ainda que tal antagonismo possa estar, em linhas gerais, correto, parece-nos inegável seu caráter reducionista. Quando nada, porque o Estado de que fala Duarte não é o mesmo de Faoro, não é tão-somente um “estamento burocrático” parasitário da sociedade. Não é nem mesmo – ou, pelo menos, não apenas – um aparato institucional organizado e operante.

No conceito desenvolvido em *A Ordem Privada*, o Estado deve ser primordialmente entendido como o ente assegurador, por definição, da dimensão pública das relações sociais, um ente “cuja expressão mais própria e justa é o termo *res publica*, a coisa pública, que ele [o Estado] traduz e representa”⁷. É nesse sentido de “comunidade política”, portanto, que Duarte define o Estado, e é a partir desse pressuposto que ele monta sua crítica à tese, recorrente, da suposta necessidade de “centralização do poder” para a devida implantação operacional do Estado brasileiro (tese que está no núcleo da argumentação de Oliveira Vianna, por exemplo).

Portanto, se a conceitualização do Estado proposta por Duarte possui características que a afastam da imagem majoritariamente negativa esboçada por Faoro, nem por isso, como espero ter a oportunidade de demonstrar ao longo desse trabalho, ela se aproxima daquela oposta, de um Estado autoritário e tutelar da sociedade, saída da lavra de autores como Oliveira Vianna e outros, identificada por Bolívar Lamounier como uma “ideologia de Estado”⁸. Mas é importante anotar, desde já, que Duarte elabora essa sua definição do Estado *qua* espaço público com uma disposição claramente *normativa*: em outras palavras, seu Estado é antes um objetivo a ser alcançado do que algo que ele percebesse como tendo

⁶ Cf., dentre outros: Fernando Henrique Cardoso. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1975; Simon Schwartzman. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982; Ilmar Rohloff de Mattos. *O Tempo Saquarema – A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec e INL, 1987; Ângela de Castro Gomes e Marieta de Moraes Ferreira. “*Primeira República – um balanço historiográfico*”. Em: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 4. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989, pp. 244-280; José Murilo de Carvalho. “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*”. Em: *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, pp. 130-153; Luiz Carlos Bresser-Pereira. “*Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado*”. Em: _____, Jorge Wilhelm e Lourdes Sola (orgs.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo e Brasília: Unesp e Enap, 1999, pp. 67-116; Luiz Werneck Viana. “*Weber e a Interpretação do Brasil*”. Em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 53. São Paulo: Cebrap, 1999; Fábio Wanderley Reis. “*Brasil – Estado e Sociedade em Perspectiva*”. Em: _____. *Mercado e Utopia – Teoria Política e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2000.

⁷ Duarte, *A Ordem Privada*, p. 15.

⁸ Bolívar Lamounier. “*Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República – Uma Interpretação*”. Em: Boris Fausto (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano*. Vol. 2 – *Sociedade e Instituições*. São Paulo: Difel, 1977.

uma existência efetiva na realidade brasileira da época em que escreveu. Esta última, segundo seu diagnóstico, ainda estaria organizada a partir de outra lógica, distinta. Por isso, o cerne de sua “interpretação do Brasil” gira mesmo em torno da idéia de “ordem privada” e de outras que lhe são mais ou menos próximas, como as noções de “feudalismo”, de “familiarismo” e de “patriarcalismo” – enfim, de todo um “sistema de domínio a deformar a natureza do poder político”, para usar suas palavras⁹. Embora Duarte esteja longe de ser o único autor a perceber uma forte tendência à corrupção do *público* pelo *privado* na formação histórica do Estado e da sociedade brasileiros¹⁰, é de se notar o quanto esses fenômenos, em seu texto, assumem centralidade e uma conotação política bastante acentuada.

Além disso, é ainda a partir da noção de Estado como dimensão pública por excelência que Duarte funda sua defesa do “Estado democrático”, que ele enxerga como o de “poder educacional mais vivo e direto para interessar uma população [...] nos acontecimentos políticos e problemas de uma nação”¹¹. Seu ideal de pedagogia democrática – cumpre, aliás, acrescentar – é uma raridade em nossa historiografia política, em geral polarizada por vertentes de caráter “liberal-oligárquico” ou “autoritário-modernizador”, ambas pouco afeitas, para dizer o mínimo, à democracia enquanto sistema político. Bolívar Lamounier, por exemplo, em trabalho recente, observa que a democracia, na literatura política brasileira, quase sempre esteve submetida a um ceticismo mal-disfarçado, que ele chama de “discurso pirrônico”:

“desde seus primórdios, no século 19, a democracia representativa [no Brasil] foi questionada por políticos, intelectuais e jornalistas, que a viam como uma superestrutura importada, idéia fora do lugar, fruto do idealismo utópico da elite dirigente ou, pior que isso, cínico instrumento de dominação a serviço da classe latifundiária. Sutil e moderado em Machado de Assis e Sérgio Buarque de Holanda, caudaloso e violento em

⁹ Duarte, *op. cit.*, p. 124.

¹⁰ Sobre esse aspecto, cito Wanderley Guilherme dos Santos, em seu ensaio *A práxis liberal no Brasil*: “a temática da privatização do público, soberbamente inaugurada por José de Alencar, sobretudo em *A reforma Eleitoral* (1874), e retomada por Nestor Duarte em *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), teve continuidade em *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Vítor Nunes Leal, e constitui um dos tópicos mais relevantes das ciências sociais contemporâneas”. Em: *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998, p. 61. Ainda acerca do mesmo ponto, v. também as colocações de Adrián Gurza Lavalle, *op. cit.*, p. 21-22.

¹¹ Duarte, *op. cit.*, p. 107.

João Francisco Lisboa, Oliveira Vianna e tantos outros, o ‘discurso pirrônico’ permeia ainda hoje tanto a linguagem intelectual quanto a popular, podendo sem dúvida ser considerado como um dos traços mais importantes de nossa cultura política.”¹²

Nestor Duarte certamente não comparte desse “discurso pirrônico” sobre a democracia a que alude Lamounier. Pelo contrário, para ele a democracia é o “método social” (é sua a expressão) mais adequado para, superando a “herança negativa” de nossa formação colonial, construir efetivamente, no Brasil, um Estado que funcione como uma “*res publica*”, ou como instância garantidora da dimensão pública das relações sociais, políticas e econômicas em nosso país.

É curioso que, como veremos mais adiante, tanto Bolívar Lamounier quanto Wanderley Guilherme dos Santos, sem dúvida dois de nossos principais investigadores políticos, pouca atenção tenham dado a essa marcante presença de uma apologia democrática na obra de Nestor Duarte, especialmente em seu ensaio sobre *A Ordem Privada*. Não é que não a tenham notado, mas ambos preferem concentrar o foco de seus comentários sobre o diagnóstico da hipertrofia da “ordem privada” e da relativa fragilidade ou inexistência do Estado nacional no Brasil, e deixam um pouco de lado a contundente defesa da democracia como “regime político” e como “concepção cultural” da vida em sociedade que é característica do pensamento de Duarte¹³. Em contrapartida, as leituras mais recentes da obra do autor, feitas no âmbito dos programas de pós-graduação durante as décadas de 1990 e 2000, em geral dão amplo destaque ao caráter essencialmente democrático das postulações de Duarte.

Acredito que a circunstância de estarem, Wanderley e Bolívar, pesquisando e escrevendo no final da década de 1970, ainda com o país vivendo sob o regime de exceção dos governos militares, pesou para que ambos estivessem mais preocupados em compreender as fundações teóricas da cultura autoritária que caracterizou boa parte de nossa história política, e por isso se voltassem inicialmente para os trabalhos de autores

¹² Bolívar Lamounier. *Da Independência a Lula – Dois Séculos de Política Brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005, p. 15.

¹³ V. Bolívar Lamounier. “A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico”. Em: _____ (org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982, p. 413; e “Paradigma e História – a Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira”. Em: _____. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, p. 48.

como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, dentre outros. Nesse quadro, a peroração democrática de Duarte permaneceu um tanto ofuscada, na sombra, até poder ser revista com mais clareza a partir das pesquisas realizadas nos anos 1990 e 2000. No caso de Lamounier, surpreende particularmente a falta de olho para a ênfase democrática dos escritos de Duarte, uma vez que a argumentação do jurista baiano, se levada em conta, poderia fornecer grandes subsídios para apoiar algumas das principais noções que Lamounier vem incluindo em seu inventário teórico nas últimas décadas, tais como a importância atribuída a certos “formalismos” da representação político-institucional, a idéia de processo envolvida no conceito de “construção ou *crafting* institucional” e a compreensão de que o Estado possui dimensões “*hardware*” e “*software*”, ambas igualmente importantes para a estabilização de sua autoridade¹⁴.

Advogado, jurista e professor da Faculdade Livre de Direito da Bahia, romancista, político (deputado estadual e federal em várias legislaturas), sempre ligado a plataformas tão polêmicas quanto progressistas, como a reforma agrária, o anti-clericalismo e o divórcio, a biografia de Nestor Duarte é rica e variada. Como vários outros de sua geração, ele foi um escritor multi-facetado, um polígrafo, capaz de passear com propriedade por diversos campos do fazer intelectual. Além do ensaio *A Ordem Privada*, publicou ainda uma tese e alguns artigos esparsos sobre teoria geral do Direito¹⁵, três romances¹⁶, além de textos “de combate”, frutos de sua atuação como político profissional (artigos de jornal,

¹⁴ Cf. Bolívar Lamounier. “*Representação Política – A Importância de Certos Formalismos*”. Em: _____, Francisco Weffort e Maria Victória Benevides (orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981; “*Ruy Barbosa e a Construção Institucional da Democracia Brasileira*”. Em: _____. *Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999; e *Da Independência a Lula*, já citado.

¹⁵ *Direito – Noção e Norma*. Tese de Concurso na Faculdade de Direito da Bahia. Bahia: Oficinas Dois Mundos, 1933; “*Os Fundamentos Morais da Ordem Jurídica Atual*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 9, 1934; “*A Lei no Conceito de Duguit*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 10, 1935; “*Os Fundamentos do Direito Natural e as Direções do Positivismo Jurídico*”. Conferência. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 16, 1941. Também em: *Separata da Revista Fórum do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia*. Salvador: Tipografia Naval, 1942; “*Ruy e o Processo Cultural Democrático*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 19, 1944; “*O Princípio da Igualdade perante a Lei*”. Em: *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. 28, 1953. Também em: *Revista Forense*, vol. 156, ano 51, fascículos 617 e 618. Novembro-Dezembro de 1954.

¹⁶ *Gado Humano*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1998.; *Tempos Temerários*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 2ª edição. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2008; *Cavalo de Deus*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1968.

discursos parlamentares, projetos legislativos, etc.)¹⁷. Apesar dessa variedade nos formatos textuais utilizados pelo autor, creio ser possível encontrar certas permanências em sua obra, na medida em que toda ela gira, de um modo ou de outro, em torno de uma reflexão sobre a política, suas principais problemáticas e seu cânone de autores e obras de referência – e, principalmente, sobre a realidade sócio-política brasileira.

Nos três capítulos em que se divide este trabalho, pretendo abordar os principais aspectos do pensamento político, social e jurídico de Nestor Duarte, contribuindo, espero, para enriquecer a compreensão de sua obra e alargar o espectro de suas possíveis aproximações ou distanciamentos em relação a outros autores importantes do cânone do pensamento político e social brasileiro, em especial seus contemporâneos da década de 1930, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, dentre outros. Com isso, espero emprestar uma maior complexidade às leituras redutoras a que já me referi antes, que enxergam Duarte apenas como o “feudalista” contraposto a Faoro, ou como o teórico da “ordem privada” e do Estado incipiente, que é, por isso, às vezes vinculado a Oliveira Vianna e demais “autoritários”.

No primeiro desses capítulos, tento reconstruir a trajetória biográfica de Nestor Duarte, procurando relacioná-la com o contexto histórico e social mais amplo no qual ele estava inserido. Para tanto, busquei apoio teórico no entendimento de que o esforço de contextualização é condição necessária, ainda que não absoluta, para compreender um determinado legado intelectual. Desse modo, acompanharemos as movimentações de Duarte desde sua infância no interior da Bahia (que está na origem de sua importante relação afetiva e compreensiva com o “sertão” do país), passando por sua juventude em Salvador, pela formação acadêmica na Faculdade de Direito da Bahia, e por sua posterior adesão à carreira docente, ao jornalismo e à política partidária, em especial no que toca à sua oposição ao regime que se instala no país depois da Revolução de 1930 e com o golpe

¹⁷ “Sobre a Concentração Autonomista e o governo de Juracy Magalhães” (1936), “Os Direitos Sociais na Constituição Federal de Julho de 1934” (1937), “Discurso de apresentação do anteprojeto sobre o sistema educacional do Estado da Bahia” (1937), “Protesto contra a condenação de João Mangabeira pelo Tribunal de Segurança Nacional” (1937), “A Distribuição de Classes e Raças na Bahia” (1941), “Discurso na passagem do féretro de José Joaquim Seabra pela Rua da Misericórdia” (1942), todos republicados em Waldir Freitas de Oliveira. *Nestor Duarte – Inquietação e Rebeldia – Uma Biografia Crítica*. Salvador: Instituto Advogado Gonçalo Porto de Souza, 2004; “Disciplina por Subordinação e Disciplina por Coordenação”. Em: *Revista Seiva*, ano 1, n. 2, janeiro de 1939; e *A Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

do Estado Novo. O foco da narrativa, aqui, além de se concentrar no âmbito regional baiano, não ultrapassará o período que vai até 1945, durante o qual o autor escreveu as obras que serão analisadas nos dois capítulos seguintes.

Em seguida, temos um capítulo quase que inteiramente dedicado ao ensaio sociológico-históriográfico publicado por Duarte em 1939, seu livro mais famoso, sua “interpretação do Brasil”: *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Aqui, depois de uma introdução mais geral, em que discuto o “ensaio como forma” de conhecer e compreender a realidade brasileira dos anos 1930, procuro destacar as principais contribuições teóricas de Duarte ao debate daquela década, como seu diagnóstico crítico da permanência de uma lógica “privatista” na formação histórica da sociedade brasileira, sua defesa normativa do Estado como “*res publica*”, ou como espaço público de convivência entre seus integrantes, e sua apologia da democracia como processo preferencial de pedagogia política. Dessas teses de Duarte emerge uma ácida crítica do regime “forte e centralizado” do regime instalado em 1937, em claro antagonismo com o proposto, por exemplo, por um pensador como Oliveira Vianna, que acredito ser importante destacar.

Por fim, no último capítulo, ofereço um panorama dos (relativamente) poucos visitados textos jurídicos de Nestor Duarte, que incluem sua tese de concurso, escrita em 1933 para concorrer à recém-criada cadeira de *Introdução à Ciência do Direito*, além de uma série de artigos publicados em periódicos especializados ao longo dos anos. A reflexão de Duarte, nesse particular, insere-se no horizonte das discussões travadas pelos juristas brasileiros do período, que comportam questões sobre a epistemologia do Direito, informada pela superação da metafísica e pela cristalização do positivismo em nossa cultura jurídica, e sobre a ontologia do fenômeno jurídico, em meio ao debate acerca das relações entre o Direito Natural e o Direito Positivo. Ademais, uma vez que a atuação acadêmica de Duarte se deu no âmbito do chamado Direito Público, seus textos jurídicos muitas vezes se aproximam da reflexão política e, portanto, nos oferecem uma alentada análise das relações que forçosamente se estabelecem entre Direito, Sociedade e Estado, culminando com sua definição do “Estado democrático de Direito”, que o autor preconiza como o melhor regime de organização política para auxiliar o país a se estabilizar no rumo da efetiva “modernização” social e política.

Prossigamos, pois.

II. Biografia, História e Política – Um percurso do século XX

“Nossa época é sobretudo este século, século XX tão vivido, tão definido, ainda que inacabado. É tempo de começar a julgá-lo, pelo que valha, para entender nosso próprio papel e destino, apagado ou não, no curso das coisas humanas.”

Nestor Duarte,
Discurso de Posse na Academia de Letras da Bahia
(1966)

Método biográfico e imaginação sociológica

Luís Viana Filho (1908 - 1990), político e intelectual baiano que se tornou um dos mais conhecidos biógrafos brasileiros de meados do século XX, procurou refletir a respeito do gênero biográfico em seu pequeno ensaio *A Verdade na Biografia*, de 1945. Nele, ao tratar da polêmica sobre a validade científica da biografia, Viana Filho valeu-se de um argumento do historiador e filósofo italiano Benedetto Croce, que certa feita teria afirmado: “não preciso recorrer à ciência e ao raciocínio para saber que nasci em tal ano e em tal lugar, conforme atesta a minha certidão de nascimento. E, se não o soubesse, em vão bateria à porta da ciência, que me poderia dizer o que é nascer, o que é o lugar, e o que é o tempo, mas nada me informaria sobre o conhecimento individual, a coisa única que eu desejaria nesse caso”. Para o contemporâneo e conterrâneo de Nestor Duarte, portanto, a biografia deveria ser encarada tão somente como um “gênero cujo escopo, em última análise, é estudar e narrar os fatos da existência de alguém”¹⁸.

¹⁸ Luís Viana Filho. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945, p. 23-24. A citação de Croce teria sido retirada do artigo “*La Storia Considerata come Scienza*”, publicado na *Revista Italiana de Sociologia*, ano VI, fasc. II-III. Filho de Luís Viana, governador da Bahia entre 1896 e 1900, foi ele próprio governador do estado (1967 - 1971). Autor de famosas biografias de Joaquim Nabuco e de Ruy Barbosa, dentre outras obras de pesquisa histórica, foi ainda membro da Academia Brasileira de Letras. Cf. Edivaldo M. Boaventura (org.). *Homenagem a Luiz Viana Filho*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

Ao longo de um século tão marcado pela busca “científica” do conhecimento generalizável e dos fundamentos estruturantes da ação social, o método biográfico foi, inúmeras vezes, alvo de críticas advindas dos diversos quadrantes das ciências humanas. Um de seus principais pontos frágeis, sem dúvida, gira em torno daquilo que Pierre Bourdieu chamou de “a ilusão biográfica”, ou a tentação de transformar os fatos e eventos componentes da vida de um determinado indivíduo em um todo dotado artificialmente – pelo trabalho do biógrafo – de certo sentido ou direção, como se a *trajetória de vida* de alguém já estivesse definida de antemão desde o seu nascimento. Bourdieu critica, assim, a tendência de encarar “o conjunto de acontecimentos de uma existência individual como uma história e como narrativa dessa história”, sem ter em conta o quanto esse processo é construído ao longo da própria passagem do tempo, e o quanto ele é função, ainda, das relações que se devem necessariamente estabelecer entre o “agente considerado [...] e o conjunto dos outros agentes engajados no mesmo campo e afrontados com o mesmo espaço de possibilidades”¹⁹.

Essas considerações de Bourdieu exerceram papel importante nos debates em torno do fazer biográfico que tiveram lugar em meados dos anos 1980, quando a biografia começou a recobrar importância no âmbito das pesquisas acadêmicas (deixando de ser cultivada apenas por jornalistas e romancistas), em especial na França. Alguns outros autores também chamaram a atenção para pontos similares: o sociólogo Jean-Claude Passeron, por exemplo, alertou contra o risco fabricar um excesso de sentido e de coerência, presente em qualquer tentativa biográfica²⁰, ao passo que o historiador italiano Giovanni Levi criticou a retórica historiográfica das biografias que tenderiam a reconstruir “uma cronologia ordenada, uma personalidade coerente e estável, ações sem inércia e decisões sem incertezas”²¹.

¹⁹ Pierre Bourdieu. “L’Illusion Biographique”. Em: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Volume 62, n. 1, 1986, p. 69-72. A tradução das passagens de Bourdieu é minha. No original, lê-se: “l’ensemble des événements d’une existence individuelle conçue comme une histoire et le récit de cette histoire” e “l’agent considéré [...] et l’ensemble des autres agents engagés dans le même champ et affrontés au même espace des possibles”. Em português, o mesmo artigo pode ser lido em _____. *Razões Práticas – sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.

²⁰ Jean-Claude Passeron. “Biographies, Flux, Itinéraires, Trajectoires”. Em: *Revue Française de Sociologie*, vol. 31, n. 1, Jan-Mar 1990, p. 3-22.

²¹ Giovanni Levi. “Les Usages de la Biographie”. Em: *Annales – Histories, Sciences Sociales*. Ano 44, n. 6, nov-dez 1989, p. 1325-1336. No original: “une chronologie ordonné, une personnalité cohérente et stable, des actions sans inertie et des décisions sans incertitudes”. Esse artigo de Levi foi publicado em português como

Levi, ao lado de outros pesquisadores vinculados à corrente da chamada “micro-história”, contribuiu para uma mudança de enfoque, mais voltado para descrever as práticas e estratégias através das quais os atores sociais biografados se movem na busca de seus objetivos ou projetos pessoais, atribuindo sentido às suas ações. A riqueza do esforço biográfico, para esses autores, está na possibilidade de estabelecer relações dinâmicas entre a (relativamente limitada) liberdade de ação dos indivíduos e a rede histórica de que ele participa. Em outras palavras: os seres individuais, embora personagens de seu tempo, de sua sociedade e de sua cultura, não devem ser encarados como meros elementos passivos ou objetos inertes, produtos de algum determinismo que os engloba e submete, mas sim como agentes que, através de sua ação e de sua biografia, são capazes de reinterpretar e, até certo ponto, transformar suas próprias circunstâncias²².

Outro historiador, o medievalista Jacques Le Goff, corrobora esse posicionamento metodológico. Na biografia que escreveu de São Luís, o rei francês do século XIII, Le Goff faz duas observações importantes. Primeiro, nota que seu personagem “constrói-se a si próprio e constrói sua época, tanto quanto é construído por ela. E essa construção é feita de acasos, hesitações, de escolhas”. E, em segundo lugar, afirma ainda que “o indivíduo não existe a não ser em uma rede de relações sociais diversificadas, e essa diversidade lhe permite também desenvolver seu jogo. O conhecimento da sociedade é necessário para ver nela se constituir e nela viver uma personagem individual”²³.

Em todo caso, é no capítulo de abertura do clássico *A Imaginação Sociológica*, de C. Wright Mills, que pode ser encontrada uma das mais contundentes defesas do método biográfico para a produção do conhecimento em ciências humanas. Dada a sua clareza e precisão, vale a pena citar por extenso a passagem de Mills:

“A imaginação sociológica capacita seu possuidor a compreender o cenário histórico mais amplo, em termos de seu significado para a vida íntima e para a carreira exterior de numerosos indivíduos. [... através

“Usos da Biografia” em Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

²² V. Giovanni Levi. “Sobre a micro-história”. Em: Peter Burke (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992. No mesmo diapasão, ver, ainda, a “Introdução” de Carlo Ginzburg a seu *O Queijo e os Vermes – o Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

²³ Jacques Le Goff. “Introdução”. Em: _____. *São Luís, uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999, p. 23 e 26.

dela,] chegamos a saber que todo indivíduo vive, de uma geração para a outra, em uma determinada sociedade; que vive uma biografia, e que a vive dentro de uma sequência histórica. E, pelo simples fato de viver, contribui, ainda que minimamente, para o condicionamento dessa sociedade e para o curso de sua história, ao mesmo tempo em que é condicionado por essa sociedade e por seu processo histórico. A imaginação sociológica nos permite apreender história e biografia e as relações entre as duas na sociedade. Essa é sua tarefa e sua promessa. Reconhecer essa tarefa e essa promessa é a marca do analista social clássico. [...] E é o sinal do que há de melhor em estudos contemporâneos do homem e da sociedade. Nenhum estudo social que não retorne aos problemas da biografia, da história e de suas interseções numa sociedade, completou sua jornada intelectual.”²⁴

É procurando ter em mente esses ensinamentos e preceitos que vamos acompanhar, nas páginas seguintes, os “fatos da existência” de Nestor Duarte, buscando relacioná-los com o contexto histórico e social mais amplo no qual ele estava inserido. Optamos por, nessa narrativa, não ultrapassar o ano de 1945, concentrando o foco no período durante o qual o autor escreveu as obras que serão analisadas nos dois capítulos seguintes: seu ensaio sócio-político, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), e sua produção de jurista e professor de Direito, publicada entre 1933 e 1944. Veremos, assim, suas movimentações desde a infância no interior da Bahia, passando pela juventude em Salvador, a formação acadêmica na Faculdade de Direito, sua posterior adesão à carreira docente, ao jornalismo e à política partidária, em especial no que toca à sua oposição ao regime que se instala no país depois da Revolução de 1930 e com o golpe do Estado Novo. Nesse esforço, além de nos utilizarmos da historiografia pertinente, nos valeremos também de diversos textos esparsos publicados por Duarte ao longo dos anos (principalmente na forma de artigos de jornais e de discursos parlamentares ou acadêmicos) e, ainda, de *memórias* escritas por alguns de seus companheiros de geração, que com ele conviveram ou o conheceram de perto²⁵.

²⁴ C. Wright Mills. “A Promessa”. Em: _____. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1965, p. 12 [a edição original é de 1959].

²⁵ A utilização de *memórias* – sempre prenhes de falhas, distorções e inversões – como fonte para a produção do conhecimento histórico já vem sendo objeto de muitas discussões teórico-metodológicas nos últimos anos, cujas recomendações é preciso ter também em conta. O sociólogo Michael Pollak, por exemplo, oferece algumas considerações sobre o assunto, que podem, bem guardadas as diferenças de contexto, nos ser úteis na empreitada. Diz ele: “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. [...] também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. [...] a memória é um

Nestor Duarte Guimarães nasceu em Caetité, pequena localidade do alto sertão baiano (a 757 km de Salvador), no dia 3 de fevereiro de 1902. Era o segundo filho de Francisco Duarte Guimarães e de Amélia Tavares Duarte Guimarães. Seu pai foi um bacharel formado na Faculdade de Direito de Recife (turma de 1891) que, depois de ter atuado por alguns anos como Promotor Público em Nazaré das Farinhas, cidade do Recôncavo onde conhecera e se casara com Amélia Tavares, mudou-se para Caetité em 1899, ao ser nomeado Juiz titular daquela comarca afastada²⁶. Nesses primeiros anos do século XX, Caetité provavelmente não diferia muito da cidade que havia sido descrita pelo engenheiro baiano Teodoro Sampaio ao passar pela região, pouco mais de vinte anos antes. Sampaio anotou então (1879), em seu diário de viagem, a impressão de que a cidade possuía um “aspecto de corte do sertão”, e de que ali vivia “uma boa e culta sociedade, [com] muita urbanidade e delicadeza na gente do lugar”. À época, o conhecido intelectual negro calculou que a cidade “devia ter por esse tempo seus oito mil habitantes, contando-se na freguesia para mais de 27 mil almas e 50 mil em toda a comarca”²⁷.

A fama de lugar onde sempre vigorou o culto à boa instrução e à cultura humanística faz parte da mitologia local de Caetité. Consta, por exemplo, que os naturalistas bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich von Martius já teriam registrado a existência de uma Aula Régia de Latim na região, ao passar por ali em sua viagem de exploração do interior brasileiro, na década de 1810²⁸. Mais tarde, uma das

fenômeno construído. [...] os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização”. Michel Pollak. *“Memória e Identidade Social”*. Em: *Estudos Históricos*. vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992, p. 200-212.

²⁶ Muito do que se segue está baseado na biografia do autor escrita por Waldir Freitas Oliveira. *Nestor Duarte – Inquietação e Rebeldia – Uma Biografia Crítica*. Salvador: Instituto Advogado Gonçalo Porto de Souza, 2004. Cf., ainda, os verbetes “Duarte, Nestor” do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*, organizado por Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Edição Digital. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1999; e “Nestor Duarte” de Antônio Loureiro de Souza. *Baianos Ilustres*. 3ª edição. São Paulo e Brasília: Ibrasa e INL, 1979.

²⁷ Teodoro Sampaio. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Organização de José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 220-221. [a 1ª edição em livro é de 1906]. De acordo com o último censo do IBGE (2000), Caetité possui, atualmente, cerca de 46 mil habitantes.

²⁸ J. B. Spix e C. F. von Martius. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1981. 2º Volume, p. 122-128.

primeiras Escolas Normais do interior baiano foi estabelecida na cidade, logo seguida pela Escola Americana, vinculada a uma missão presbiteriana, e pelo colégio jesuíta São Luiz Gonzaga. Era, sem dúvida, uma situação excepcional, em meio à rudeza de modos e de cultura que em geral grassava no alto sertão do país. Muitos são os “filhos ilustres” da cidade, dentre os quais se destacavam, entre o final do século XIX e início do século XX, os nomes de Aristides Spínola, César Zama e Joaquim Manoel Rodrigues Lima²⁹.

Apesar de pouco ter vivido em Caetité (uma promoção recebida pelo pai levou a família a mudar-se para a localidade de Areia, hoje chamada de Ubaíra, já em 1904), Nestor Duarte reteve ligações com a região e, depois de adulto, manteria ali sua base política mais forte, capaz de lhe garantir os votos necessários para ser eleito em dois mandatos de deputado estadual (1929-1930, ainda na República Velha, e 1935-1937, no interlúdio democrático de Getúlio). Para tanto, certamente ajudou o fato de que um dos principais chefes políticos locais, desde o começo do século, fosse Deocleciano Pires Teixeira, pai do também intelectual caetiteense Anísio Teixeira, que mais tarde se tornaria amigo fraternal e contraparente (por serem ambos casados com duas irmãs) de Nestor Duarte³⁰.

Em Areia, localizada já perto do litoral, às margens da Estrada de Ferro de Nazaré (que ligava essa cidade do Recôncavo Sul, terra dos familiares de sua mãe, ao sertão mais distante), Duarte permaneceu até a adolescência, quando foi enviado para completar seus estudos em Salvador. Na capital baiana, matriculou-se como aluno interno do Ginásio Ipiranga, de propriedade do educador Isaías Alves, então um dos mais tradicionais da cidade. Essa experiência vivida em seus primeiros anos, de passagem do sertão ao litoral e daí à capital do estado, parece ter marcado de muitos modos a sensibilidade do autor, ao ponto de o “sertão”, abrangendo tanto o espaço geográfico quanto as relações sociais que

²⁹ De acordo com a memorialista local, e irmã de Hermes Lima (de quem falaremos mais adiante), Helena Lima Santos. *Caetité, Pequena e Ilustre*. Salvador: S. N., 1976.

³⁰ Anísio Spínola Teixeira (1900-1971) nasceu em Caetité e se formou em Direito no Rio de Janeiro (em 1922). Atuou, principalmente, como educador, tendo sido um dos expoentes da vertente conhecida como *Escola Nova*, da década de 1930, que enfatizava pedagogicamente o desenvolvimento do intelecto e da capacidade de julgamento, em detrimento da simples memorização de conteúdos. Foi secretário da educação na Bahia e no Rio de Janeiro, e ainda um dos responsáveis pelo estabelecimento das universidades do Distrito Federal (RJ – 1935) e de Brasília (1961). Na burocracia pública, ajudou, ainda, a criar o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Traços biográficos extraídos de Helena Lima Santos, *op. cit.* Sobre a ligação entre Duarte e Teixeira, v. a elegia que este último escreveu sobre o primeiro por ocasião de sua morte: “*Nestor Duarte – O Homem de Idéias*”. Em: *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971. Acrescente-se, ainda, o fato de que Duarte dedicou seu livro sobre *A Ordem Privada* a Teixeira, juntamente com Afrânio Peixoto e Otávio Mangabeira.

nele se estabeleceram, ter se transformado em um dos seus mais caros temas de investigação e reflexão. Mais adiante, teremos oportunidade de verificar o quanto a temática aparece e reaparece em vários momentos de seus escritos, seja no ensaio sócio-político-historiográfico de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), seja em qualquer um de seus três romances, *Gado Humano* (1936), *Tempos Temerários* (1958) ou *Cavalo de Deus* (1968).

Por ora, para já ir formando uma idéia de suas impressões a esse respeito, podemos acompanhar a “profissão de fé sertaneja” feita por Duarte em 1935, na Assembléia Legislativa da Bahia, durante uma discussão com o deputado Carlos Monteiro, representante da zona do cacau (município de Belmonte):

“[sou] um tabaréu, dum sertão bem mais alto do que o de V. Exa. [...] que não é quase do interior, mas da vida brilhante de Ilhéus e Itabuna [...] Quando falo em sertão, tenho a representação mental de cidades como Conquista, Areia, Guanambi, Santa Inês, Jaguaquara, Sant’ana dos Brejos, Cruz das Almas [...] O tabaréu, por mais canhestra que seja a sua linguagem, é sempre um homem astuto e pertinaz na defesa dos seus direitos [...], pois sem falar o português clássico, o indivíduo pode dizer e defender, dentro de sua linguagem, as suas pretensões.”³¹

Três décadas mais tarde, no discurso que pronunciou ao tomar posse como membro da Academia de Letras da Bahia, Duarte deteve-se mais demoradamente para confrontar suas percepções acerca da “Bahia barroca” e da “Bahia sertaneja”. Note-se a cuidadosa escolha de expressões antagônicas, perfilhadas pelo autor para caracterizar uma e outra região:

“sei que o dominante barroco de sua cultura [da Bahia] – uma das maiores áreas do barroco no mundo – não é, apenas, um ciclo histórico, mas uma afinidade de seu espírito, de sua índole, de sua natureza, pelo que há de esplendência, de alegria da criação, do voluptuoso esforço das curvas da abundância, das ancas e do ventre redondo da fecundidade vitoriosa, que esse estilo de extroversão da vida glorifica. Mas há uma Bahia não-barroca, em que sua força criadora e poder de presença, na civilização brasileira, não se exprimem em formas gordas, mas em *energia tenaz*, na

³¹ Nestor Duarte. *Discurso pronunciado na Assembléia Constituinte da Bahia*. Em: *Diário da Assembléia Constituinte / Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 2 de agosto de 1935, p. 804, *apud* Waldir Freitas Oliveira, *op. cit.*

magrém severa que, se tem um estilo, há de ser o do *missioneiro primitivo*. Todos nós que nascemos na *geografia sóbria* das terras semi-áridas, que constituem dois terços do território baiano, sentimos que o sertão é um dos elementos do caráter baiano. [...] Sertão *quase mineral, severo e contraído*, por lhe faltarem as esplendências, os volumes, a abundância, a fermentação da vida estuante. Um sertão anti-barroco, ou quase ainda, mas um sertão baiano, força e magma de sua natureza, heterogêneo que se soma à terra para fazer da Bahia sempre um total, nunca a simplicidade.”³²

Chegando a Salvador ao final dos anos 1910, o adolescente Nestor Duarte conheceu uma cidade que, de muitos modos, dava a impressão de estar parada no tempo. Toda a primeira metade do século XX, na Bahia, passou sob essa sensação de que a região, padecendo de alguma espécie de paralisia inexplicável, se distanciava cada vez mais do poderio e da opulência supostamente experimentados em um período histórico anterior, tanto em matéria econômica quanto política³³. Mesmo vinte anos mais tarde, o escritor austríaco Stefan Zweig ainda podia dizer que “a atitude da Bahia é a de uma rainha viúva [...] presa ao passado”³⁴. Era a época do chamado “enigma baiano”, que continuaria a intrigar os estudiosos locais nas décadas seguintes, mesmerizados pelo raquítico desenvolvimento econômico e demográfico da região e pelo cada vez menor peso político que o estado ia assumindo no conjunto da federação brasileira³⁵. O próprio Duarte, aliás, seria um dos primeiros a escrever sobre o tema, já em 1940, enfocando-o principalmente a partir de uma perspectiva sociologizante, típica – como veremos adiante – de sua maneira usual de inquirir as questões de que se ocupa:

³² Nestor Duarte. *Discurso de Posse de Nestor Duarte e Saudação de Godofredo Filho*. Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1966, p. 11-12. Grifos meus. Segundo o dicionário *Aulete*, “magrém”, além de sinônimo de “magreza”, significa ainda, na fala sertaneja, a estação das secas.

³³ V. a respeito, dentre outros, Antônio Risério. *Uma História da Cidade da Bahia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004, p. 456 e ss; e Luís Henrique Dias Tavares. *História da Bahia*. 10ª edição. Salvador e São Paulo: Editora da UFBA e Editora da Unesp, 2006, capítulos XXI e XXII.

³⁴ Stefan Zweig. *Brasil, País do Futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960, p. 207. [a 1ª edição é de 1941].

³⁵ Cf., a respeito: Rômulo Almeida. “*Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio*”. Em: *Planejamento*, v. 1, n. 1. Salvador: CPE, 1973 [1ª edição de 1951]; Manoel Pinto de Aguiar. “*Notas sobre o ‘Enigma Baiano’*”. Em: *Planejamento*, v. 1, n. 1. Salvador: CPE, 1973 [1ª edição de 1958]; Luís Henrique Dias Tavares. *O Problema da Involução Industrial da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1966; Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia*. Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: FFCH-UFBA, 1982.

“a vida econômica da Bahia está a merecer um estudo, antes de merecer remédio. [...] Esse estudo [...] deveria ser feito nos moldes e segundo o método dos inquéritos sociais que se promovem para conhecer uma região, um agrupamento ou um conjunto de fatos da coletividade. Um estudo social, enfim, descritivo para ser produtivo, e informado para ser fecundo às conclusões posteriores, tanto quanto essa forma de saber equivalha a indagar realidades, a descobrir fatos, a somar informações, a reunir conhecimentos. [...] Na Bahia deveríamos saber, antes de tudo, o que teve, realizou e produziu no passado e que já não tem, nem realiza e nem produz hoje. Este primeiro exame encerra, talvez, o ponto crucial deste inquérito, porque nos levaria, de logo, a indagar da razão e da causa da descontinuidade da vida econômica da Bahia.”³⁶

Nesse período, portanto, a Bahia era um estado “esmagadoramente rural, desintegrado dos pontos de vista econômico, cultural e político, arquipélago de localismos marcados por pobreza, desigualdade, atraso e toda sorte de mandonismo oligárquico”³⁷. No plano político, durante toda a Primeira República, o cenário baiano foi marcado por permanentes e intensas disputas entre os diversos grupos de políticos profissionais (“bacharéis”) da capital e dos chefes locais (“coronéis”) do interior. Não houve, no estado, nada equivalente à montagem de uma máquina partidária unificada tal como a que foi estruturada pelo PRP em São Paulo, por exemplo. O movimento republicano do final do século XIX teve pouca penetração na Bahia, cuja elite política, solidamente organizada nos velhos partidos Liberal e Conservador, exercia grande protagonismo durante o Império e não desejava a queda da monarquia³⁸.

Mas depois de 1889, os laços partidários foram desorganizados e, nas décadas seguintes, o que se observa é a atuação de diversos agrupamentos reunidos em torno de alguns líderes, autoidentificados por rótulos personalistas tais como *gonçalvistas*, *vianistas*, *severinistas*, *marcelinistas*, *seabristas*, *calmonistas* ou *mangabeiristas*, para citar os principais. Os vários partidos criados ao longo desses anos (as siglas abundam: PRF, PRB, PRD, PRC, CRB, etc.) refletem apenas as mudanças na posição dos grupos participantes do governo e da oposição, a cada momento. Em algumas ocasiões, inclusive, a

³⁶ Nestor Duarte. *Inquérito sobre a Economia Baiana*. Série de artigos publicados no jornal *A Tarde*, nos dias 31 de outubro, e 7, 13 e 30 de novembro de 1940. Reproduzido em Walter Freitas Oliveira, citado.

³⁷ A síntese é de Paulo Fábio Dantas Neto, em seu *Tradição, Autocracia e Carisma – A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora da UFMG e Iuperj, 2006, p. 31.

³⁸ Acerca da elite política baiana no Império, v. Kátia de Queiroz Mattoso. *A Bahia no século XIX – uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, passim.

incapacidade de eleger um claro vencedor para o pleito regional levou a que o governo federal fosse obrigado a intervir no estado, beneficiando um dos lados em contenda – como no caso do bombardeio de Salvador, em 1912, que instalou José Joaquim Seabra no governo pela primeira vez. Além disso, a influência permanente de Ruy Barbosa, possivelmente o único político baiano com projeção nacional no período (quatro vezes candidato derrotado à presidência da República, entre 1910 e 1919), era outro fator de instabilidade da política regional, pois Ruy era um político isolado, cujo apoio recalcitrante era, assim, disputado (mas nunca garantido de fato) pelas diversas *cliques* que compunham a política estadual³⁹.

Por fim, deve-se ter em conta, ainda, o papel de relevo exercido, no jogo político de então, pelos “coronéis” do sertão, cuja importância não era nada desprezível – como, aliás, atesta o desfecho da chamada “Revolta Sertaneja” de 1920⁴⁰. Boris Fausto, em sua *História do Brasil*, nos oferece um bom resumo da situação regional nessa quadra: “na Bahia, o governo do estado – constituído principalmente de políticos profissionais, de representantes do comércio e dos produtores para a exportação – tinha de se harmonizar com os ‘coronéis’ do sertão. De outra forma, não seria possível governar. Um desacerto entre os dois setores provocou, em 1920, uma insurreição dos ‘coronéis’. Eles derrotaram, em vários combates, as forças estaduais e ameaçaram entrar em Salvador. Afinal, o presidente da República, Epitácio Pessoa, viu-se obrigado a arbitrar a disputa através do comandante militar da Bahia. A arbitragem revelou o poder dos ‘coronéis’ baianos. O mais famoso deles – Horácio de Matos – obteve o direito de conservar suas armas e munições, bem como o controle de doze municípios sob sua influência”⁴¹.

³⁹ Com relação à Primeira República, v. principalmente Consuelo Novais Sampaio. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República – uma Política de Acomodação*. 2ª edição. Salvador: Edufba, 1999.

⁴⁰ A principal referência, aqui, continua a ser Eul-Soo Pang. *Coronelismo e Oligarquias – 1889-1934 – A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979, que chamou os domínios coronelísticos de “estados dentro do estado”. Sobre o mesmo tema, veja-se, ainda, Luís Henrique Dias Tavares, *História da Bahia*, já citado, p. 341-346.

⁴¹ Boris Fausto. *História do Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Edusp e FDE, 1999, p. 264. Dentre os trabalhos que se ocuparam em estudar os aspectos sócio-histórico-culturais do sertão baiano, especialmente nas regiões do São Francisco e da Chapada Diamantina, podemos destacar: Wilson Lins. *O Médio São Francisco – uma Sociedade de Pastores e Guerreiros*. 2ª edição. São Paulo e Brasília: Companhia Editora Nacional e Instituto Nacional do Livro, 1983; Walfrido Moraes. *Jagunços e Heróis – a Civilização do Diamante nas Lavras da Bahia*. 3ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984; Eurico Alves Boaventura. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989 e Donald Pierson. *O Homem no Vale do São Francisco*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Suvalle, 1972.

Para Nestor Duarte, no entanto, a importância do poderio paramilitar dos “coronéis” do interior não era propriamente política. O autor dará tratamento literário à “Revolta Sertaneja” em seu romance de estréia, *Gado Humano* (1936), ao longo de toda a segunda parte da obra, que recebe o título de “*Invasão ou Evasão?*” (a primeira parte, em que se descreve a geografia isolada dos sertões e as relações sociais que nela se estabelecem, é intitulada “*No Eito e no Ermo*”). Em sua reconstrução ficcional da “Revolta Sertaneja”, surge uma imagem da incompreensão e da hostilidade mútuas entre aqueles “dois Brasis” – o interior e o litoral – que, no entanto, estão forçados a conviver lado a lado, ainda que sem almejar qualquer projeto maior em comum, qualquer sentimento de pertença coletiva. A única relação possível entre as duas regiões é aquela que se estabelece por meio da violência:

“o sertão deveria, assim, descer sobre as cidades, alarmar e conflagrar o governo, a ordem das cidades! [...] a invasão não tinha outro fim. Era tomar cidades, assustá-las, deixando-lhes, apenas, o clamor contra aquela ousadia de um cangaço que desmoralizava. [...] recorria-se à única força organizada que o mato e o sertão possuíam para lutar contra a força do governo. Nenhuma excedia a outra em primitivismo [...] Estado latente de revoltas confusas só tinha um sentido – a explosão.”⁴²

Também no ensaio *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), Duarte analisa a inexistência de qualquer sentido político mais amplo nos espasmos violentos ocasionais de alguns dos movimentos coletivos que vez ou outra irrompem no interior do país:

“Se o sertão, a população rural de atividade agrícola e pastoril, empreende ou empenha-se nalguma atividade revolucionária, o caráter de suas revoluções, quando não é absolutamente apolítico, como Canudos, por exemplo, é antes um movimento de reação e desequilíbrio contra a implantação de qualquer autoridade política. [...] Esse meio rural, de caráter privado, de absenteísmo político, não faz nunca uma revolução política.”⁴³

⁴² Nestor Duarte. *Gado Humano*. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1998, p. 83, 93 e 97. [a 1ª edição é de 1936].

⁴³ Nestor Duarte. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional – Contribuição à Sociologia Política Brasileira*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966, p. 72. [a 1ª edição é de 1939].

De um modo geral, a representação do sertão e dos sertanejos que é construída na obra de Duarte oscila entre uma identificação quase sentimental ou afetiva com os espaços e a gente da região e uma compreensão de que é preciso estabelecer um projeto comum de “nação” que mitigue essa antinomia vigente entre o litoral e o interior do país⁴⁴. Enquanto isso não ocorrer, a “política” como busca do “bem comum” não terá vigência assegurada entre nós.

Década de 1920: bacharel, jornalista, professor, deputado

Os anos de formação de Nestor Duarte em Salvador prosseguiram, entre 1920 e 1924, como estudante de Direito. Criada em 15 de março de 1891, a Faculdade Livre de Direito da Bahia (incorporada à UFBa em 1946), ostenta a condição de primeira estabelecida no Brasil depois das duas escolas do período imperial (São Paulo e Olinda/Recife)⁴⁵. Nas décadas seguintes, pelo menos até meados do século XX, ela se tornou uma das principais instituições responsáveis pela formação e socialização intelectual e política das elites e setores médios baianos, em muito substituindo o papel exercido pela velha Faculdade de Medicina no período anterior⁴⁶.

Ali, “no sobrado [...] à esquina da Piedade com a Lapa, leões de pedra na entrada, embaixo salas pequenas, no meio o corredor largo, em cima a secretaria”⁴⁷, Nestor Duarte pôde conhecer e estabelecer relações com professores como Antônio Carneiro da Rocha

⁴⁴ Giselle Laguardia Valente acredita que “para Duarte, o sertão constitui [ao mesmo tempo] o *locus* da brasilidade e de tudo o que precisa ser superado para se chegar a uma nação moderna”. Em: *Nestor Duarte: Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004, p. 171. Já Rogério dos Santos França observa, a partir de uma perspectiva desconstrucionista, que a obra de Duarte “faz funcionar a conformação tanto de um espaço vazio, às margens da moderna civilização, quanto uma categoria de sujeitos que balançam no pêndulo da ambivalência estereotípica: o sertanejo é tanto rejeitado como signo do atraso quanto celebrado como signo de uma genuína identidade nacional”. Em: *Representação do Sertanejo e Idéia de Brasil Moderno em Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2010, p. 15.

⁴⁵ Duas narrativas da história dessa escola podem ser lidas em: José Calasans. *A Faculdade Livre de Direito da Bahia – Subsídios para a sua História*. Centro de Estudos Baianos, n. 105. Salvador: CEB/UFBa, 1984; e Antônio Gidi. *Anotações para uma História da Faculdade de Direito da Bahia nas Comemorações do seu Primeiro Centenário*. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1991.

⁴⁶ Sobre esse aspecto, v. os argumentos desafiados por Consuelo Novais Sampaio. *Poder & Representação – O Legislativo da Bahia na Segunda República – 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992, p. 179 e ss.; e Paulo Santos Silva. *Âncoras de Tradição – Luta Política, Intelectuais e Formação do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000, p. 129 e ss.

⁴⁷ A descrição é de Pedro Calmon em suas *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 81-82.

(então diretor da faculdade), Affonso de Castro Rebello (paraninfo de sua turma), Virgílio de Lemos (mestre de Filosofia do Direito), Filinto Bastos (Direito Romano), Demétrio Ciríaco Tourinho (Medicina Legal e Criminologia), Homero Pires (Direito Constitucional) e Bernardino de Souza (Direito Internacional Público), dentre outros. Em meio a seus contemporâneos de alunado, também é possível encontrar um bom número de nomes que, mais tarde, obteriam destaque nas letras, na política e na burocracia baiana e brasileira, como Aloísio de Carvalho Filho⁴⁸, Aliomar Baleeiro⁴⁹, Adalício Nogueira⁵⁰, Hermes Lima⁵¹ e Jayme Junqueira Ayres⁵², para citar apenas alguns. Genolino Amado⁵³ e Pedro

⁴⁸ Filho de um famoso jornalista baiano da virada do século (conhecido por Lulu Parola), Aloísio de Carvalho Filho (1901 – 1970) foi advogado, professor (Direito Penal) e diretor da Faculdade de Direito da Bahia. Como político, foi deputado federal constituinte em 1934 e senador constituinte em 1946. Dados biográficos de Antônio Loureiro de Souza. *Baianos Ilustres*, já citado.

⁴⁹ Soteropolitano, Aliomar Baleeiro nasceu em 1905 e se formou em 1925. No início dos anos 1930, ligou-se a Juracy Magalhães, elegendo-se deputado estadual em 1935. Depois de 1945, foi um dos fundadores da UDN da Bahia, tornou-se deputado federal constituinte em 1946 e, durante a década de 1950, fez parte da famosa “banda de música” do partido no Congresso Nacional. Apoiou inicialmente o regime militar de 1964, mas depois de ser nomeado ministro do STF, em 1965, passou a defender o retorno do país ao Estado de Direito, o que fez durante toda a década de 1970. Foi professor (Direito Tributário) das faculdades de Direito na Bahia e no Rio de Janeiro. Faleceu em 1978. Dados extraídos do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*, já citado.

⁵⁰ Nascido na cidade de Inhambupe, em 1902, Adalício Coelho Nogueira fez carreira na magistratura e chegou a ser ministro do STF, na década de 1960. Foi professor (de Direito Romano) e depois Diretor da Faculdade de Direito da Bahia. Foi ainda membro da Academia de Letras da Bahia e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Faleceu em 1990. Dados extraídos de suas memórias: Adalício Nogueira. *Caminhos de um Magistrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

⁵¹ Hermes Lima (1902 – 1978) nasceu em Livramento do Brumado, no sertão baiano. Formado em Salvador, tornou-se professor, com passagens pelas faculdades de São Paulo e do Rio Janeiro, da qual foi ainda Diretor. Seu manual de *Introdução à Ciência do Direito*, ainda hoje em uso, conheceu mais de 50 reedições ao longo dos anos. Publicou ainda livros de ensaios e uma biografia intelectual de Tobias Barreto que lhe valeram uma eleição para a Academia Brasileira de Letras. Como político profissional, foi sempre reconhecido por posições de “esquerda” e, depois de diversos mandatos como deputado estadual e federal, chegou ao cargo de primeiro-ministro na experiência parlamentarista do governo João Goulart. Foi ainda ministro do STF. Faleceu em 1978. Dados extraídos de sua autobiografia: Hermes Lima. *Travessia – Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. Sérgio Miceli, em seu *Intelectuais à Brasileira* (São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 120), considerou-o “um desses bacharéis ‘livres’ bem-sucedidos, cujo itinerário algo ‘errático’ acompanha as oscilações da oferta em diferentes setores do mercado de postos [...] em busca de um lugar ao sol em meio às transformações por que passava a divisão do trabalho político e cultural das décadas de 1920 e 1930”.

⁵² Jayme Junqueira Ayres (1902 – 1973) nasceu em Salvador. Depois de formado, foi professor de Direito Civil na Faculdade de Direito da Bahia e político, chegando a ocupar a presidência da Assembléia Legislativa do Estado, entre 1947 e 1949. Fez também parte da Academia de Letras da Bahia. Dados retirados de Marieta Alves. *Intelectuais e Escritores Baianos – Breves Biografias*. Salvador: Fundação Museu da Cidade, 1977.

⁵³ Sergipano, Genolino Amado nasceu em 1902. Era irmão de Gilberto Amado e primo de Jorge Amado. Formado em 1924, no Rio de Janeiro, mudou-se para São Paulo e se tornou jornalista do *Correio Paulistano*. Mais tarde, de volta ao Rio, fez carreira como escritor, cronista e professor no ensino médio e superior. Entrou para a Academia Brasileira de Letras em 1977 e faleceu em 1989. Traços biográficos retirados do sítio <<http://www.academia.org.br>>.

Calmon⁵⁴, também da mesma turma, apesar de terem iniciado os estudos em Salvador, acabaram recebendo seus diplomas na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.

Na falta de registros de lembranças do próprio Nestor Duarte sobre sua experiência como estudante de Direito, buscamos nos valer de memórias publicadas por alguns de seus colegas de geração, para procurar traçar um esboço desse momento e daqueles que dele participaram. Hermes Lima, por exemplo, assim relembra a atmosfera intelectual e ideológica dos seus tempos de faculdade:

“a formação intelectual da minha geração [...] recebia contribuições e influências que a distinguiam da geração anterior. Além do choque da Primeira Grande Guerra, de sua literatura inspirada em costumes e audácias novas, luziam revérberos da Revolução Russa que coloriam conversas e debates dos estudantes, abstratamente divididos em maximalistas e minimalistas. A visão era confusa, mas excitante, a informação, deficiente. O sentido do novo perdia-se nas abstrações e a realidade circundante comandava, na prática, nossas atitudes. Salvador era calma, repousante. Não havia seiva, nem motivação para outra coisa que não fosse discutir, especular com os fiapos do mundo apanhados nos livros e nas notícias. O clássico, o costumeiro, enchia a ambiência.”⁵⁵

Alguns dos professores catedráticos de então também ressurgem dessas memórias, vistos através dos olhos de seus alunos. De Antônio Carneiro da Rocha, diretor da faculdade, temos o seguinte testemunho de Pedro Calmon: “a tradição de bengala e chapéu-do-chile, ministro da Marinha e da Agricultura na monarquia, senador do Império [...], era a flor da aristocracia vicejando na decrepitude burguesa do conselheiro”⁵⁶. Acerca de Homero Pires, professor de Direito Constitucional, Hermes Lima registra que “elaborou admirável sistematização do disperso pensamento político e constitucional de Ruy Barbosa” e que era “mais homem de estudo que de ação; nada derramado, como um bom

⁵⁴ Pedro Calmon (1902 – 1985) era baiano de Amargosa. Nascido em uma das famílias mais ilustres do Estado, era sobrinho de Miguel Calmon, ministro da República, que o levou para o Rio de Janeiro em 1922. De volta à Bahia, foi deputado estadual no fim da República Velha. Depois, foi deputado federal na década de 1930, e ministro da Educação na presidência Gaspar Dutra. Professor (Direito Constitucional) e Diretor da Faculdade Nacional de Direito, chegou a ser Reitor da Universidade do Brasil (depois UFRJ) por quase vinte anos seguidos. Historiador com vasta obra publicada, foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Brasileira de Letras. Dados retirados de suas *Memórias*, já citado.

⁵⁵ Hermes Lima. *op. cit.*, p. 34-35.

⁵⁶ Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 82.

sertanejo”⁵⁷. É ainda de Calmon que nos chega a descrição de dois outros lentes da época: “Filinto Bastos, de Direito Romano, idoso e católico, um monge, a batina oculta pelo fraque pobre, de Desembargador conspícuo; oposto a ele, o alagoano Virgílio de Lemos. Jornalista de fôlego, acumulava o pendor pela polêmica com a sabedoria dialética. Animava-se a inovar a Filosofia do Direito; um Tobias Barreto obeso, que negava a Providência cumprindo-lhe a moral, revolucionário por fora, adorável inimigo do dogma, comparsa generoso dos alunos; célebre pelo materialismo – de socialista – e pela gula – de gastrônomo”⁵⁸. E ainda sobre Virgílio de Lemos, temos, mais uma vez, Hermes Lima: “além de mestre, Virgílio foi um companheiro. Baixo de estatura, gordo, ventre saliente, tinha bom humor, gostava de cães, gostava da vida, era comunicativo”⁵⁹.

Por fim, o próprio Nestor Duarte também tem seu retrato pintado por seus antigos colegas, por vezes numa fusão entre as lembranças da juventude com aquilo que veio a realizar depois, o que bem denota o trabalho da memória sendo construída pelos nossos informantes. Dos depoimentos emergem traços de sua personalidade que nos parecem dignos de nota: “em nossa turma de bacharéis de 1924, Nestor, além do talento, destacava-se pela graça do porte físico, pela alegria que seu riso e seus olhos lhe estampavam no rosto aberto, sedutor”⁶⁰; “impetuoso e inteligente, que há de ser um dos modelos de combatividade e bom humor da Câmara dos Deputados, grande professor de Direito”⁶¹; “espírito atormentado por uma perene inquietação intelectual, parlamentar aguerrido, advogado intrépido, mestre admirado por muitas gerações”⁶².

Depois de formado, Duarte começou a escrever para alguns dos principais periódicos da capital baiana à época, como o *Diário da Bahia*⁶³ e *O Imparcial*⁶⁴. Nesse

⁵⁷ Hermes Lima, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁸ Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 90.

⁵⁹ Hermes Lima, *op. cit.*, p. 20.

⁶⁰ Hermes Lima, *op. cit.*, p. 163.

⁶¹ Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 87.

⁶² Adalício Nogueira, *op. cit.*, p. 15.

⁶³ O *Diário da Bahia*, fundado em 1856, foi um dos jornais mais tradicionais de Salvador, circulando, com algumas interrupções, por pouco mais de um século. No Império, era ligado ao Partido Liberal, e na República passou por diversas fases, abrigando, em diferentes momentos, seguidores de Ruy Barbosa, Manoel Vitorino, Severino Vieira e, na década de 1920, de Góes Calmon. Cf. diversos artigos publicados em Luís Guilherme Pontes Tavares (org.). *Apontamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia e Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. Acerca da experiência no *Diário da Bahia*, Hermes Lima escreveu em suas memórias: “[...] incorporei-me à turma do *Diário da Bahia*, velho órgão liberal, agora sob a direção de Henrique Cândia [...]. Fazíamos jornalismo antes com espírito de amadores que de profissionais – Clemente Mariani, Aloísio de Carvalho Filho, Nestor Duarte, Sodré Viana,

particular, seguia o costumeiro roteiro do Império e da Primeira República, em que o diploma de bacharel e a prática jornalística funcionavam como antecedentes importantes para a carreira política. Escrevia então, principalmente, artigos de crítica literária, a exemplo da resenha que deixou do romance *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida; com a leitura do paraibano, declarou ter recebido:

“um verdadeiro batismo nas veias, tal a correspondência sentida ao contato com suas páginas reais. Eu mesmo senti em mim a experiência. A leitura deixou-me idêntica sensação àquela, quando, em viagem pelo interior, à proporção que o mar ficou atrás e a zona da mata vai se distanciando, vou sentindo, ao contato da capoeira rala, o cheiro a flor dos alecrins picantes (o sertão cheira a flor) [...] Fiz, assim, minha viagem sentimental, através do livro evocador.”⁶⁵

Também em *O Imparcial*, já em 1930, Duarte escreveu um pequeno artigo sobre o cangaceiro Lampião, que vale destacar. Aqui, é interessante notar o que diz o autor a respeito das influências do meio (a caatinga) no que concerne ao fenômeno social do cangaço⁶⁶:

“Lampião é quase nada, mas na caatinga é alguma coisa de mais terrível e temível do que nunca ousará conceber a pequena e bem policiada imaginação de todos nós, na cidade. Falamos muito em pegar Lampião, sem pensarmos em vencer a caatinga. Esta não se vence com coragem policial. [...] Ali, no ermo, tudo é anônimo na vastidão de um silêncio de terra maldita. Nem uma estrada. Uns trilhozinhos tortuosos levam a gente

Alfredo Curvelo, Mário Rego, Albérico Fraga, Luiz Viana Filho [...] Essa passagem pelo *Diário*, vivemo-la como temporada num palco”. Em: Hermes Lima, *op. cit.*, p. 30.

⁶⁴ *O Imparcial* era um periódico mais novo, estabelecido em 1918. Inicialmente conduzido por Lemos Brito, foi depois dirigido por Homero Pires (quando Duarte foi redator) e, na década de 1930, sob outra direção, chegou a se tornar um dos principais órgãos do movimento integralista na Bahia. V. Laís Mônica Reis Ferreira. *Integralismo na Bahia – Gênero, Educação e Assistência Social em O Imparcial – 1933-1937*. Salvador: Edufba, 2009, especialmente o capítulo 1.

⁶⁵ Nestor Duarte. “Um Livro Nacional”. Em: *O Imparcial*, Salvador, 28 de abril de 1928. *Apud* Giselle Laguardia Valente, *op. cit.*. O livro *A Bagaceira* é apontado, por alguns críticos, como importante influência na composição do romance *Gado Humano*, de Duarte. Cf. Waldir Freitas Oliveira. *Apresentação*. Em: Nestor Duarte. *Gado Humano*. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1998.

⁶⁶ O clássico *Os Sertões*, de Euclides da Cunha (1902, várias edições) parece ter inaugurado, na literatura sócio-política brasileira, a percepção de que o meio geográfico e social do sertão modela nossa formação como nacionalidade. Recentemente, diversos trabalhos vêm também se debruçando sobre a temática, como, por exemplo, dentre outros: Candice Vidal e Souza. *A Pátria Geográfica – Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997 e Nísia Trindade Lima. *Um Sertão chamado Brasil – Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

para a cilada, para um brinquedo trágico de esconde-esconde que está mais adiante. Lampião, ali, ainda não morreu, porque está de braços dados com a caatinga. [...] O estudo do meio, da sua fisiografia, mentalidade, hábitos e preconceitos, numa resenha pernóstica e abundante sobre causas sociais, deixaria à mostra a figura desse celerado, surgindo, no sertão, determinantes históricas que só outras causas, também sociais, farão desaparecer.”⁶⁷

À época em que redigiu esse texto, Duarte já havia passado por uma experiência profissional importante, que lhe possibilitou aprofundar ainda mais seus laços com a realidade geográfica e social do sertão. Em 1926, pouco depois de formado, foi nomeado Delegado do *Convênio Interestadual de Combate ao Banditismo na Bahia, Alagoas e Sergipe*, e enviado para o município sertanejo de Jeremoabo, onde permaneceu por quase um ano⁶⁸. O *Convênio*, chancelado pelo então Chefe de Polícia baiano (cargo que equivalia ao atual Secretário da Segurança Pública), Bernardino Madureira de Pinho, foi estabelecido com o objetivo de combater os grupos de cangaceiros que atuavam na área da divisa entre os três estados, como o bando de Lampião, mas também para tentar conter o avanço da Coluna Prestes através da região. Além das forças do *Convênio*, os “batalhões patrióticos” vinculados aos “coronéis” do interior do país foram também essenciais ao governo federal na campanha contra a Coluna (1925-1927). O “Batalhão das Lavras Diamantinas”, por exemplo, liderado por Horácio de Matos, chegou a persegui-la até a fronteira da Bolívia⁶⁹.

Madureira de Pinho – de quem Duarte era próximo⁷⁰ e a quem, depois, inclusive dedicaria o romance *Gado Humano* – foi Chefe de Polícia durante os governos Góes Calmon (1924-1928) e Vital Soares (1928-1930). Na sua gestão à frente da polícia baiana,

⁶⁷ Nestor Duarte. “*Leia quem quiser...*” Em: *O Imparcial*, Salvador, 5 de janeiro de 1930. Republicado em Waldir Freitas Oliveira, *op. cit.*

⁶⁸ De acordo com Antônio Loureiro de Souza, *Baianos Ilustres*, citado, p. 337.

⁶⁹ Sobre o ponto, v. Eul-Soo Pang, já citado, que acrescenta: “essas unidades recebiam dinheiro e armas do governo federal, e os oficiais e todos os outros homens receberam postos como se pertencessem ao Exército” (p. 187).

⁷⁰ Cf. o relato de Péricles Madureira de Pinho, filho de Bernardino, no perfil biográfico que escreveu do pai: “os últimos anos de Madureira de Pinho na Bahia, até 1934 [quando se mudou para o Rio de Janeiro], transcorreriam entre um grupo de amigos, no seu gabinete do antigo Corredor da Vitória, onde voltara aos livros com entusiasmo. Aloísio de Carvalho Filho, Nestor Duarte, João Mendes, Luís Viana Filho, Jayme Junqueira Ayres, Nelson Pinto, Albérico Fraga, para citar apenas os mais íntimos, formavam o grupo que, com os filhos, constituía sua família. Leituras, planos de trabalhos, organização de revistas especializadas [como a *Revista de Cultura Jurídica*, criada em 1929, que teve curta existência], concursos para a universidade, tudo se planejava ali onde se encontravam instrumentos de ação na biblioteca escolhida e às ordens de todos”. Em: Péricles Madureira de Pinho. *São Assim os Baianos*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960, p. 193.

duas ações se destacam. Primeiro, a criação do Conselho Penitenciário, órgão colegiado formado por médicos e juristas com o objetivo de prestar uma assessoria técnica qualificada ao Judiciário, em matéria de fiscalização da execução penal e de outorga do livramento condicional. (De passagem, creio que vale a pena ressaltar que o pai de Nestor Duarte, o desembargador Francisco Duarte Guimarães, foi presidente desse Conselho entre 1926 e 1931, quando veio a falecer)⁷¹. E, em segundo lugar, a consecução da reforma que estabeleceu a chamada “polícia de carreira”, tornando o cargo de delegado exclusivo de bacharéis em Direito nomeados pelo Executivo estadual. Esta última foi uma inovação polêmica, de grande repercussão, uma vez que limitou a tradicional influência dos chefes políticos locais sobre a autoridade policial nos municípios do interior⁷². E foi no contexto da reforma da “polícia de carreira” que Nestor Duarte foi nomeado delegado do *Convênio Interestadual de Combate ao Banditismo na Bahia, Alagoas e Sergipe*, a que já nos referimos.

O governo Góes Calmon notabilizou-se como um dos primeiros momentos, na história da Bahia republicana, em que se realizaram algumas reformas modernizadoras da máquina pública e da burocracia, como no caso das iniciativas de Madureira de Pinho listadas acima. A proposta de instituir o Imposto Territorial, apesar de derrotada pela oposição dos coronéis (pois taxava a propriedade imóvel, base de seu poder político), teve também o mesmo sentido⁷³. Outras ações do governo chegaram a ter um sentido liberal e mesmo democrático, como a reforma educacional liderada pelo então diretor da Inspeção Geral de Educação Pública, Anísio Teixeira, que procurou tornar obrigatória a educação pública e gratuita e, por conta da qual, “a dotação orçamentária do estado destinada ao ensino, que nos anos de 1924 e 1925 era de 6,98%, cresceu, em 1926, para 17,44%”⁷⁴.

⁷¹ Cf. Thaís Dumê Faria. *A Festa das Cadernetas – O Conselho Penitenciário da Bahia e as Teorias Criminológicas Brasileiras no Início do Século XX*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, 2007, capítulo II.

⁷² Cf. Péricles Madureira de Pinho, citado, p. 186: “a organização de um corpo de delegados, bacharéis em Direito, para substituir as autoridades locais, identificadas com os grupos políticos dominantes, constituía subversão de um regime de ordem pública e social secularmente arraigado em nossa vida política”. Sobre o ponto, v. ainda Consuelo Novais Sampaio, *op. cit.*, p. 208.

⁷³ O assunto está bem analisado no livro da historiadora Consuelo Novais Sampaio, citado na nota anterior, onde se lê, ainda, a informação de que “em 1929, o governador Vital Soares considerou prudente a ‘suspensão temporária do imposto territorial’, por ser ainda ‘inadaptável ao meio’, indo de encontro a ‘costumes tradicionais da população’” (p. 209).

⁷⁴ Mais uma vez, Consuelo Novais Sampaio, *op. cit.*, p. 208. Luís Henrique Dias Tavares, em sua *História da Bahia*, citada (p. 350), completa a informação: “está na ordem de importância das reformas educacionais

Nestor Duarte já era próximo de Anísio Teixeira nessa época, e foi um dos que o assessorou na feitura do projeto de reforma, logo aprovado⁷⁵.

Francisco Marques de Góes Calmon (1874 – 1932), conhecido advogado e banqueiro (presidente do Banco Econômico e do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia), apesar de pertencer a uma das famílias mais tradicionais da política baiana, com nomes de destaque desde os tempos do Império, nunca havia ocupado qualquer outro cargo público antes de se tornar o maior mandatário do estado, em 1924. Seu irmão Miguel Calmon é que era um político de prestígio, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio de Artur Bernardes (1922-1926) e um dos líderes da oposição ao então governador, J. J. Seabra. A candidatura Góes Calmon foi lançada por Seabra, em uma tentativa frustrada de atrair para seu lado o grupo *calmonista*, mas que acabou significando sua saída do poder e a ascensão da oposição, que se manterá no governo até a Revolução de 1930.

José Joaquim Seabra (1855 – 1942) havia dominado a política baiana por doze anos, desde o bombardeio de 1912⁷⁶. Filho de um rico comerciante, formou-se pela Faculdade de Direito do Recife (onde lecionou por vários anos no fim do século XIX) e se tornou um político de bases urbanas e métodos muitas vezes acusados de truculentos. Governou o estado em dois mandatos (1912-1916 e 1920-1924). Depois de Ruy Barbosa, foi provavelmente o político baiano de maior destaque nacional no período, ministro nas presidências Rodrigues Alves e Hermes da Fonseca e candidato a vice-presidente em 1922, na chapa oposicionista encabeçada por Nilo Peçanha. O preço da derrota nessa última campanha foi a perseguição renhida que lhe passou a mover o presidente eleito, seu antigo aliado Artur Bernardes, culminando com uma intervenção federal, no final de seu segundo mandato, que o tirou do poder na Bahia. Seabra permanecerá na oposição estadual até 1930, quando tentará aderir ao movimento revolucionário da Aliança Liberal. Mas, rejeitado pelos jovens “tenentes” revolucionários, por ser considerado um dos “carcomidos” da República Velha, acabará se unindo a seus antigos inimigos em uma

realizadas no Brasil naquela década: São Paulo, 1920; Ceará, 1923; Bahia, 1925; Minas Gerais, 1927; Distrito Federal, 1928; Pernambuco, 1929; e novamente São Paulo, 1930”.

⁷⁵ A respeito, v. João Augusto de Lima Rocha (org.). *Anísio em Movimento – a Vida e as Lutas de Anísio Teixeira pela Escola Pública e pela Cultura do Brasil*. 2ª edição. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1992, p. 38.

⁷⁶ Paulo Fábio Dantas Neto, *op. cit.*, elenca Seabra em um triunvirato dos principais chefes políticos baianos do século XX, ao lado de Juracy Magalhães e de Antônio Carlos Magalhães.

frente única baiana anti-getulista durante a década seguinte⁷⁷. Nestor Duarte, que se iniciara na carreira política fazendo oposição a Seabra e que depois, nos anos 1930, estará ao seu lado na crítica ao governo Vargas, escreveu uma respeitosa elegia quando do falecimento do velho líder, em 1942:

“Seabra é um homem de aventura, fazendo da ação um fim em si mesmo, e de todas as causas ou ideais, episódios e pretextos de uma vida vertiginosa. Dessem-lhe uma arma ou uma causa, dessem-lhe uma tribuna ou um partido, dessem-lhe uma praça pública ou uma campanha, e ele faria da causa ou da tribuna, do partido ou da campanha, o espetáculo de sua própria energia, o ensejo de sua própria aventura – uma carreira de altos e baixos, irregular, como a vida mesmo, mas sempre fiel à ação, como o pássaro ao vôo e a seus ímpetos.”⁷⁸

Além dos *calmonistas*, fazia também parte da nova situação estadual (institucionalizada em 1927, com a fundação do dito “segundo” Partido Republicano da Bahia), a facção *mangabeirista*, chefiada pelos irmãos João e Otávio Mangabeira. Atuantes na política baiana desde o primeiro decênio do século, os Mangabeira não provinham de uma família tradicional, pois eram filhos de um simples farmacêutico sergipano, sem maiores recursos. João, o mais velho (1880 – 1964), era advogado e havia sido intendente (prefeito) de Ilhéus, deputado estadual e federal por diversas legislaturas e senador da República; era também um dos principais seguidores de Ruy Barbosa, desde a campanha civilista de 1910⁷⁹. Já Otávio (1886 – 1960), engenheiro e professor da Escola Politécnica, começara na política como apoiador de Seabra, de quem, no entanto, se afastaria em 1919; foi vereador em Salvador e deputado federal por vários anos, chegando ao posto de ministro dos Negócios Exteriores em 1926, na presidência Washington Luís⁸⁰. (Depois de 1930, tanto João como Otávio se tornariam grandes opositores do novo regime, presos e exilados por Vargas; João, de posições socialistas, seria ainda fundador e primeiro

⁷⁷ Sobre os primeiros momentos da Revolução de 1930 na Bahia e a atuação de Seabra no período, ver: José Calasans. *A Revolução de 1930 na Bahia – Documentos e Estudos*. Salvador: Edufba, 1980; e Consuelo Novais Sampaio. “Justiça Revolucionária na Bahia de 1930”. Em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 39, 1993.

⁷⁸ Nestor Duarte. *Discurso quando da passagem do féretro de J. J. Seabra pela Rua da Misericórdia*. Salvador, *A Tarde*, 12 de dezembro de 1942. Reproduzido em Walter Freitas Oliveira, *op. cit.*

⁷⁹ Ver a coletânea *Idéias Políticas de João Mangabeira*. 3 vols. Organização de Francisco Assis Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1980.

⁸⁰ V. Otávio Mangabeira. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978; e Afonso Arinos et alii. *Um Praticante da Democracia – Otávio Mangabeira*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

presidente do PSB no pós-1945; Otávio, mais conservador, viria a ser um dos principais nomes da UDN, sigla pela qual chegaria ao governo do estado em 1947). Uma terceira tendência, menor, desse novo PRB era a formada por ex-*seabristas*, reunidos em torno de Frederico Costa, presidente do Senado estadual desde 1914 e um dos grandes donos de votos na cidade de Salvador.

De acordo com o brasilianista Eul-Soo Pang, os dois últimos governos estaduais antes do golpe de 1930, na Bahia, se caracterizaram por “um compromisso entre a aristocracia tradicional, rural e agrária, e os políticos urbanos e burgueses quanto à divisão do poder na política do estado”, buscando equilibrar “os interesses conflitantes entre o rural e o urbano, o comércio e a agricultura, os coronéis e os bacharéis, o litoral e o sertão”⁸¹. Além disso, a historiadora Consuelo Novais Sampaio sustenta que havia, ainda, uma importante mudança geracional acontecendo nesse momento, com um maior recrutamento de jovens bacharéis recém-saídos da Faculdade de Direito da Bahia para ocupar cargos, principalmente no legislativo. Mas as relações entre os novos bacharéis e os velhos políticos e coronéis eram dinâmicas. Segundo a autora, sendo “de formação tipicamente urbana, ainda que vinculados à velha ordem, por relações de parentesco e amizade, não contavam os jovens *doutores* com uma força eleitoral própria. Dos chefes políticos locais dependiam os votos que os reconduziriam, ou não, ao poder”⁸².

Foi nesse contexto que se deu a estréia de Nestor Duarte na política. Depois de ter rapidamente ensaiado mudar-se para o interior de São Paulo, onde havia se instalado a família de sua futura esposa⁸³, e de ter voltado para a Bahia e começado a dar aulas, como professor de “noções de sociologia geral e de psicologia” na Escola Normal⁸⁴, Duarte logrou ser indicado para uma das vagas na Assembléia Legislativa estadual pelo Partido Republicano da Bahia, na legislatura de 1929-1930. Para tanto, foi de suma importância o apoio de Deocleciano Pires Teixeira, chefe político de Caetitê e pai de Anísio Teixeira, seu amigo e concunhado. Teve, então, uma atuação discreta na Comissão de Constituição e Legislação durante a reforma que se fez na Constituição Estadual, tendo que harmonizar os

⁸¹ Eul-Soo Pang, *op. cit.*, p. 191.

⁸² Consuelo Novais Sampaio, *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República*, citado, p. 211.

⁸³ De acordo com o discurso pronunciado por seu filho, Marcelo Duarte, por ocasião das comemorações do seu centenário de nascimento, em 21 de fevereiro de 2002. Reproduzido na 2ª edição de seu romance *Tempos Temerários* (Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2008).

⁸⁴ Cf. Antônio Loureiro de Souza, *Baianos Ilustres*, citado, p. 337.

pendores contestatórios típicos da juventude com o respeito devido a seus maiores. Na Assembléia, retomou contato com alguns de seus antigos colegas de faculdade, como bem relembra, aliás, Pedro Calmon: “[no Legislativo estadual,] Nestor Duarte e Hermes Lima eram, comigo, os rapazes da turma de 1924. Constituíamos, no plenário governista, a esquerda juvenil; tínhamos o instinto da oposição, obedecendo, todavia, à tutela de Góes Calmon”⁸⁵. Foi nesse momento que veio a Revolução de 1930 e sacudiu toda a ordem política então existente. Nestor Duarte teve cassado o seu primeiro mandato representativo e foi forçado a aprender como lidar com os novos modos de pensar e fazer política que se instalaram então.

De 1930 a 1945: idas e vindas na política e na academia

A Revolução de 1930 chegou à Bahia sem contar com qualquer apoio efetivo em meio às elites locais, fosse entre os políticos profissionais da capital, fosse entre os chefes territoriais do interior⁸⁶. O *calmonista* Vital Soares, governador do estado desde 1928, havia acabado de ser eleito vice-presidente da República, na chapa do paulista Júlio Prestes, cargo que um baiano não ocupava desde os primórdios do regime republicano, quando Manoel Vitorino foi vice-presidente de Prudente de Moraes (1894-1898). Vivia-se, portanto, uma sensação de que o estado finalmente estava prestes a recuperar algo do protagonismo político nacional que tinha perdido desde 1889. Por conta disso é que, em meio à adesão em bloco que o movimento da Aliança Liberal suscitou em todo o norte do país, de acordo com a opinião de Dulce Pandolfi, “a única exceção ocorre na Bahia, onde a contra-revolução organiza-se, conseguindo esboçar algum nível de reação, embora seja rapidamente esmagada”⁸⁷. Do mesmo modo como fora contrária à queda da monarquia, a quase sempre conservadora classe política baiana, quarenta anos depois, tampouco desejava o fim da chamada República Velha. E, como bem notou, em 1966, Godofredo Filho, o jovem deputado estadual Nestor Duarte, nesse momento, marcava posição “nas barricadas

⁸⁵ Pedro Calmon, *op. cit.*, p. 165.

⁸⁶ A opinião é unânime em toda a historiografia regional do período. Ver, especialmente: Consuelo Novais Sampaio. *Poder & Representação – O Legislativo da Bahia na Segunda República*, citado, p. 57 e ss.

⁸⁷ Dulce Chaves Pandolfi. “A Trajetória do Norte: uma Tentativa de Ascenso Político”. Em: Ângela de Castro Gomes (coord.). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 342.

da ordem política e social vigente, a defender as prerrogativas de um mundo que desmoronava”, resistindo na mesma “margem oposta onde definhavam, ideologicamente vencidas, menos em seu orgulho, algumas figuras oraculares da Bahia de então”⁸⁸.

No interior do estado, alguns “coronéis”, em especial Horácio de Matos, foram mobilizados pelo presidente Washington Luís para ajudar a defender a ordem instituída. O papel destacado que os chamados “batalhões patrióticos” haviam tido no combate à Coluna Prestes, poucos anos antes, justificava a convocação. Outros chefes locais, como Franklin Lins de Albuquerque, da cidade de Pilão Arcado, mantiveram um posicionamento ambíguo na ocasião, possivelmente fazendo um “jogo duplo” entre os dois lados em contenda. De toda sorte, a rápida vitória revolucionária levou ao desarmamento do sertão e à prisão dos “coronéis” em Salvador, no final do ano de 1930⁸⁹. Poucos meses depois, libertados durante a curta interventoria do médico sanitarista Artur Neiva, todos obtiveram permissão para retornar a seus municípios de origem, exceto Horácio de Matos, que recebeu ordens para permanecer na capital, ainda que em liberdade. A soltura de Horácio desencadeou reações inesperadas e, em maio de 1931, o velho “coronel” acabou assassinado em circunstâncias mal-explicadas. Preso em flagrante, o assassino (um guarda civil) justificou seu ato dizendo que tirara “uma fera do sertão”, e que cometera o crime para vingar seu pai e irmão, vítimas das violências de Horácio. Foi levado a juízo juntamente com o suposto mandante, um funcionário público aposentado, que também se livrou das acusações desviando-as para a biografia de violências do chefe sertanejo. Desse modo, o longo processo judiciário, que terminou em novembro de 1934 com a absolvição dos acusados, marcou época e, como notou o historiador Luís Henrique Dias Tavares, transformou-se no “julgamento e condenação de Horácio de Matos” perante a opinião pública baiana⁹⁰. Como advogado criminalista que era, Nestor Duarte tomou parte nesse processo, auxiliando a promotoria na acusação dos réus e, especialmente, promovendo a “defesa póstuma da memória de Horácio de Matos”⁹¹. Ao agir assim, ainda que por mero dever profissional, Duarte mais uma vez

⁸⁸ Cf. *Discurso de Posse de Nestor Duarte e Saudação de Godofredo Filho*. Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1966, p. 31-32.

⁸⁹ Ver Eul-Soo Pang, *Coronelismo e Oligarquias*, citado, capítulo 8: “A Revolução de 1930 e os Coronéis da Bahia”.

⁹⁰ *História da Bahia*, citado, p. 386-387.

⁹¹ A frase é de Godofredo Filho, *op. cit.*, p. 33. Essa passagem da biografia de Nestor Duarte também está referida em Paulo Santos Silva, *Âncoras de Tradição*, citado, p. 127. Para um relato biográfico de Horácio de Matos, v. Américo Chagas. *O Chefe Horácio de Matos*. São Paulo: S/N, 1961.

(não era a primeira e nem seria a última) se postava ao lado dos velhos líderes “decaídos” que se encontravam na contramão dos “novos tempos” pós-revolucionários.

O primeiro ano do novo regime, em todo o Brasil, foi um período instável, em que o problema da organização do novo poder político se colocou com toda a força. Nos vários estados do país, os interventores designados pelo “governo provisório” de Vargas se alternavam rapidamente, sem que nenhum deles lograsse se estabilizar de fato, salvo raríssimas exceções. Na Bahia não foi diferente, e civis e militares se revezaram rapidamente no cargo ao longo do período. Apenas com a nomeação do tenente Juracy Magalhães, em setembro de 1931, a “revolução” entrou em uma nova fase em terras baianas.

Juracy Montenegro Magalhães (1905 – 2001) era cearense, militar e extremamente jovem (apenas 26 anos) ao ser nomeado interventor na Bahia por Getúlio Vargas⁹². Essas suas três características, é claro, desagradaram enormemente os membros das elites políticas locais quando de sua escolha para o cargo, em especial aqueles que, como o quase octogenário J. J. Seabra, ainda guardavam alguma esperança de serem alçados ao poder estadual por Getúlio. Contra todas as expectativas, no entanto, Juracy mostrou possuir grande tino político, e foi capaz de construir uma rede de apoios suficientemente fortes para enraizá-lo no comando do governo baiano. Para tanto, valeu-se principalmente de um expediente em duas frentes: enfrentou abertamente os principais “bacharéis” dos antigos PRB (as alas *calmonistas* e *mangabeiristas*) e PRD (os *seabristas*), ao mesmo tempo em que costurava alianças com os chefes do interior do estado, os “coronéis”. Ou, como declarou certa vez: “acho exagero condenar o coronel; ele não é uma figura que mereça ser estigmatizada. Em minha vida política, apeguei-me aos coronéis que me pareciam os mais adequados, e repudiei os que não mereciam a minha confiança. Escoimados esses últimos, que era poucos, entreguei aos primeiros a responsabilidade da liderança política local”⁹³. Por conta dessas alianças, Eul-Soo Pang afirma que “Juracy Magalhães emergiu como o supercoronel, o chefe de uma nova oligarquia colegiada na Bahia”⁹⁴. Além disso, a força que arregimentou junto ao poder central (i. e., ao próprio Vargas) no sentido de obter

⁹² Para detalhes da trajetória política de Juracy Magalhães, v. seus dois longos depoimentos publicados em livro: Juracy Magalhães. *Minhas Memórias Provisórias – depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982 e José Alberto Gueiros. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

⁹³ *Minhas Memórias Provisórias*, citado, p. 83.

⁹⁴ Eul-Soo Pang, *op. cit.*, p. 229.

favores políticos para seus aliados, tornou seu prestígio quase irresistível nos anos seguintes. Quando da rearticulação partidária para as eleições de 1933 (nacionais) e 1934 (regionais), organizou localmente o Partido Social Democrático (PSD) mesclando elementos novos na política com gente saída da antiga ordem oligárquica, e assim se tornou o grande vencedor dos dois pleitos⁹⁵. Como consequência, foi eleito governador constitucional da Bahia na eleição indireta de 1935.

Nestor Duarte passou todo esse período fazendo oposição ao interventor “forasteiro”. Ao lado de outros jovens profissionais liberais e professores oriundos das faculdades de Medicina e Direito, como seus contemporâneos Aloísio de Carvalho Filho, Jayme Junqueira Ayres e Luiz Viana Filho, dentre outros, Duarte fundou a Liga de Ação Social e Política (LASP), em janeiro de 1933, com intuito de juntar em uma única agremiação os elementos *seabristas*, *calmonistas* e *mangabeiristas* das oposições contra Juracy Magalhães e o presidente Getúlio Vargas.

A chamada “Revolução Constitucionalista” que estourou em São Paulo, no ano anterior, teve influência decisiva na organização da LASP. Primeiro, pelo próprio exemplo da Frente Única Paulista (FUP), que também era uma reunião de antigos adversários unindo forças contra um rival em comum. Em segundo lugar, porque tanto a bandeira do constitucionalismo quanto a da autonomia regional frente ao intervencionismo do poder central exerciam forte atração sobre esses setores que então se organizavam. Já em agosto de 1932, por exemplo, um comício de estudantes, políticos e professores ocorrido na Faculdade de Medicina, em apoio ao movimento paulista, havia sido duramente reprimido pelas forças policiais do governo estadual, e resultou na prisão de mais de quinhentos manifestantes⁹⁶. Jogando com a sigla do partido oposicionista, os apoiadores do interventor apelidaram maldosamente a LASP de “Liga dos Amigos de São Paulo”. Ademais, o próprio nome que recebeu a chapa das oposições na eleição para a Constituinte federal – “*A Bahia ainda é a Bahia*” – é sintomático do sentimento então reinante, voltado para

⁹⁵ Em 1933, quando foram escolhidos os deputados e senadores para a Constituinte Federal de 1934, o PSD de Juracy obteve vinte cadeiras, contra apenas duas da oposição. No ano seguinte, nas eleições para a Constituinte estadual de 1935, a situação ficou com 32 vagas, e a oposição com apenas dez.

⁹⁶ Um testemunho, embora parcial, desses acontecimentos está em Nelson de Souza Carneiro. *XXII de Agosto! O Movimento Constitucionalista na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. Para o ponto de vista contrário (tratando também da chamada Intentona Comunista de 1935), v. Clemente Mariani. *O Governo da Bahia e a Defesa da República contra as Agitações Extremistas*. Discursos. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1936.

defender as tradições e o brio das elites políticas locais frente aos “invasores” de outras regiões, impostos pelo governo central.

Mas a LASP estava formada, basicamente, por políticos de uma nova geração, e carecia de lideranças de maior peso, como bem demonstrou a derrota fragorosa sofrida no pleito de 1933. (A única exceção era J. J. Seabra, então já definitivamente rompido com Vargas⁹⁷, que foi um dos dois únicos deputados constituintes eleitos nessa ocasião, ao lado de Aloísio de Carvalho Filho). Foi apenas a partir do retorno de Otávio Mangabeira e de Ernesto Simões Filho (proprietário do jornal *A Tarde*) do exílio em que se encontravam desde 1930, que a LASP ganhou mais densidade, transformando-se na “Concentração Autonomista da Bahia” para disputar as eleições regionais de 1934. Nessa segunda contenda contra as forças governistas, o desempenho do partido foi um pouco melhor, embora elegeisse apenas dez deputados para um total de 50 cadeiras na Assembléia estadual⁹⁸ (o PSD elegeu 32 nomes, e havia ainda oito deputados classistas).

Em um discurso pronunciado na Assembléia Legislativa, em 1935, o então deputado oposicionista Nestor Duarte externou suas impressões sobre a atuação política de Juracy Magalhães a partir de 1931, quando chegou na Bahia como “um revolucionário, um homem de princípios que deviam ser rígidos, à custa dos quais verteu o sangue de brasileiros”. Para Duarte, a juventude de Juracy não constituía um problema, talvez por conta da “expectativa simpática que sempre temos, por dever de solidariedade, para todos aqueles pertencentes à nossa geração”. Ademais, mesmo sendo um “inimigo da revolução”, como Duarte faz questão de se definir, sempre a olhar o movimento de 1930 “com desconfiança”, o deputado “autonomista” não se furta a afirmar que “por certo as esperanças de todos nós, inclusive seus adversários, se voltaram para ele [Juracy], porque todos nós queríamos que se reformassem os costumes políticos brasileiros”, como à época se prometia fazer⁹⁹.

⁹⁷ Para se ter uma idéia do teor das críticas de Seabra a Juracy e a Vargas nesse momento, v. J. J. Seabra. *Humilhação e Devastação – Análise Documentada da Administração do Sr. Juracy Magalhães reunida e anotada por Nelson de Souza Carneiro*. Salvador: Companhia e Editora Gráfica da Bahia, 1933.

⁹⁸ Sobre a formação da LASP e da Concentração Autonomista, ver Consuelo Novais Sampaio, *Poder & Representação*, citado, p. 96 e ss; e Paulo Santos Silva, *Âncoras de Tradição*, citado, p. 35 e ss.

⁹⁹ Nestor Duarte. *Discurso sobre o de Governo de Juracy Magalhães, datado de 10 de outubro de 1935*. Em: *Diário da Assembléia / Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 3 de janeiro de 1936, *apud* Waldir Freitas Oliveira, *op. cit.*, p. 181.

Contudo, julga Duarte, uma grande transformação teria se processado com o interventor federal nos anos seguintes de sua administração: Juracy abandonaria os princípios “rígidos” do “revolucionário” para assumir sem peias as “transigências” e os “compromissos” do “politiqueiro [...] à antiga”. Nesse ponto, creio que vale ler por extenso a seguinte passagem do discurso:

“o Sr. Juracy Magalhães começou, entretanto, a confundir a sua pessoa de administrador e de revolucionário com a figura de político-partidário que iria se intrometer na vida política da Bahia para fazer profissão de fé política com a qual, mais tarde, ele fundaria um partido e instalaria uma máquina partidária e eleitoral, por força da qual se fez governador da minha terra. Quando eu vi que o revolucionário se desmascarara e o politiqueiro repontava no cenário da política partidária, o primeiro julgamento severo que lhe fiz, foi considerá-lo, sobretudo, um jovem que falira e uma mocidade que mentiu a si mesma. [...] porque se é verdade que ele proclamava os propósitos de fazer uma política nova no estado, o desmentido desse propósito era imediato, quando escolhia os velhos leões da política do passado, para serem os generais maiores dessa política nova. [...] Juracy] se revelou, assim, um político à antiga, o homem capaz de vencer pelo velho processo de nossa vida política. E no pleito de 3 de maio se aprimorou o político com todas as suas prepotências e erros, a fim de vencer ou tornar vitoriosa a sua causa. [...] O pleito de 3 de maio foi igual a todos os que se vinham processando na República Velha, cheio de compressões, de fraudes, de tropelias no sertão e de tantas outras misérias próprias daquela política. [...] A administração passou, desse modo, do período imparcial do homem da revolução de 1930, para o período partidário de transigências, de 1932 em diante.”¹⁰⁰

Mais à frente, Duarte fez também questão de ressaltar o quanto o governo Juracy teria, ainda, sido caracterizado por atos de violência praticados impunemente contra alguns de seus adversários mais ou menos destacados:

“O governador da Bahia também desmentiu os postulados da revolução de 1930, como homem responsável ao zelo às liberdades políticas. [...] No seu governo se agrediram homens públicos [jornalistas] como os Srs. Simões Filho e Wenceslau Galo e um adversário como eu estive sob ameaça de igual agressão. O seu governo, afinal, foi teatro das cenas mais tristes de degradação política que a Bahia tem assistido.”¹⁰¹

¹⁰⁰ Idem, p. 182-184.

¹⁰¹ Idem, p. 184-185.

Durante a Constituinte estadual de 1935, Nestor Duarte assumiu a função de líder da minoria, por ser um dos deputados mais experientes da bancada oposicionista. A Assembléia de 1935 era composta de políticos muito jovens (mais da metade contava com menos de 40 anos de idade), e poucos deles haviam exercido qualquer mandato parlamentar anterior, tal como Duarte fizera na última legislatura da República Velha. Além disso, o fato de ser bacharel em Direito também era um diferencial, já que a maior parte dos deputados “autonomistas” era formada por médicos. Um dado curioso, a ilustrar a grande homogeneidade social dessa Assembléia, é que o líder da maioria, Alfredo Gonçalves de Amorim, de 51 anos, era o dono da banca de advocacia – uma das mais conceituadas de Salvador à época – em que trabalhavam três dos deputados da oposição: o próprio Duarte, Jayme Junqueira Ayres e Aloísio de Carvalho Filho.

Como líder dos “autonomistas”, Duarte foi o responsável por ler, no primeiro dia de funcionamento da Constituinte, a declaração em que a oposição informou que abandonava a sessão que elegeria Juracy Magalhães governador constitucional do estado, “para não concorrer, nem com o voto contrário, no golpe que se vai desferir contra a Bahia nesta Assembléia”¹⁰². Também integrou a chamada “Comissão dos Nove” (composta por deputados de formação jurídica, sendo seis da maioria e três da minoria) que deu forma final ao anteprojeto de constituição que foi levado à votação no plenário da casa. Foi, ainda, voto vencido no debate sobre a inclusão, no texto constitucional, de um preâmbulo em que se invocava o nome de “Deus”, mesmo ressaltando que não o fazia por “questão de irreligiosidade ou ateísmo”, mas antes porque defendia o princípio do Estado laico, separado da Igreja¹⁰³.

A historiadora Consuelo Novais Sampaio aponta algumas ambigüidades na atuação parlamentar de Duarte, pois, apesar de apresentar muitas “tendências avançadas para a época” e de, por exemplo, manifestar em plenário um voto de apoio à “greve dos choferes e condutores de ônibus (em abril de 1937)”, ele também teria sido o responsável pela primeira reação contrária ao projeto de reimplantação do imposto territorial, suspenso desde

¹⁰² Cf. “*Declaração da Bancada Oposicionista*”. Em: *A Tarde*. Salvador, 25 de abril de 1935, *apud* Consuelo Novais Sampaio, *Poder & Representação*, citado, p. 177.

¹⁰³ O assunto é lembrado por Josaphat Marinho, no seu *Discurso de Posse na Academia de Letras da Bahia*. Em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 24, 1975-1976, p. 11.

o governo Vital Soares, ao apresentar uma emenda “que excluía do cômputo do valor da propriedade rural todo e qualquer estabelecimento industrial e usina”, o que, no entendimento da historiadora, diminuiria consideravelmente a arrecadação proveniente dessa taxa¹⁰⁴.

O ano de 1935, quando as assembléias constituintes estaduais estiveram reunidas, acabou se mostrando um dos mais politicamente agitados daquela quadra, especialmente pelo fortalecimento de dois agrupamentos que promoveram uma grande radicalização do ambiente político brasileiro, tanto à esquerda quanto à direita: a Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de caráter fascista, liderada por Plínio Salgado, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), ampla frente composta de comunistas, socialistas e elementos liberais, sob liderança de Luís Carlos Prestes. Na Bahia, apesar da adesão de líderes famosos, como João Mangabeira, e da simpatia demonstrada por Nestor Duarte a alguns dos pontos de seu programa, como a defesa da reforma agrária (que o jovem deputado elogiou em discurso no plenário da Assembléia)¹⁰⁵, a ANL teve relativamente pouca penetração. Já o integralismo, pelo contrário, expandiu-se rapidamente, e chegou a ter células bastante expressivas, em especial no interior do estado, antes de ser proibido pelo interventor Juracy Magalhães, por volta do final de 1936. (Não deixa de chamar a atenção a atuação de Juracy com relação aos dois grupos extremistas: reprimiu duramente as ações da AIB e mostrou certa condescendência com relação à ANL, da qual inclusive fazia parte um de seus irmãos, o médico Eliezer Magalhães)¹⁰⁶.

De todo modo, são as disputas cada vez mais violentas entre esses dois grupos, que começam a irromper em todo o país, e iniciativas malfadadas como a “Intentona Comunista” de novembro de 1935, que levam ao estabelecimento de uma legislação repressiva que iria aumentar rápida e fatalmente os poderes do governo central. Podem-se citar, dentre tais medidas, algumas como: a promulgação da Lei de Segurança Nacional, em abril de 1935; o fechamento da ANL pouco depois, em julho, alegando que a entidade possuía ligações com a III Internacional; a decretação do Estado de Sítio pelo Congresso

¹⁰⁴ Consuelo Novais Sampaio. *Poder & Representação*, citado, p. 213 e 248, respectivamente. Sobre as várias greves ocorridas na Bahia por esses anos, ver, da mesma autora, o artigo “*Movimentos Sociais na Bahia de 1930 – Condições de Vida do Operariado*”. Em: *Universitas – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 29, janeiro/abril de 1982.

¹⁰⁵ De acordo com Luís Henrique Dias Tavares. *História da Bahia*, citado, p. 405.

¹⁰⁶ Para mais detalhes, ver seus dois livros de depoimentos, já citados.

Nacional em novembro (situação essa que iria perdurar ao longo de todo o ano e meio seguinte); o reforço da Lei de Segurança Nacional em dezembro; a criação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo, no início de 1936; a prisão, em março desse ano, de quatro deputados federais e um senador que vinham denunciando as medidas autoritárias ou, no mínimo, extra-constitucionais, que vinha sendo tomadas pelo governo; a criação do Tribunal de Segurança Nacional em outubro. Getúlio valeu-se claramente da radicalização do processo político e dos poderes que lhe foram conferidos a bem da “Segurança Nacional” para justificar a escalada autoritária que conduziria ao golpe do Estado Novo, em novembro de 1937¹⁰⁷.

Com relação especificamente à prisão dos parlamentares ocorrida em março de 1936, um dos quais era o baiano João Mangabeira, ressalte-se que Nestor Duarte protestou, na Assembléia estadual, contra o “ato arbitrário” do governo central. Afirmou ele, então:

“João Mangabeira é condenado, e contra ele não se ergue nenhuma prova séria. Contra ele se ergueram, entretanto, todos os interesses da política dominante para privar o Parlamento Nacional de sua voz em defesa da democracia [...] a condenação de João Mangabeira, entretanto, não representa por isso a morte dos princípios que defendia, porque nessa trincheira continuamos nós”¹⁰⁸

A decretação do Estado Novo, em novembro de 1937, pôs fim à pantomima da campanha presidencial então em curso (na qual Duarte, juntamente com seus correligionários da Concentração Autonomista, apoiava a candidatura do governador paulista Armando Salles de Oliveira, na vã esperança de que “a democracia [...] possa surgir dessa refrega mais forte do que nunca, para enfrentar os embates das esquerdas e das direitas que a combatem”¹⁰⁹), e mergulhou o país em um período de exceção autoritária. Na Bahia, Juracy Magalhães, que de tenente se transformara em político, foi contrário ao golpe de Vargas e, assim, acabou forçado a renunciar ao posto de governador do estado. Em seu lugar, assumiu o coronel do Exército Antonio Fernandes Dantas que, no mesmo dia,

¹⁰⁷ Sobre o processo que levou ao golpe de 1937, v. Thomas E. Skidmore. *Brasil – de Getúlio a Castelo*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

¹⁰⁸ Nestor Duarte. *Protesto contra a condenação de João Mangabeira*. Em: *Diário da Assembléia / Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 18 de maio de 1937, *apud* Waldir Freitas Oliveira, *op. cit.*

¹⁰⁹ Cf. Nestor Duarte. *Discurso pronunciado na Sessão de 7 de julho de 1937*. Em: *Diário da Assembléia / Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 8 de julho de 1937, *apud* Waldir Freitas Oliveira, *op. cit.*

ordenou a prisão de Nestor Duarte e de diversos outros políticos, professores universitários, profissionais liberais, operários e líderes trabalhadores, estudantes e militares, todos acusados de serem comunistas ou de alguma forma contrários ao novo regime.

Em suas memórias, Juracy Magalhães lembra que o coronel Dantas já vinha insistindo em efetuar essas prisões desde antes do golpe: “[o Coronel Dantas, que costumava acusar-me de ser acobertador de comunistas] chegou a exigir de mim que mandasse prender os ‘perigosos comunistas’, deputados Péricles Noblat, Aliomar Baleeiro, Álvaro Sanches e Nestor Duarte, homens de esquerda, mas não comunistas. O objetivo era insuflar a oposição contra mim. Recusei-me, mas o coronel, usando dos poderes do Conselho de Guerra, efetuou essas prisões”¹¹⁰. Marcelo Duarte conta que, no momento da prisão do pai, o “capitão do Exército que o prendeu queria levar seus livros ‘comunistas’, mas não o fez porque tinha lá também os do ‘integralista’ Plínio Salgado”. Em todo caso, Duarte chegou a ficar encarcerado, incomunicável, por cerca de três dias. Foi, então, solto, provavelmente por influência do antigo interventor¹¹¹.

Qual teria sido, então, a relação de Nestor Duarte com os comunistas? Porque ele, apesar de ser atraído, de algum modo, pelo ideário das esquerdas de sua época, não aderiu ao PCB, que por estes anos estava em plena organização na Bahia¹¹²? Uma primeira pista para responder a essas indagações pode ser buscada, parece-me, no discurso pronunciado pelo autor em 1966, ao tomar posse como membro da Academia de Letras da Bahia. Nessa ocasião, se autodefiniu, primeiramente, dizendo: “de mim confesso, com perdão da má palavra, que não passo de um reformador social”. E mais adiante, ao tratar do século XX como um tempo de “tomadas de consciência e tomadas de posição [...] num processo de mudanças e de revoluções nunca visto antes”, Duarte se deteve um bom tempo para ressaltar o quanto a urgência política de sua época tornou muitas vezes difícil a jornada daqueles que talvez tivessem preferido cultivar o ceticismo ou a ironia:

¹¹⁰ Juracy Magalhães. *O Último Tenente*, citado, p. 178. No mesmo sentido, v. também *Minhas Memórias Provisórias*, citado, p. 103.

¹¹¹ Cf. Marcelo Duarte. *Discurso Comemorativo do Centenário de Nascimento de Nestor Duarte*, já citado.

¹¹² Ver, especialmente, Antônio Risério. *Adorável Comunista – história política, charme e confidências de Fernando Sant’Anna*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2002, capítulo 7 “A Migração Vermelha”; e João Falcão. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

“Tempos Temerários, fascinantes, mas sofridos. Que baste ver suas filosofias para que se revelem os seus intentos, suas ambições, seus compromissos, suas esperanças. [...] Essas filosofias não se destinam a conhecer, a esclarecer o mundo, mas a interferirem nele, a mudá-lo, transformando o próprio homem e as tarefas que lhe são próprias na progressão da história. São filosofias de ação, filosofias instrumentais para mexer e abalar eixos, intervir em movimentos, para alterar estruturas, para achar e criar novos caminhos. Não é um século religioso, diz-se, mas como são numerosos e apaixonantes os seus estados de crença [...] Crê-se em lei natural, na evolução, no processo dialético, na imposição das infra-estruturas sobre as estruturas, na técnica, no demiurgo da economia. [...] um século assim ambicioso, assim violento, assim aventureiro, submeteu e submete as gerações atuais a uma mobilização do espírito, ou melhor, de consciência e de ação, como nenhum outro o fez. Ele desconhece a dúvida, o ceticismo, a disponibilidade de espírito, a própria ironia, porque suas mensagens são as revoluções, as reformas, a guerra pela felicidade, a guerra pela paz, uma paz em guerra se quiserem.”¹¹³

Na *Saudação* que pronunciou nessa mesma ocasião, comentando a trajetória intelectual e ideológica de Duarte, o poeta Godofredo Filho afirma que o autor não foi “jamais um revolucionário”, uma vez que, como lhe parece, “o revolucionário procede de um conceito, deduzido aprioristicamente, e o conceito é sempre abstrato. O revolucionário não move as idéias: é movido por elas”. E tal não seria o caso de Duarte, no entender de Godofredo Filho, ainda que ele pudesse ser visto, isso sim, como “um revoltado” ou mesmo “um rebelde” – salvo, porém, da “lógica inumana dos extremismos”, pelo “orgulho da condição humana”¹¹⁴.

Em seu romance *Tempos Temerários* (1958), cujo enredo se passa ao longo dos anos 1930 e 1940, o personagem principal, Custódio de Avelar, é um ex-seminarista que entra para o partido comunista, o que dá ensejo a muitas passagens que comparam as duas instituições, a Igreja e o Partido. Em um desses momentos, o narrador do romance faz uma série de observações nesse sentido a respeito de Custódio: “viria perder a fé à custa de substituí-la por outra ou por outras. Não está em condições de viver sem uma crença e sem uma causa”; “seu tempo é de crença e de revolução. Todo pensamento, toda filosofia, é uma doutrinação, se essa palavra significa crer e ensinar, acreditar e fazer, ser convencido e agir”; “já não há leituras de acaso. Todas elas se impõem pela propaganda ou pela

¹¹³ Cf. *Discurso de Posse de Nestor Duarte e Saudação de Godofredo Filho*, já citado, p. 8-10.

¹¹⁴ *Idem*, p. 35.

violência, o que compromete a escolha. E têm um sabor e uma forma – a do libelo e a da proclamação. Tudo é política, sobretudo a filosofia”; “à falta de um Deus, ele precisa de uma causa. É meio de preencher os vazios de sua crença”; “ele viera de uma Igreja única, e defendia ou aceitava a necessidade do Partido único. Estava livre, assim, da grande heresia”¹¹⁵. Transparecem, assim, no registro ficcional do romance, mais alguns indícios do ponto de vista crítico que Duarte mantinha com relação à submissão ideológica que lhe parecia ser condição necessária para o ingresso no partido comunista. Em outra passagem do mesmo livro, uma citação de *O Zero e o Infinito*, do escritor anglo-húngaro (e judeu) Arthur Koestler, um famoso romance de denúncia contra o regime de Stálin na URSS, parece corroborar esse entendimento¹¹⁶.

Apesar dessas diferenças marcadas, Duarte sempre manteve um diálogo aberto com os comunistas. Em 1938, na Bahia, tornou-se colaborador da *Revista Seiva*, um periódico mantido veladamente pelo então clandestino PCB que, nas palavras de um contemporâneo, “naquele momento, constituía o único órgão antifascista em circulação no país”, com “uma atuação muito importante no sentido de aglomerar intelectuais, literatos e políticos [...] de variadas tendências [...] democratas e antifascistas”¹¹⁷. No primeiro número de *Seiva*, Duarte publicou um extrato da *Oração de Parainfo* que escrevera para a turma de bacharéis de 1938 da Faculdade de Direito da Bahia, em que trabalha com dois conceitos – “disciplina por coordenação” e “disciplina por subordinação” – que são os estribos nos quais ele vai se apoiar para criticar os regimes autoritários então vigentes no Brasil e em alguns países da Europa (veremos mais sobre isso no capítulo IV desse trabalho, quando discutirmos a produção jurídica e acadêmica de Duarte)¹¹⁸. Alguns anos mais tarde, em outro momento importante, como foi a cassação do mandato dos representantes comunistas no Congresso Nacional, em 1946, Duarte posicionou-se pela manutenção da legalidade do

¹¹⁵ Nestor Duarte. *Tempos Temerários*. Romance. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 135, 136 e 137.

¹¹⁶ V. Arthur Koestler. *O Zero e o Infinito*. São Paulo: Editora Progresso, 1947. [o título original do livro, publicado inicialmente na Inglaterra, é *Darkness at Noon*, e a primeira edição é do ano de 1941]. O paralelo entre as obras de Koestler e Duarte é sugerido por Nelson de Sousa Sampaio no artigo “Nestor Duarte – O Político e o Escritor”. Em: *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971.

¹¹⁷ O depoimento de João Cunha está publicado em Edgar Carone. *O PCB*. Volume I - (1922-1943). Difel, 1982, p. 227-228. Sobre a revista *Seiva*, v. ainda: João Falcão. “Comunicação sobre a Revista Seiva”. Em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 39, 1993.

¹¹⁸ Nestor Duarte. “Disciplina por Subordinação e Disciplina por Coordenação”. Em: *Revista Seiva*, ano 1, n. 2, janeiro de 1939.

partido, e inclusive assinou um abaixo-assinado manifestando sua opinião contrária ao ato do Poder Executivo¹¹⁹.

Outro assunto que suscitou bastante o interesse de Nestor Duarte, nesse período, foi aquele referido aos estudos sociológicos e antropológicos acerca do peso assumido pela cultura negra no âmbito da formação da nacionalidade brasileira¹²⁰. Foi esse interesse, por exemplo, que o levou a prestigiar a organização do II Congresso Afro-brasileiro, que aconteceu entre 11 e 20 de janeiro de 1937, na sede do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, à época presidido por Teodoro Sampaio (o primeiro congresso havia sido em Recife, em 1934, organizado por Gilberto Freyre). De acordo com Édison Carneiro, o jovem intelectual à frente da organização do evento, foi “Nestor Duarte, líder da oposição [na Assembléia Legislativa da Bahia], quem conseguiu que nos fosse facilitado o auxílio pedido” para o custeio do congresso, no valor de 1:500\$000¹²¹. Por conta de atitudes como essa com relação aos terreiros de candomblé então existentes na Bahia, Duarte inclusive seria, mais tarde, agraciado com o título honorífico de “ogã” do terreiro do Gantois, um dos mais tradicionais da cidade¹²².

Além disso, Duarte também foi um dos principais interlocutores locais dos pesquisadores estrangeiros que chegaram à Bahia na segunda metade da década de 1930 para investigar o tema, tais como Donald Pierson e Ruth Landes. Com esta última, Duarte manteve um diálogo, principalmente, sobre o que ele chamou de “tom matriarcal da vida familiar entre os pobres”, favorecido pela liderança espiritual e comunitária das sacerdotisas do candomblé, mulheres independentes que, em sua visão, contrabalançariam

¹¹⁹ A esse respeito, v. o depoimento de Jorge Amado publicado em seu livro de memórias: *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 73 e 339.

¹²⁰ Como lembra, por exemplo, Thales de Azevedo, em seu *Democracia Racial – Ideologia e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975, p. 90.

¹²¹ Cf. Édison Carneiro. *Ladinos e Crioulos – Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964, p. 99. Outra referência à participação de Duarte nas discussões travadas ao longo do congresso pode ser lida na “Apresentação” escrita por Édison Carneiro e Aydano do Couto Ferraz e publicada no volume *O Negro no Brasil – Trabalhos Apresentados no II Congresso Afro-brasileiro da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

¹²² Cf. Cida Nóbrega e Regina Echeverria. *Mãe Menininha do Gantois, uma biografia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006, p. 47. “Ogã” é o nome que se dá aos elementos estranhos à religião do candomblé mas que, de algum modo, prestaram serviços relevantes à comunidade religiosa.

“o rude domínio dos homens em toda vida latina”¹²³. Um entendimento que, aliás, reaparece em uma passagem do seu ensaio *A Ordem Privada*:

“a [mulher] negra traz de sua cultura africana, ou pelo menos aqui soube conquistar, assinalável prestígio social entre os de sua raça. Ela é chefe de seita, mãe de santo e de terreiro e conseguiu fazer-se, assim, centro de uma ordem e de uma autoridade. Feiticeira e sacerdotisa, ela chega ainda, em face da paternidade incerta e promíscua das deveras da escravidão, sem os luxos do matrimônio monogâmico, a exercer um rudimento de matriarcado de quem não tem marido nem homem para mandar-lhe em casa e cuidar dos filhos, que estão exclusivamente às suas costas.”¹²⁴

Já com Pierson o debate também foi profícuo, como aliás deixou registrado o sociólogo nos prefácios dos livros resultantes de suas pesquisas na Bahia¹²⁵. Em 1941, Duarte chegaria a publicar, nas páginas do jornal *A Tarde*, um comentário a um artigo de Pierson. Nesse texto, Duarte resume assim as conclusões a que chega o norte-americano em seu estudo pioneiro:

“No quadro social que Donald Pierson nos desenhou, da Vitória à Mata Escura, da Barra ao Alto do Tanque, fazendo uma curiosa estatística pela Avenida Sete de Setembro, numa noite de carnaval de 1936, pode-se empreender um estudo comparativo da acomodação de classes pobres numa cidade industrial e numa cidade de tipo comercial e agrícola como a Bahia, comparar a vida do pobre do *slum* nova-iorquino com a do estivador do Garcia, como chegar a conclusões de caráter geral como essas: a) há uma coincidência de classes e de raças no Brasil; b) há classes e não castas fechadas entre nós, logo há classe negra e classe branca no Brasil; c) há intercâmbio dessas classes, tanto maior quanto haja proximidade racial na seguinte progressão – preto, mestiço escuro, mestiço claro, branco – sem que esta progressão impeça a aproximação mais rápida de preto e branco e de branco e preto, quer nas classes ricas, quer nas classes pobres.[...] A importância dessas conclusões está em que se pode afirmar que é mais o critério social e econômico, e não o étnico, que divide brancos, pretos e

¹²³ Landes deixou um registro desse diálogo em seu livro *A Cidade das Mulheres* (2ª edição. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2002, p. 119-120 – a primeira edição brasileira é de 1967), resultado de suas investigações baianas. Sobre o ponto, há ainda um rápido comentário em Antonio Risério. *Caymmi – uma Utopia de Lugar*. Perspectivas, 1993, p. 96, e uma referência um pouco mais detida no artigo de Mark Healey. “Os desencontros da tradição em Cidade das Mulheres – raça e gênero na etnografia de Ruth Landes”. Em: *Cadernos Pagu*, (6-7), 1996, p. 153-199.

¹²⁴ Nestor Duarte, *A Ordem Privada*, citado, p. 153.

¹²⁵ V. Donald Pierson. *Branco e Pretos na Bahia – Estudos de Contacto Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945 [a primeira edição norte-americana é de 1942]; e *O Homem no Vale do São Francisco*, já citado.

mestiços na sociedade brasileira, de que a cidade da Bahia, apesar de sua geografia peculiar, é um exemplo frisante na miniatura tão viva da sociologia de Donald Pierson.”¹²⁶

Os anos do Estado Novo, com sua interdição da vida político-partidária, foram para Duarte um período de concentração nos labores intelectuais. Não à toa, seu mais conhecido trabalho, o ensaio histórico-sociológico *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, foi publicado em 1939. Além disso, essa também é uma época de intensas atividades acadêmicas, principalmente depois de se tornar professor catedrático da Faculdade de Direito da Bahia, com o concurso prestado em 1933 para a cadeira de *Introdução à Ciência do Direito*, do qual resultou a edição de sua tese *O Direito – Noção e Norma* (1934). Foi também, entre 1941 e 1945, professor substituto de *Teoria Geral do Estado*. Ambas as disciplinas eram assistidas por alunos do primeiro ano, que logo se entusiasavam com o jovem professor que, de acordo com alguns testemunhos, era: “vibrante, desabusado, provocador [... e partidário do] método do debate, da controvérsia, da polêmica”¹²⁷; ou ainda “jovial, expansivo, exuberante nos gestos, ágil na palavra e no raciocínio”¹²⁸. Um de seus alunos relembra: “não repetia compêndios, nem impunha autores [...] estimulava a controvérsia refletida na multiplicidade de pensadores”¹²⁹. E outro resume: “os estudantes de Direito de minha geração e das gerações imediatamente anteriores ou seguintes tivemos em Nestor Duarte o mestre por excelência. [...] Já não estávamos diante do professor que monologava, ao longo de cinquenta minutos, transmitindo a ‘sua’ ciência, a ciência assim como a entendia e aceitava. Agora estávamos ante o dialeto, provocando-nos ao debate, suscitando dúvidas, esmagando idéias preconcebidas, alargando-nos horizontes, abrindo caminhos ao nosso pensamento”¹³⁰.

¹²⁶ Nestor Duarte. “Notícia sobre o Artigo de Donald Pierson – A Distribuição Espacial das Classes e das Raças na Bahia”. Em: *A Tarde*, Salvador, 3 de junho 1941, publicado em Waldir Freitas Oliveira, *op. cit.* Reproduzido também em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 16, 1941. O artigo discutido é: Donald Pierson. “A distribuição espacial das classes e das raças na Bahia”. Em: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n. 73, 1941.

¹²⁷ Cf. Orlando Gomes. “Um Professor Emérito”. Em: *A Tarde*, Salvador, 27 de março de 1968.

¹²⁸ Nelson de Souza Sampaio. “Nestor Duarte, Professor Emérito”. Em: *Universitas – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 5, janeiro/abril de 1970.

¹²⁹ Josaphat Marinho. *Nestor Duarte – Mestre e Reformador Social*. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1994.

¹³⁰ Milton Tavares. “O Sociólogo do Direito”. Em: *A Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971.

Outro exemplo da postura acadêmica de Nestor Duarte chega-nos através de um relato do conhecido jurista Miguel Reale, de cuja banca de concurso para a cadeira de *Filosofia do Direito*, na Universidade de São Paulo, em 1940, fez parte Duarte. Reale conta que sua condição de integralista pesava contra a sua aprovação nesse concurso, e que por isso, o certame correu sob “um clima de adversidade manifesta [... e] quando chegou a minha vez, assumiu aspectos de guerra. Os dois professores da casa [os ‘escolásticos’ Alexandre Corrêa e Mário Masagão] investiram contra meu trabalho, tentando destruí-lo”. E continua, mais adiante: “dispenso-me de detalhar o que foi esse entrevero, no pior estilo coimbrão de velha e superada memória, para lembrar que o clima mudou completamente quando dada a palavra aos mestres convidados [o carioca Hahnemann Guimarães e os baianos Edgard Sanches e Nestor Duarte]. Eram todos tidos como ‘homens de esquerda’, quando, na realidade, se tratava apenas de homens isentos de paixões, dispostos a examinar minha tese sem espírito preconcebido”. E, desse modo, “graças às três indicações” dos professores convidados, Reale pôde se tornar professor da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo¹³¹.

Entre 1939 e 1941, Duarte foi ainda presidente do *Instituto dos Advogados da Bahia*. Os “Institutos de Advogados”, existentes nas principais capitais brasileiras desde o século XIX e muitas vezes chamados de “Institutos da *Ordem* dos Advogados” não devem ser confundidos, entretanto, com a OAB, entidade fundada somente em 1930. Ao passo que essa última era uma associação de classe, com caráter corporativo de representação profissional, os “institutos” geralmente funcionavam como centros de estudos e de pesquisas a respeito das disciplinas jurídicas. Nesse sentido, eram mais próximos dos diversos “institutos histórico e geográficos” existentes por essa época, pois eram voltados para a “difusão do saber jurídico”¹³². Durante sua gestão à frente do Instituto baiano, Duarte

¹³¹ Miguel Reale. *Memórias – Destinos Cruzados*, volume 1, São Paulo: Ed. Saraiva, 1986, p. 149-151. Apesar da vitória de Reale no concurso, a Congregação da São Francisco ainda tentou impedir sua posse na cadeira. Reale impetrou então um recurso, ao qual juntou pareceres a seu favor assinados por juristas como San Tiago Dantas, Hermes Lima, Plínio Barreto, Marrey Jr., Edmundo de Miranda Jordão e Demóstenes Madureira de Pinho, dentre outros. V. Miguel Reale. *O concurso de Filosofia do Direito - Memorial*. São Paulo, 1940.

¹³² O *Instituto dos Advogados Brasileiros* foi fundado no Rio de Janeiro, então capital do país, em 1843. Para uma história dessa entidade, cf. Hermann Assis Baeta (org.). *História da Ordem dos Advogados do Brasil. Volume I – O IAB e os advogados no Império*. Brasília: Conselho Federal da OAB, 2003. A respeito do *Instituto dos Advogados de São Paulo*, eu próprio realizei uma extensa pesquisa há alguns anos: v. Diego Rafael Ambrosini e Natasha Schmitt Caccia Salinas. *Memória do IASP e da Advocacia, de 1874 aos nossos*

foi o responsável pela reedição do periódico da entidade (*Revista Fórum*), que se encontrava fora de circulação a cerca de uma década, e que passou a publicar artigos de doutrina, pareceres, arrazoados de advogados, professores e juízes da Bahia ou de outros lugares, dentre outros trabalhos¹³³.

Foi na *Revista Fórum*, assim como na *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, ambas com edições anuais e eventuais números extras, que a geração de juristas atuantes na Bahia entre as décadas de 1930 e 1940 deixou registrada uma extensa produção intelectual. Esse tipo de revista acadêmica muitas vezes se presta como um espaço de sociabilidade para uma determinada geração intelectual, e essas duas foram, sem dúvida, os principais veículos para que autores como Nestor Duarte, Orlando Gomes, Jayme Junqueira Ayres, Aloísio de Carvalho Filho e Nelson de Souza Sampaio divulgassem muito de suas opiniões nessa época. Nas páginas dessas revistas, tratou-se de muito tema jurídico, mas também de muito tema político, sob o enfoque jurisdicista da *Teoria Geral do Estado* – e um dos temas que mais se debateu então, apesar do regime do Estado Novo, foi o conceito de Democracia¹³⁴. Em um dos próximos capítulos, nos deteremos mais aprofundadamente na leitura dos textos que Nestor Duarte escreveu nesse período, e que foram publicados nessas revistas, tais como sua “*Oração de Paraninfo*” (1939), ou os artigos “*Os Fundamentos do Direito Natural e as Direções do Positivismo Jurídico*” (1941) e “*Ruy e o Processo Cultural Democrático*” (1944).

A volta de Duarte à política, nesse início da década de 1940, deu-se principalmente, portanto, por meio dos debates intelectuais, cuja culminação seria sua participação como membro da delegação baiana no *I Congresso Brasileiro de Escritores*, que aconteceu em

dias. Campinas: Millenium Editora, 2006. Sobre o *Instituto dos Advogados da Bahia*, ainda não existem investigações mais aprofundadas publicadas em livro.

¹³³ V. a notícia publicada a esse respeito na *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 16, 1941, p. 179.

¹³⁴ Eis alguns dos artigos publicados nestas revistas que abordam o tema em questão. Na *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*: Orlando Gomes. “*Aspectos da Democratização do Direito*” (1937) e “*Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1940*” (1940); J. J. Araújo. “*Os Princípios Democráticos e a Constituição de 1937*” (1938); Demétrio Ciriaco Ferreira Tourinho. “*Direito Livre, Direito Justo*” (1938); Jayme Junqueira Ayres. “*Contradição de Métodos e Unidade de Fim Democrático no Direito Civil Moderno*” (1941); João Moreira Filho. “*Justiça e Democracia*” (1943). Na *Revista Fórum*: Jayme Junqueira Ayres. “*Censuras ao Pendor dos Juristas para as Instituições Democráticas*” (1941); Aloísio de Carvalho Filho. “*Oração do Cinquentenário da Faculdade Livre de Direito da Bahia – Sobre a Democracia*” (1941); Nelson de Souza Sampaio. “*Habeas Corpus em Prisão Política*” (1941); Orlando Gomes. “*Autoridade e Democracia*” (1942), “*Oração de Paraninfo à Turma de 1942 da Faculdade de Direito da Bahia – Ideal de Liberdade e a Reação Fascista*” (1942) e “*O Estado Fascista*” (1944); Aliomar Baleeiro. “*A Democracia e as Realidades Brasileiras*” (1943); Vários Autores. “*Dossiê sobre Clóvis Bevilacqua e Ruy Barbosa*” (1944).

São Paulo, no ano de 1945 e que é por muitos considerados um evento emblemático na cronologia final do Estado Novo brasileiro¹³⁵.

Além disso, outra campanha importante desses anos foi o ciclo de manifestações contra o fascismo e pela entrada do Brasil na II Guerra Mundial, que ocorreram então na capital baiana, e dos quais Duarte foi um orador assíduo¹³⁶. Esses discursos começavam criticando o nazi-fascismo europeu e muitas vezes terminavam por incluir críticas à situação política brasileira e local. Um retrato da participação de Duarte em um desses comícios pode ser lido em certa passagem do romance *Tenda dos Milagres*, de Jorge Amado: “Nestor Duarte, professor de Direito, escritor, a voz rouca, a palavra candente, atacou as limitações à liberdade, produtos da ditadura, reclamou democracia, ‘em defesa da democracia os soldados empunham as armas contra o nazismo’ [...] a multidão aplaude, gritos, palmas, entusiasmo e pressa. Movimenta-se a massa colossal, comprime-se, começa a evacuar a praça”¹³⁷. Também o jovem militante comunista João Falcão deixou um registro dos discursos anti-fascistas de Nestor Duarte nos anos de 1942 e 1943¹³⁸.

No ano de 1945, com a proximidade do fim da guerra, a situação da ditadura do Estado Novo no plano da política interna ficou ainda mais insustentável. No primeiro semestre daquele ano, diversas congregações de faculdades de Direito espalhadas pelo país divulgaram *manifestos*, nos quais criticaram abertamente o governo Vargas e clamaram pela volta a um regime democrático, quase sempre escorados em uma retórica dos direitos do cidadão, típica do liberalismo clássico. Na Bahia, o manifesto local, assinado por Nestor Duarte e diversos de seus colegas professores, é um claro exemplo disso¹³⁹.

¹³⁵ Eis os membros da bancada baiana, em ordem alfabética: Afrânio Peixoto, Alberto Passos Guimarães, Alina Paim, Almir Mattos, Artur Ramos, Aydano do Couto Ferraz, Clementino Fraga, Dias da Costa, Edison Carneiro, Eugênio Gomes, Fernando Tude, Hélio Simões, Hermes Lima, Homero Pires, Jacinta Passos, James Amado, João Mangabeira, Jorge Amado, Luiz Viana Filho, Nelson de Souza Sampaio, Nestor Duarte, Odorico Tavares, Pedro Calmon, Pirajá da Silva Pompeu de Souza, Sosígenes Costa, Wanderley de Pinho. Cf. Carlos Guilherme Mota. *Ideologia da Cultura Brasileira – 1933-1974 – Pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

¹³⁶ Cf. Consuelo Novais Sampaio. “A Bahia na Segunda Guerra Mundial”. Artigo publicado no endereço eletrônico: < <http://www.oohodahistoria.ufba.br/01bahia.html> >. Consultado em 21/09/10.

¹³⁷ Jorge Amado. *Tenda dos Milagres*. 41ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 310. Grifo do autor.

¹³⁸ João Falcão. *O Partido Comunista...*, já citado. Anos depois, na década de 1950, Nestor Duarte se associaria a João Falcão para fundar o *Jornal da Bahia*.

¹³⁹ Cf. Paulo Santos Silva. *A Volta do Jogo Democrático – Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992, especialmente os dois primeiros capítulos. Paulo Santos Silva indica que o manifesto da Faculdade Nacional de Direito (RJ) pode ser lido em Virgílio de Mello Franco. *A campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1946, p. 155; para o manifesto paulista, v. John W. F. Dulles. *A*

Nesse texto, podemos ler uma passagem como a seguinte, que deixa bem entrever a extensão e os limites do discurso desses professores:

“concebendo a democracia, no plano moral, como a fórmula de coexistência social compatível com a eminente dignidade do homem, não podemos aceitar nenhuma estrutura política cujo conteúdo se não amolde às formas que a realidade histórica tem imprimido a essa concepção filosófica. A experiência política dos povos civilizados demonstra que a primeira e mais importante condição para o efetivo funcionamento do regime democrático é o respeito, pelo Estado, da liberdade individual, nos seus aspectos fundamentais fixados numa declaração de direitos do cidadão. A liberdade de pensamento, de reunião, de associação, de crença e culto, de locomoção, precisam ser garantidas constitucionalmente sem restrições que entrem ou dificultem a ação do homem no meio político e social em que vive.”¹⁴⁰

A julgar pelo autorretrato memorialístico que alguns dos membros da geração político-intelectual de Nestor Duarte pintam de si próprios, os temas da democracia e da liberdade foram, sem dúvida, dois dos mais presentes em seus horizontes de debate e ação política. Nelson de Sousa Sampaio, por exemplo, ao discursar, na Faculdade de Direito, durante a outorga do título de professor emérito a Nestor Duarte, afirma nada menos que “aprofundar e humanizar o sentido da coisa pública tem sido a diretriz dominante na militância política de Nestor Duarte, numa linha muito fiel às tradições desta Escola, a linha ‘liberal’ anglo-saxônica do adjetivo, isto é, a que busca o progresso econômico e a justiça social sem a escravidão do indivíduo às igrejas políticas do século”¹⁴¹. Outro exemplo nos chega de Jayme Junqueira Ayres, que, na elegia que escreveu após o falecimento de Duarte, diz: “foram duas gerações de políticos nascidos na Bahia as últimas que, nesse país, amaram apaixonada e confiantemente a liberdade – a de Nestor [Duarte] e a que a antecedeu. Os homens que vieram depois, quando fora do poder, desdenharam do ideal de liberdade e sorriram dela, como de cousa ultrapassada; assumindo, entretanto, o poder, passaram imediatamente a temê-la. A temê-la e a persegui-la”¹⁴².

Com a saída de Vargas do poder e a convocação da Constituinte de 1946, um novo ciclo político se instalou no país. Uma ordem institucional democrática, ainda que com

Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

¹⁴⁰ O *Manifesto* está publicado no citado livro de Paulo Santos Silva.

¹⁴¹ Nelson de Souza Sampaio. “*Nestor Duarte, Professor Emérito*”, já citado.

¹⁴² Jayme Junqueira Ayres. “*Prece*”. Em: *A Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971.

muitas restrições, foi instaurada. Nestor Duarte vai participar intensamente dela, atuando institucionalmente, como ator político. Inicialmente, como deputado constituinte (1946), membro da chamada Esquerda Democrática, bloco coligado à UDN. De acordo com Sérgio Soares Braga, Duarte se destacou na Constituinte por ter sido um dos parlamentares mais atuantes em plenário, sempre com posicionamentos anti-autoritários e anticlericais¹⁴³. Logo depois, durante o governo Otávio Mangabeira na Bahia (1947-51), foi secretário de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio¹⁴⁴. E por fim, durante a década de 1950, voltou à Câmara Federal por três legislaturas, onde, como parlamentar, ocupou várias vezes os postos de líder e vice-líder dos seus partidos (passou por UDN, PST e PL) e das oposições aos governos de JK e Jango, além de líder do governo na presidência de Jânio Quadros. Pode-se dizer que esse é o período da ação política, o momento em que Duarte pôde atuar politicamente no âmbito institucional do regime democrático de então.

Optamos, no entanto, por interromper nossa narrativa antes de 1946, de modo a concentrar o foco no período anterior, o período Vargas, que entendemos ter funcionado como um momento em que encontramos o democrata Nestor Duarte na oposição, operando muito mais no plano das idéias, do discurso. É nesse contexto, afinal, que Duarte vai escrever os textos que serão analisadas nos dois capítulos seguintes: seu ensaio sócio-político, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), e sua produção de jurista e professor de Direito, publicada entre as décadas de 1930 e 1940.

¹⁴³ Cf. Sérgio Soares Braga. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946 – Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Volume I. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998, p. 204-206.

¹⁴⁴ Para um registro das ações dessa secretaria de estado, v. o *Boletim da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio do Estado da Bahia*. Serviço de Divulgação, 1949-1952.

III. O Ensaísta – Nestor Duarte entre os “intérpretes do Brasil”

“Ignorar essa realidade [brasileira] tem sido o nosso sistema de interpretação histórico-social. O desejo talvez de criar uma nação nos tem feito perder a oportunidade de analisá-la.”

Nestor Duarte
A Ordem Privada e a Organização Política Nacional
(1939)

O ensaio como forma de pensar o Brasil

A década de 1930, quando Nestor Duarte publica o seu ensaio *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* (1939), é geralmente tida como um período de inflexão na história de nossa literatura sócio-política, dado o ímpeto com se estabeleceu, nesse momento, uma vigorosa produção intelectual sobre os temas da origem e da formação do Estado e da identidade nacional brasileiros. É evidente que muito já havia sido escrito, anteriormente, sobre as questões envolvidas na construção do país. Basta lembrar aqui os nomes de autores como José Bonifácio, Visconde do Uruguai, Francisco de Varnhagen, Tavares Bastos, José de Alencar, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Capistrano de Abreu, Ruy Barbosa ou Alberto Torres, dentre outros, para se formar uma ligeira noção do quanto já se havia refletido sobre a política e a sociedade brasileiras desde a Independência política de 1822, ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Foi nos anos trintas, porém, que veio a se consolidar uma “forma narrativa específica” voltada para produzir conhecimentos mais sistematizados acerca do país sob uma chave historiográfica ou sociológica de grande amplitude: o ensaio de síntese sobre a formação nacional, as chamadas “grandes interpretações do Brasil”¹⁴⁵.

¹⁴⁵ A expressão “forma narrativa específica” é de Bolívar Lamounier, em seu *A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico*. Em: _____ (org.). *A Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Editora da UnB, 1982.

Escritos em uma época em que se operavam importantes mudanças ou rupturas nos planos político, econômico, social e cultural do país, os ensaios, “interpretações” e “retratos” do Brasil editados nessa década se caracterizavam, quase sempre, por uma disposição de examinar a história brasileira e, com base nessa avaliação, propor diferentes maneiras de intervir na realidade, visando a modificá-la naqueles seus aspectos que eram percebidos como “arcaicos” ou como “entraves” à desejada “modernização” nacional. Eram estudos motivados, portanto, tanto pela busca de nossas “peculiaridades” nacionais, de nossas “diferenças” com relação aos países europeus e também aos outros povos americanos (do norte e do sul), como também pelo desejo de encontrar maneiras para “superar” nosso “sentimento de atraso” com relação aos países ditos centrais.

Apesar da repercussão quase imediata que a maior parte desses estudos obteve logo após a sua publicação (ou, talvez, exatamente por isso), a geração posterior de pesquisadores em ciências sociais, envolvida que esteve no processo de institucionalização universitária de suas disciplinas e almejando marcar as suas diferenças com relação à tradição intelectual menos “profissional” dos ensaístas, muitas vezes minimizou a relevância daqueles trabalhos, tachando-os, aqui e ali, de serem “pré-científicos”, “meramente ideológicos” ou “destituídos de ‘real’ validade explicativa” e daí por diante¹⁴⁶. Apontou-se geralmente, como deméritos do ensaio, sua pretensão normativa e seus juízos explícitos de valor, em especial (mas não apenas) no que se refere aos autores vinculados ao chamado “pensamento conservador ou autoritário” daquela quadra.

São bastante conhecidas as colocações de Theodor W. Adorno em defesa do “ensaio como forma” frente às acusações dos posicionamentos “cientificistas” ou “cartesianos”, mas creio que não seja excessivo lembrar, aqui, duas ou três delas – em que pesem as diferenças de contexto – que bem podem funcionar como advertências para o nosso trabalho. Adorno começa, com leveza, afirmando que os esforços do ensaio “espelham a disponibilidade de quem, como uma criança, não tem vergonha de se entusiasmar com o que outros já fizeram”, para logo acrescentar, com uma ponta de tristeza, que “quem

¹⁴⁶ Para uma crítica pioneira desse tipo de abordagem, v. Wanderley Guilherme dos Santos. *“Paradigma e História – a Ordem Burguesa na Imaginação Social Brasileira”*. Em: _____. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. Versões anteriores desse mesmo argumento já haviam sido publicadas por Wanderley Guilherme na revista *Dados*, em duas ocasiões: *“A Imaginação Político-Social Brasileira”* (*Dados*, n. 2/3, Rio de Janeiro: Iuperj, 1967) e *“Raízes da Imaginação Política Brasileira”* (*Dados*, n. 7, Rio de Janeiro: Iuperj, 1970).

interpreta, em vez de simplesmente registrar e classificar, é estigmatizado como alguém que desorienta a inteligência para um devaneio impotente e implica onde não há nada para explicar”. Mais adiante, acrescenta a idéia importante de que “o ensaio denuncia silenciosamente a ilusão de que o pensamento possa escapar do âmbito da *thesis*, a cultura, para o âmbito da *physis*, a natureza”, o que significa que seu objeto (o pensamento) deve ser encarado como um artefato humano, construído, e não como um dado pronto, “natural” ou “real”. Por fim, um pouco antes, o renomado pensador alemão já havia declarado que no ensaio “o pensamento se desembaraça da idéia tradicional de verdade [...] e] busca o valor de verdade como algo histórico por si mesmo”. Guarde-se bem o preceito, porque ele é valioso para nossos objetivos: é preciso aprender, junto com o ensaio, a encarar a “verdade” como “algo histórico por si mesmo”¹⁴⁷.

Ocorre que, felizmente, é circunstância inescapável do conhecimento historiográfico o fato de que ele deve ser reelaborado e reescrito de tempos em tempos. Já o historiador francês Marc Bloch gostava de sublinhar o fato de que a História não deve ser encarada simplesmente como “ciência do passado”, mas sim como a “ciência dos homens no tempo”¹⁴⁸, i. e., como uma disciplina voltada para estudar os efeitos da passagem do tempo sobre as ações humanas e sobre os diversos significados e interpretações atribuídos a essas ações. As sociedades humanas, sendo históricas por definição, não se prestam a um conhecimento definitivo (tal como talvez desejassem certas pretensões positivistas) e, por conta disso, a reescrita contínua da História é uma absoluta necessidade epistemológica.

Disso decorreu uma necessária revisão daquela atitude acidamente crítica mantida pelos investigadores de meados do século XX perante os trabalhos das gerações de 1920/1930/1940. Já não nos basta, simplesmente, descartar a validade dos conhecimentos produzidos pelos “grandes ensaios de síntese” como se fez antes, a partir de uma perspectiva que advogava a necessidade de uma pretensa “isenção” ou “neutralidade” do conhecimento “científico” e, na busca da “verdade” definitiva nas ciências humanas, desprezava os critérios axiológicos dos ensaístas – como se esse posicionamento, por si só, não implicasse em um claro julgamento de valor. E assim, em anos recentes, voltou a

¹⁴⁷ Theodor Adorno. “O Ensaio como Forma”. Em: _____. *Notas de Literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2003, p. 17, 27 e 28.

¹⁴⁸ Marc Bloch. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 55.

florescer um grande interesse pela retomada dos estudos dos chamados “intérpretes do Brasil”¹⁴⁹.

Por outro lado, isso não significa um simples “retorno” aos ensaístas, que volte a acatar acriticamente suas análises e colocações; não, cada época deve ler os autores do passado com suas próprias lentes, e o oposto do descarte de uns não precisa, necessariamente, ser uma volta (aliás, impossível) à aceitação de outros. Em outras palavras: se não devemos simplesmente abandonar, sem mais, a leitura dos nossos “intérpretes”, tampouco devemos lê-los com uma disposição meramente hagiográfica ou laudatória, “comprando” pelo valor de face suas descrições da “realidade” brasileira. Parece-me que já não nos interessa debater se os ensaístas estavam “certos” ou “errados” em suas afirmações sobre o Brasil, mas sim encará-los, para utilizar a formulação de Gildo Marçal Brandão, “como um índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais, de um estoque teórico e metodológico aos quais os autores são obrigados a se referir no enfrentamento das novas questões postas pelo desenvolvimento social, como um afiado instrumento de regulação de nosso mercado interno das idéias em suas trocas com o mercado mundial”¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Um levantamento bibliográfico não-exaustivo (deixando de fora, por exemplo, os muitos trabalhos que tratam de autores específicos) sobre a retomada crítica dos clássicos de “interpretação do Brasil” a partir da década de 1990 poderia incluir: Daniel Pécaut. *Intelectuais e Política no Brasil – entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990; Fernando Henrique Cardoso. *“Livros que inventaram o Brasil”*. Em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, São Paulo, 1993; Luiz Werneck Vianna. *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997; Lourenço Dantas Mota. *Introdução ao Brasil – um Banquete nos Trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 1999; José Carlos Reis. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999; Sérgio Miceli. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001; Lúcia Lippi Oliveira. *“Interpretações sobre o Brasil”*. Em: Sérgio Miceli (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970 – 1995)*. São Paulo: Anpocs e Editora Sumaré, 1999; Élide Rugai Bastos. *“Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista”*. Em: Sérgio Miceli (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970 – 2000)*. São Paulo: Anpocs e Editora Sumaré, 2002; Silvano Santiago (org.). *Intérpretes do Brasil*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 2000; Otávio Ianni. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004; Adrián Gurza Lavalle. *Vida Pública e Identidade Nacional – Leituras Brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004; André Botelho e Milton Lahuerta. *“Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política – Tópicos de uma Necessária Agenda de Investigação”*. Em: *Perspectivas*, n. 28, São Paulo: Unesp, 2005; Francisco Weffort. *Formação do Pensamento Político Brasileiro – Idéias e Personagens*. São Paulo: Ática, 2006; Bernardo Ricupero. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007; e Gildo Marçal Brandão. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007; André Botelho e Lília Schwartz. *Um Enigma Chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; André Botelho. *“Passado e Futuro das Interpretações do País”*. Em: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, julho de 2010; além das edições especiais dos periódicos *Revista USP*, n. 38, Dossiê *“Intérpretes do Brasil – anos 30”*, 1998; e *Lua Nova*, n. 54, Dossiê *“Pensar o Brasil”*, 2001.

¹⁵⁰ Gildo Marçal Brandão. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, citado, p. 23-24.

Os melhores historiadores e filósofos da história têm ensinado que cada época, cada autor ou cada geração de autores, situados em seus *presentes* específicos, reconstroem de modos também específicos o próprio *passado*, reinterpretando-o constantemente e relacionando-o tanto ao seu *agora* quanto ao seu *futuro*. Assim, *passado*, *presente* e *futuro*, organizados de modo particular por cada historiador ou “intérprete” da história, são partes integrantes e constitutivas de um determinado entendimento do processo histórico, que não transcende sua própria “data” e não pode nem desqualificar absolutamente e nem evitar o surgimento de outras interpretações, anteriores, contemporâneas ou posteriores a ela. É por isso que Marc Bloch (1941), por exemplo, argumenta que o conhecimento histórico não permite apenas compreender o presente pelo passado, mas também o passado pelo presente¹⁵¹. Da mesma forma, seu companheiro da *École des Annales*, Lucien Febvre (1949) declarou: “organizar o passado em função do presente: é aquilo a que poderíamos chamar a função social da história”¹⁵². E, antes dos dois franceses, o italiano Benedetto Croce (1938) já havia afirmado, com o mesmo sentido, que “toda história [tem] o caráter de história contemporânea” pois “se relaciona sempre com a necessidade e a situação presentes”¹⁵³.

Mais recentemente, o alemão Reinhart Koselleck, preocupado em entender os modos como cada presente, ou cada autor, relaciona as dimensões temporais do passado e do futuro em seus escritos, formulou, nas noções de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativas”, duas ferramentas de grande poder analítico. Vale a pena acompanhar uma longa citação de Koselleck, onde ele define essas duas categorias:

“a experiência é o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência, fundem-se tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia. Nesse sentido, também a História é desde sempre

¹⁵¹ Marc Bloch, *op. cit.*, p. 60-68. Mais especificamente, diz Bloch (p. 65): “essa solidariedade das épocas tem tanta força que entre elas os vínculos de inteligibilidade são verdadeiramente de sentido duplo. A incompreensão do presente vem fatalmente da ignorância do passado. Mas talvez não seja menos vão esgotar-se em compreender o passado se nada se sabe sobre o presente”.

¹⁵² Lucien Febvre. *Combates Pela História*. 3ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1989, p. 258.

¹⁵³ Benedetto Croce. “A História como Pensamento e como Ação”. Em: _____. *História, Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1962, p. 14.

concebida como conhecimento de experiências alheias. Algo semelhante se pode dizer da expectativa: também ela é, ao mesmo tempo, ligada à pessoa e ao interpessoal, também a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem”¹⁵⁴

Creio que é possível dizer que essas características historiográficas são comuns aos vários ensaios dos anos 1920/1930. Todos eles, em geral, operam uma reconstrução histórica da “formação” da sociedade brasileira, muitas vezes buscando um diagnóstico das “heranças” e dos “antecedentes” vinculados às nossas “origens” no *passado* português ou ibérico e, depois, nas características específicas de nossa colonização (que é vista como assentada em uma determinada forma de ocupação do solo e na exploração econômica fundada na mão-de-obra escrava). Em seguida, propõem uma análise dos pontos que consideram como os principais obstáculos a serem enfrentados pelo país em seu *presente*, a partir, geralmente, dos efeitos trazidos pelas “rupturas” históricas que foram a abolição da escravidão e a proclamação da República. Por fim, passam a propor sugestões ou prognósticos para garantir o bom direcionamento do país no rumo do *futuro*, visando a alcançar e conquistar a desejada “modernização” econômica, política e social, “superando” as continuidades “arcaicas” que carregávamos de nossos *passado* e *presente* “mal-formados”.

É evidente que, se a forma mais geral dos vários ensaios de “interpretação do Brasil” possui similaridades, baseadas nessa descrição que fizemos de uma estrutura que talvez se possa chamar de “enredo em três atos” (para utilizar uma metáfora dramatúrgica, classicamente exposta na *Poética* de Aristóteles), o conteúdo propriamente dito de cada uma delas é bem específico, pois, como já se afirmou anteriormente, cada autor (ou mesmo cada ensaio), por definição, elabora uma visão particular de qual teria sido o *passado*, quais são as características do *presente*, e o que se deve esperar do *futuro* do país. Em outros termos, cada “intérprete do Brasil” relaciona de maneiras bastante diversas suas percepções sobre o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” do momento em que ele

¹⁵⁴ Reinhart Koselleck. *Futuro Passado – Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto e Editora Puc-Rio, 2006, passim; a citação foi retirada das p. 309-310.

escreve – e, a bem da verdade, nem poderia ser diferente, dado que cada perspectiva é forçosamente singular¹⁵⁵.

Essas características dos ensaios de “interpretação do Brasil” implicam em que eles não podem (e nem devem) ser tomados como estudos definitivos, como construções teóricas acabadas, completas. Ao contrário: ao lê-los, percebemos com clareza o quanto o desforço argumentativo dos autores é fluido, e o quanto admite, a todo momento, certa *variação*. É sintomático notar, por exemplo, como dois dos principais conceitos explorados nesses trabalhos, tais como as noções de Estado ou de sociedade, podem variar em sua caracterização ao longo de cada um dos escritos, até mesmo em sua valoração “positiva” ou “negativa” mais geral. Nas palavras de Bolívar Lamounier, “existe um constante processo de criação e extinção de conceitos, ou pelo menos de significativa reinterpretação”¹⁵⁶ operando na tessitura dos ensaios.

Essa “frouxidão” ou “provisoriedade” conceitual já foi profusamente apontada pela literatura especializada ao longo da segunda metade do século XX, que, como já afirmamos, muitas vezes esteve preocupada em denunciar as “insuficiências teóricas” dos ensaístas. Gostaríamos de argumentar, no entanto, que o fenômeno descrito não deve ser visto como aleatório, e não deve levar o analista a abdicar da tarefa de tentar encontrar um sentido mais estável em meio às idas e vindas nas argumentações dos autores. Parafraseando o personagem Polônio, do *Hamlet* de William Shakespeare (para continuar com as metáforas dramatúrgicas), uma parte importante do trabalho de pesquisa está em buscar encontrar algum “método” nessa aparente “loucura” conceitual e argumentativa¹⁵⁷.

Outro aspecto a ressaltar está na premissa de que os conceitos políticos mobilizados nesses trabalhos devem ser sempre encarados como resultantes de disputas histórica e politicamente determinadas, e não como “verdades” absolutas ou transcendentais, de valor universal e atemporal. Não quer isso dizer que eles não possam ser retomados e retrabalhados pelo analista contemporâneo a partir de suas próprias questões ou objetivos,

¹⁵⁵ André Botelho, em artigo recente, preocupa-se em afirmar que “mesmo o movimento metodológico comum que realizam de voltar ao passado colonial para buscar conferir inteligibilidade aos dilemas do presente não parece suficiente para inferir uma unidade dos ensaios de interpretação do Brasil”. Cf. “*Passado e Futuro das Interpretações do País*”. Em: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, julho de 2010, p. 54. No mesmo sentido, v. também Élide Rugai Bastos. “*Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: Um Diálogo*”. Em: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Unesp*, São Paulo, 2005, p. 20.

¹⁵⁶ Bolívar Lamounier, *op. cit.*, p. 411

¹⁵⁷ “Though this be madness, yet there is method in ’t.” (*Hamlet*, Ato II, Cena II).

mas uma saudável prevenção contra o anacronismo deve nos levar a considerar o fato de que todo e qualquer discurso/texto político que se proponha a descrever determinada “realidade” ou fato social está, no fundo – e muitas vezes de modo velado ou mesmo alheio à intenção do enunciante –, engajado em uma empreitada para *constituir* essa mesma “realidade”. Ou seja, o esforço de expor *qual é* a natureza de determinada conformação político-social traz em si, subjacente, uma pretensão de afirmar *qual deveria ser* essa mesma conformação político-social. O próprio Nestor Duarte, no prefácio que escreveu para a segunda edição de seu ensaio, afirmou com todas as letras: “um instrumento de estudo e de pesquisa, por mais isento que seja, é uma forma de participação inevitável na luta e nos compromissos do desenvolvimento e da grandeza política de nosso país”¹⁵⁸.

Assim, é essa característica inevitável das diversas “interpretações do Brasil” que as tornam conceitualmente fluidas, pois a relação que se estabelece entre esses textos e a “realidade” social que eles procuram descrever é, em si mesma, pendular, com os dois pólos atuando de modo contínuo para se constituírem mutuamente. No limite, pode-se até mesmo chegar a uma situação de “caos conceitual”, passível de ser lida e interpretada pelos diversos autores que dela se aproximam de modos completamente diferentes, e mesmo antagônicos. Talvez não seja um grande disparate afirmar que a reflexão histórico-político-social, no Brasil, quase sempre operou no limiar de uma situação de “caos conceitual” tal como a descrita. O conceito de Estado, pode-se argumentar, é um claro exemplo disso. Nunca houve qualquer consenso entre os nossos principais “intérpretes” acerca de sua natureza, de suas funções precípuas ou de seus limites e corrupções. Ao contrário: cada autor construiu seu próprio conceito, a meio caminho entre a descrição do processo histórico tal qual ele o percebia e a elaboração de um ideal que quase sempre estava projetado para o futuro, para o vir-a-ser. Por isso, muitas vezes, textos como os dos intérpretes do Brasil, “tomam a forma de uma crítica, em que o filósofo político ataca uma linguagem moral ou política existente, tachando-a de incoerente ou contraditória, apenas de modo a preparar o terreno para que ele possa apresentar as suas próprias propostas de inovações conceituais”¹⁵⁹.

¹⁵⁸ Duarte, *A Ordem Privada*, citado, p. xii.

¹⁵⁹ “Editors’ Introduction”, em Terence Ball, James Farr e Russel L. Hanson (eds.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995. A tradução, livre, é minha.

Historicamente, o desentendimento básico do nosso pensamento político-social deu-se em torno das diferentes teses sobre as relações que se estabeleceram, no Brasil, entre os agentes do Estado e os grandes interesses sócio-econômicos do país – os proprietários, as famílias, as classes. Assim, a “leitura” do Brasil variou, de um autor para outro, conforme o peso da responsabilidade pelos nossos “males históricos” fosse atirado com mais força sobre o “Estado” ou a “sociedade”. O ensaio *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de Nestor Duarte, tem sido geralmente identificado como uma das principais formulações a destacar o predomínio dos interesses do mundo privado dos grandes proprietários e senhores de terra sobre um incipiente e mal-formado Estado, incapaz de afirmar-se frente aos domínios “feudalizados” dos potentados rurais dispersos pelo imenso território brasileiro. Contrários a essa interpretação, teríamos autores como Tavares Bastos ou Raymundo Faoro, que enxergariam, em posição de ditar os rumos do país, apenas o “estamento burocrático” à frente do aparato estatal de feições “asiáticas”.

“O debate é clássico na historiografia brasileira” – afirma José Murilo de Carvalho – “e pode-se dizer que as posições estão apenas sendo atualizadas e aperfeiçoadas na produção mais recente. Ao lado do ‘feudalista’ Nestor Duarte, há o ‘patrimonialista’ Raymundo Faoro, cuja tese inverte o argumento de Nestor Duarte”¹⁶⁰. Também as seguintes afirmações de Kátia M. Mendonça Barreto são bastante ilustrativas dessa oposição entre os autores que vem se cristalizando na literatura especializada: “se para Nestor Duarte o feudalismo leva ao espírito antipolítico, privatista, privilegiando o poder da sociedade e portanto sua resistência diante do Estado, para Faoro, ao contrário, o estamento e o Estado é que são fortes. Não obstante tais divergências, os dois autores irão, na verdade, por diferentes caminhos colocar à mostra o profundo divórcio existente entre a sociedade e o Estado no Brasil”¹⁶¹.

Por outro lado, o foco quase exclusivo no diagnóstico de uma “ordem privada” hipertrofiada e de um Estado frágil ou inexistente, que vem se perpetuando nas releituras

¹⁶⁰ José Murilo de Carvalho. “*Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual*”. Em: _____, *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998, p. 141.

¹⁶¹ Kátia M. Mendonça Barreto. “*Um projeto civilizador – revisitando Faoro*”. Em: *Lua Nova*, n. 36, 1995.

esporádicas da obra de Duarte, tem levado a que, algumas vezes, o autor seja perfilado, um tanto apressadamente, ao lado de pensadores como Alberto Torres ou Oliveira Vianna, que partem de um pressuposto parecido. Bolívar Lamounier, por exemplo, no balanço disciplinar que viemos citando, vincula Duarte a Torres, Vianna, e ainda a Francisco Campos e Azevedo Amaral, na medida em que todos estariam preocupados com o que ele chama de “*statelessness*”, ou a “a relativa inexistência de um verdadeiro Estado nacional no Brasil”. Em seguida, abstendo-se de aprofundar as propostas de Duarte para a questão, Lamounier contenta-se em descrever as soluções “autoritárias” sugeridas pelos demais autores¹⁶². Não parece excessivo objetar que tal procedimento pode levar um leitor menos atento ou pouco exigente a confundir os prognósticos de Duarte com os dos chamados “autoritários”, o que configuraria uma clara violência às idéias do jurista baiano. Ora, se é fato que Duarte realmente se incomoda com o *déficit* da “organização política nacional”, disso não se segue necessariamente que o Estado pelo qual ele se bate seja o mesmo Estado “forte” e tutelar da sociedade advogado pelos outros ensaístas listados acima. Pelo contrário: é possível supor, inclusive, que Duarte tenha escrito seu livro como uma tentativa de, partindo de um mesmo diagnóstico histórico, oferecer uma resposta aos dilemas brasileiros que fosse distinta daquela que estava sendo implantada pelo regime centralizador do Estado Novo, ao qual se ligavam os programas de Oliveira Vianna, Francisco Campos e Azevedo Amaral.

Em todo caso, é certo que Duarte compartilha, com os autores citados, “um diagnóstico convergente, segundo o qual o país era dotado de elites com caráter clânico e fortemente associadas à propriedade da terra, a impedir uma ‘diferenciação da esfera pública’ e a constituir-se em grave óbice para a consolidação do Estado”¹⁶³. Mas essa interpretação da história brasileira não era exclusividade dos ditos “autoritários”, e estava também presente, de vários modos, em escritores como Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior, entre outros. Francisco Weffort observa como, na história brasileira (do mesmo modo que na de quase todos os países americanos), o pensamento político não começa com o Estado, mas sim com o “parto doloroso de povos novos”, o que teria

¹⁶² Bolívar Lamounier, *op. cit.*, p. 413.

¹⁶³ Cf. Renato Lessa. “O Campo da Ciência Política no Brasil – uma aproximação construtivista”. Em: _____ e Carlos Benedito Martins (coords.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política*. São Paulo: Anpocs, 2010, p. 27.

implicado em que, “desde a partida, o objeto desse pensamento [tenha sido] mais social e cultural do que político”¹⁶⁴. Esse é um traço comum aos vários “intérpretes do Brasil”.

Publicando seu ensaio em 1939, Nestor Duarte estabelece um diálogo com muitos dos autores que escreveram antes dele, como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu, Roberto Simonsen, dentre outros. No Quadro I, em anexo na próxima página, elaborei um índice remissivo de todos os autores citados por Duarte em seu livro, que pode servir como demonstrativo da presença desses escritores em seu horizonte de discussão.

Nas seções seguintes do presente capítulo, tentarei oferecer um panorama mais detalhado de alguns dos temas centrais explorados por Duarte em seu ensaio, de forma a buscar complexificar, um pouco mais que seja, as relações de proximidade e de afastamento que se podem estabelecer entre sua obra e as dos demais autores importantes do cânone do pensamento político e social brasileiro. Com isso, pretendo contribuir para enriquecer as leituras redutoras a que fiz referência anteriormente, que vêem Duarte apenas como o “feudalista” contraposto a Faoro, ou como o teórico da “ordem privada” e do Estado incipiente, que é por vezes ligado a Oliveira Vianna. Ainda que tais resumos dos argumentos de Duarte não estejam de todo incorretos, penso que suas simplificações excessivas podem conduzir a alguns erros, que uma releitura mais detida do autor ajudaria a evitar. No mesmo passo, poderemos ainda ver as diversas maneiras pelas quais Duarte se aproxima ou se afasta de outros “intérpretes do Brasil” do período, como Sérgio Buarque de Holanda ou Gilberto Freyre.

De modo sucinto, podemos dizer que a argumentação desenvolvida por Duarte em seu *A Ordem Privada* está assentada em três alicerces principais, a saber: i) um diagnóstico crítico da permanência de uma lógica “privatista” na organização histórica da sociedade brasileira; ii) uma defesa normativa do Estado como *res publica*, ou como espaço público de convivência entre seus integrantes; e iii) uma apologia da democracia enquanto processo preferencial de pedagogia política (o que implica, necessariamente, em uma crítica ácida do Estado forte e centralizado montado pelo Regime de 1937). São esses os pontos que tentaremos explorar nas seções seguintes do presente trabalho.

¹⁶⁴ Francisco C. Weffort. *Formação do Pensamento Político Brasileiro – Idéias e Personagens*. São Paulo: Ática, 2006, p. 324.

Quadro I

ÍNDICE REMISSIVO - Autores citados nominalmente por Duarte em *A Ordem Privada*

Afonso Arinos de Melo Franco 20, 33, 94
Alexandre Herculano 6, 7, 11, 12, 73
Aristóteles 15, 62
Barão Homem de Melo 92
Caio Prado Júnior 88, 94, 102
Capistrano de Abreu 2, 21, 25, 40, 41, 42, 53, 68, 71, 81
Charles Waterton 34
Coelho da Rocha 7, 8, 9
De Bonald 62
Diderot 96
Durkheim 70
F. I. Pereira Santos 13, 17
Frobenius 4
Fustel de Coulanges 16, 72
Gilberto Amado 42, 100, 102
Gilberto Freyre 26, 42, 43, 44, 57, 60, 62, 71, 76, 79, 85, 86, 111
Granet 19
Jayme Junqueira Ayres 74, 114
João Francisco Lisboa 20, 53
João Lúcio de Azevedo 11
Koster 34
Le Barbinais 34
Letelier 6
Louis Mouralis 126
Luiz Viana Filho 98
Manuel Bonfim 10
Martins Júnior 19, 40
Montesquieu 119
Oliveira Lima 23
Oliveira Martins 20
Oliveira Vianna 27, 28, 29, 41, 47, 58, 61, 62, 75, 88, 104, 109, 111
Paulo Prado 35, 38, 54, 94
Pedro Calmon 34, 39, 45, 61, 79, 81, 92, 94
Platão 15
René Hubert 23
Roberto Simonsen 19, 42, 94
Saint-Hilaire 59
Schmoller 19, 69
Sérgio Buarque de Holanda 34, 62, 63, 104, 121
Sílvio Romero 40
Simão de Vasconcelos 60
Urbino Viana 27
Varnhagen 23
Wanderley de Pinho 29

Fonte: Nestor Duarte. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

O conceito de “ordem privada” é o ponto de partida de toda a argumentação elaborada por Duarte em seu ensaio interpretativo. Ele é o nosso *passado*, o nosso “espaço de experiência”, que ainda se prolonga em nosso *presente*, mas que deve ser superado se quisermos constituir um Estado politicamente “moderno” em nosso *futuro*. Seu diagnóstico, Duarte o retira, largamente, de Oliveira Vianna, colorindo-o, em uma ou outra passagem, com algo das tintas de Sérgio Buarque de Holanda e de Gilberto Freyre, como no caso das noções de “familialismo” ou “patriarcalismo”. Sua “origem” está fundada na tese da colonização “feudal” do território brasileiro, apoiada por Varnhagen, Sílvio Romero e Capistrano de Abreu, dentre tantos, mas rejeitada por Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior, Raymundo Faoro e outros. Em certo sentido, a tendência à corrupção do *ethos* público pelo privado, em Duarte, assume uma centralidade explicativa que permite “ver as coisas globalmente, conhecer as conexões entre elas [...] como se o ser social determinasse a consciência social”¹⁶⁵.

Vejamos agora como o intelectual baiano organiza seus argumentos, com o intuito de alcançar um melhor entendimento de sua noção de “ordem privada”. No primeiro capítulo de seu livro, Duarte começa por uma análise da formação histórica da sociedade e do Estado portugueses. Para o autor, o espaço do Novo Mundo, por si só, não teria sido capaz de gerar desde logo uma sociedade totalmente nova – esta só se formaria lentamente, com o correr dos séculos, e a partir das características que os povos extra-americanos trariam consigo de suas experiências sociais anteriores. Desse modo, argumenta que “o Brasil começava por uma continuação da sociedade portuguesa antes e depois da transmigração para a América” e que, portanto, “quem pretenda, pois, analisar tal ou qual aspecto da sociedade brasileira [...] deverá empreender o exame da sociedade portuguesa não como simples antecedente, mas como essa própria sociedade, que só depois seria a

¹⁶⁵ A formulação é de Gildo Marçal Brandão, e visa a caracterizar um “materialismo histórico” não-marxista que poderia ser concebido como um dos “estilos” possíveis do pensamento político brasileiro, em contraposição tanto ao “idealismo orgânico” quanto ao “idealismo utópico” característicos de muitos dos nossos autores. Cf. Gildo Marçal Brandão. “*Idéias e Argumentos para o Estudo da História das Idéias Políticas no Brasil*”. Em: Renato Lessa e Carlos Benedito Martins (coords.), *op. cit.*, p. 374. Para uma discussão sobre a formação histórica do *ethos* público no país, com uma detida leitura de Duarte, ver Adrián Gurza Lavalle. *Vida Pública e Identidade Nacional*, já citado, passim.

brasileira, com as modificações e misturas que a transmigração por si só não vai processar de inopino”¹⁶⁶.

Partindo de tal pressuposto, o primeiro ponto que Duarte destaca, então, é a necessidade de estudar e procurar conhecer o “sentido social e político do português, como povo e componente de determinada organização política, [...] e como procede, sente e reage dentro da *civitas* política”. Já aqui começa a aparecer a principal preocupação intelectual de Duarte, o problema com o qual ele vai lidar ao longo de todo o seu ensaio, qual seja, o desvelamento das relações que se podem estabelecer entre a organização social de determinado povo e suas formas possíveis de instituição política. Nesse sentido, mostra-se de fundamental importância a compreensão de que o português, antepassado brasileiro, foi sempre “um povo eminentemente particularista, comunal, impregnado e convicto do espírito de fração” e, portanto, “menos político, como povo e como indivíduo, do que muitos outros povos nacionalizados da Europa”¹⁶⁷.

As razões de tal quadro, o autor vai buscar no processo de configuração do Estado moderno na passagem do século XV para o XVI, que se caracterizaria, em toda Europa, pela disputa renhida entre o “poder real” do monarca e os vários outros centros de poder, concorrentes, atuantes em determinado território, principalmente o “poder feudal” dos nobres e barões. Em Portugal, dois importantes “grupos intermediários”¹⁶⁸, a Comuna e a Igreja, exerceram um papel de peso nesse processo, auxiliando a Coroa a derrotar e subjugar a nobreza feudal. Porém, em contrapartida, cobrariam depois sua parcela de participação na configuração da Soberania política que ali se estabeleceu.

A Igreja teria sempre atuado, em terras lusas, como “um poder superposto ao político”, capaz de “atormentar, desviar e impedir a formação do Estado português, naquele curso normal que outras nacionalidades seguiram”¹⁶⁹. Já a Comuna, ou a “organização municipal”, dentre “os grupos e associações territoriais é o menos político por ser o mais privado”, e sempre se postou em oposição à cidade, esta sim um tipo de “associação urbana de originário sentido político”¹⁷⁰. Além do mais, ambas estariam fundadas, socialmente, no

¹⁶⁶ Duarte, *op. cit.*, p. 2-3.

¹⁶⁷ Idem, p. 3.

¹⁶⁸ Idem, p. 4.

¹⁶⁹ Idem, p. 8.

¹⁷⁰ Idem, p. 10-11. Rafael Gomes nota o quanto Duarte ressalta o ruralismo do português, contrastando com os retratos mais urbanos pintados tanto por Oliveira Vianna como por Sérgio Buarque de Holanda. Em: *O*

esteio da organização familiar, que, por sua vez, “expressa idéia antitética ao Estado”, uma vez que “[a família] é a ordem restrita, refratária à extensão, pelo seu espírito de reclusão e de segregação de grupo fechado típico. É a *res-privata*, a ordem privada, eminentemente exclusivista, como é o laço parental”. Por isso, arrematando o raciocínio e citando expressamente a *Política* de Aristóteles, dirá o autor: “nada nega mais o Estado do que a família”¹⁷¹.

De todo o exposto, Duarte conclui que o Estado, em Portugal, nunca se completou e, historicamente, engendrou-se contra ele uma forte “hostilidade ou inadaptação”. O “individualismo anárquico” do português teria, assim, operado na direção de uma recusa a obedecer toda e qualquer “hierarquia social e política” que não proviesse da ordem familiar, caracterizada por seu fundo “sentimental”¹⁷². Ou, em suas próprias palavras:

“Pode-se arrematar, assim, a síntese histórica, concluindo que uma nação de espírito comunal e de sentido religioso como foi a portuguesa, jamais pôde deixar de refletir [...] uma tendência e uma natureza muito pouco propiciadoras à implantação e à irradiação do espírito político, como da idéia do Estado, no tecido orgânico do cidadão nacional, que preferiu sempre guardar-se de transpor e penetrar os limites da ordem política [...] Há, por processo histórico e por temperamento, um privatismo português. Será ele, por confirmação histórica, um antecedente da sociedade brasileira no jogo de forças de sua organização política”¹⁷³

Com a colonização da América, tais características da organização social e política portuguesa começam a ganhar contornos específicos, com conseqüências importantes para o caso brasileiro. A mudança de cenário, contudo, não modifica a tendência geral, já operante em Portugal, de desvirtuamento do caráter do Estado. Ao contrário, tal tendência se agrava ainda mais nestes trópicos, dadas as condições históricas de nossa colonização: “o Estado, como idéia, representação e poder, viria enfraquecer-se e padecer de inelutáveis vicissitudes no Brasil”, diz ele. Dois fatores, transplantados de Portugal e logo exaltados pelas novas condições do meio, ganham relevo e atuam contra a desejável atividade

Privatismo e a Ordem Privada – A Leitura do Brasil na Sociologia Política de Nestor Duarte. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2007, p. 61.

¹⁷¹ Duarte, idem, p. 15.

¹⁷² Idem, p. 16.

¹⁷³ Idem, p. 17.

funcional do Estado: o feudalismo – “um feudalismo atípico” – e a família – “a grande família patriarcal”¹⁷⁴.

O regime das Capitanias Hereditárias, “primeira forma de organização territorial, econômica e social da Colônia”, fortalece a tendência privatista, ao assumir a frente da exploração e ocupação do território em paralelo ou concorrendo com o poder real. “As capitanias são”, dirá o autor, “por tendência e desdobramento de seus fins, uma organização feudal”¹⁷⁵, uma vez que atendem aos requisitos básicos desse sistema, quais sejam: a “transmissão da propriedade plena e hereditária” e a “fusão da soberania e da propriedade”¹⁷⁶. Ademais, repisa Duarte a todo momento, tal regime não desenvolve e nem permite que se desenvolva “o espírito político ou o sentido da coisa pública”¹⁷⁷.

Na época em que escreve Nestor Duarte, a noção de “feudalismo” aparece (explícita ou implicitamente) na maior parte das obras que se prestam a estudar a ocupação do solo brasileiro ao longo do período colonial e depois. Em meio aos vários autores que corroboram a tese feudal até aquele momento, tais como Varnhagen, Martins Júnior, João Francisco Lisboa, Oliveira Martins, Capistrano de Abreu, Oliveira Lima, Afonso Arinos de Mello Franco e Sílvio Romero¹⁷⁸, a principal exceção é, talvez, o economista e historiador Roberto Simonsen – “um dos poucos dos nossos historiadores que julgam que não se deve acentuar os aspectos feudais do sistema das donatarias”, como diz Duarte¹⁷⁹ – e que, por isso mesmo, é abertamente contraditado por nosso autor. O que vale ressaltar, nesse particular, é que Simonsen (assim como fizera antes, já em 1933, o Caio Prado Júnior de *Evolução Política do Brasil* e como fariam também, depois, Celso Furtado e outros investigadores das décadas seguintes) enfatiza os aspectos econômicos do fenômeno, ao passo que Duarte põe em relevo as dimensões políticas e sociais, pela identificação que se opera, no seu ensaio, entre o domínio agrário e a posse da Soberania, ou entre *propriedade* e *autoridade*: “os foros, privilégios e poder de caráter político, que o donatário ia gozar e exercer, defluíam de sua qualidade de senhor e proprietário das terras da capitania”¹⁸⁰.

¹⁷⁴ Idem, p. 18.

¹⁷⁵ Idem, p. 18.

¹⁷⁶ Idem, p. 21.

¹⁷⁷ Idem, p. 23.

¹⁷⁸ Todos citados nominalmente por Duarte, às p. 20, 21, 23 e 40.

¹⁷⁹ Idem, p. 19.

¹⁸⁰ Idem, p. 20.

Duarte deixa de levar em conta o fato de que a colonização da América Portuguesa estava inserida, desde suas origens, em um amplo sistema capitalista mundial, cujo principal motor era a busca do lucro, como na tese de Simonsen. Isto porque, para ele, o feudalismo é muito mais a dispersão e a concorrência de vários centros (ainda que incipientes) de poder político, ou a sobreposição de unidades particulares sobre as instituições e autoridades públicas, do que propriamente um sistema econômico. Ademais, alerta o autor, citando os exemplos de Japão e China, “o conceito não há de ser formado tão-só com os elementos do regime medieval europeu”¹⁸¹. Em todo caso, insiste Duarte, “o fenômeno que desejamos retrair e apontar consiste menos nessa simples ocupação de todo o solo pela propriedade privada, do que na circunstância do proprietário privado guardar e exercer o governo, propriamente dito, que só surge e vive modificado pela concorrência e hostilidade daquele”¹⁸².

O sociólogo Christian Topalov, estudando o debate historiográfico dos anos 1930 sobre o “feudalismo brasileiro”, observa que a novidade dos argumentos de Duarte sobre o tema residiria na circunstância de que, para ele, “o problema das instituições feudais não é mais um debate puramente histórico, mas diz respeito a uma realidade atual [da época em que escreveu]”. Oliveira Vianna, segundo Topalov, enxergaria uma decadência do nosso feudalismo e da aristocracia agrária após a abolição da escravidão; já para Simonsen, a colonização teria funcionado em uma lógica capitalista desde o descobrimento, com o rei português e seus vassallos vindo para a América com a intenção de auferir lucros a partir do empreendimento. “Em ambos os casos”, diz Topalov, “a evolução histórica realizou sua obra benéfica e sua interpretação leva a uma constatação, e não a um programa de reformas”. Já para Duarte, ao contrário, “o problema do feudalismo é [...] o problema mesmo do Brasil contemporâneo”¹⁸³. A caracterização do Brasil como feudal tem, portanto, de acordo com Duarte, consequências práticas, políticas, para as discussões da década de 1930. Nos decênios seguintes, autores como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e outros marxistas vinculados ao PCB continuariam apostando nas consequências políticas da chamada “tese feudal”, ainda que seus argumentos fossem finalmente desmerecidos por escritores como Caio Prado Júnior, Celso Furtado, Raymundo

¹⁸¹ Idem, p. 19.

¹⁸² Idem, p. 25.

¹⁸³ Christian Topalov. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1978, p. 17.

Faoro, Maria Sylvia de Carvalho Franco e muitos outros, com base na concepção capitalista da colonização, já formulada, em seus princípios básicos, desde a década de 1930, por Simonsen e Caio Prado Júnior¹⁸⁴.

Wanderley Guilherme dos Santos afirma que Duarte organiza seu ensaio e sua visão da história brasileira em torno de “dois modelos abstratos de sociedade”. O primeiro desses modelos seria o da “sociedade feudal”, em que “não há poder público, a capacidade de penetração governamental é mínima, as relações sociais se fazem através da extensão das relações de parentesco e até mesmo um modo econômico de produção tal como a escravidão é redefinido”. O outro modelo seria a “sociedade moderna”, que “logicamente [...] possui um conjunto de atributos opostos”. Mas o ponto importante, segundo entende Wanderley Guilherme, é que “a sociedade moderna, na concepção de Nestor Duarte, não é o produto último do desenvolvimento histórico feudal” e seria apenas a partir de “um rompimento revolucionário com a estrutura anterior que uma pode transformar-se na outra”. Assim, continua o comentador, Duarte teria querido demonstrar “como a revolução de 1930 abriu a possibilidade de sua completa destruição [da sociedade feudal] paralelamente à constituição de uma sociedade moderna”¹⁸⁵.

Mais à frente teremos a oportunidade de argumentar contra esse entendimento de Wanderley Guilherme. Para início de conversa, em nenhum momento Duarte afirma que a superação da sociedade feudal pudesse advir somente a reboque de um “rompimento revolucionário” ou coisa que o valha, mas, justamente ao revés, ele crê que isso só seria possível através de um longo e demorado processo reformista estendido na duração do tempo histórico. E, em segundo lugar, nosso autor tampouco enxerga um papel positivo para a Revolução de 1930 no sentido de superar o feudalismo na direção da sociedade

¹⁸⁴ As referências, aqui, são a Nelson Werneck Sodré. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962; Alberto Passos Guimarães. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor, 1964; Caio Prado Júnior. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953 [a 1ª edição é de 1933]; Celso Furtado. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; Raymundo Faoro. *Os Donos do Poder*, citado; Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição. São Paulo: Ática, [a 1ª edição é de 1969]; e Roberto Simonsen. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937. Um bom resumo desse debate sobre o feudalismo no Brasil pode ser consultado em Sedi Hirano. *Formação do Brasil Colonial – Pré-capitalismo e Capitalismo*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

¹⁸⁵ Wanderley Guilherme dos Santos. “Paradigma e História”, já citado, p. 48. Esse texto foi republicado recentemente, sem qualquer modificação, ao menos no que toca à passagem sobre Duarte, em _____. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora da UFMG e Casa de Oswaldo Cruz, 2002. Nessa reedição, a parte sobre Duarte se encontra na p. 55.

moderna, muito antes pelo contrário – tanto como político profissional (como vimos no capítulo anterior) quanto como “intérprete do Brasil”, Duarte é um rematado adversário do regime de 1930, e mais ainda do de 1937.

Voltando ao argumento de *A Ordem Privada*, veremos Duarte acrescentar que o processo de ocupação do solo e a formação concomitante da sociedade brasileira obedeceram a dois ciclos. Primeiro, houve um “ciclo sedentário”, restrito ao litoral, que, fixando o colonizador à terra através da indústria do açúcar, gerou o “tipo social” (é sua a expressão) do senhor de engenho. Depois, deu-se uma “ocupação móvel [...] propriamente de conquista”, característica do “ciclo da bandeira”, que gerou o “tipo social” do bandeirante. Este segundo ciclo vai se desdobrar, ainda, em mais dois outros “tipos sociais”: o fazendeiro proprietário de currais e o minerador¹⁸⁶.

A bandeira – “um fragmento do latifúndio”, segundo a expressão de Oliveira Vianna lembrada por nosso autor – atrai especial atenção de Duarte, uma vez que ela “atende a fins e a interesses da propriedade privada. [...] Nela, não se serve ao Estado, mas a si mesmo, ao fim de lucro pessoal que domina a empresa. Mesmo que contenha interesses políticos, não é a eles que tem em mira, senão indireta e despreocupadamente, mas aos interesses da ordem privada”¹⁸⁷. Além disso, a bandeira constitui ainda “o ensejo e o meio para o senhor privado retomar a função e a chefia militar. [...] Ora, não há maior fator de enfeudalização de um sistema político do que a ocorrência de exércitos inoficiais num regime econômico. A bandeira é o poder militar do proprietário, o seu exército privado”¹⁸⁸. Desse modo, a resultante da bandeira para o problema político que interessa a Duarte é o fortalecimento de um “individualismo [...] anárquico” que não admite “qualquer hierarquia” e pouco se importa com o estabelecimento de “uma civilização”¹⁸⁹.

Outra questão, vinculada às anteriores, reside no fato de que nenhum desses ciclos de colonização descritos chegou a incentivar, de qualquer modo, o surgimento de cidades – que deveriam funcionar, “por seu caráter social e histórico, [como] centro[s] político[s] por excelência, aglutinador[es] do poder público”¹⁹⁰. Duarte reproduz, nesse passo, muitos dos argumentos de Oliveira Vianna (na descrição do domínio rural privado), Gilberto Freyre

¹⁸⁶ Duarte, *idem*, p. 26.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 27.

¹⁸⁸ *Idem*, p. 28.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 31.

¹⁹⁰ *Idem*, p. 25.

(com a idéia de que a Casa Grande representava o centro da organização da Colônia e com a reconstrução do processo de “luta contra as cidades” descrito em *Sobrados e Mocambos*) e ainda Sérgio Buarque de Holanda (na noção do brasileiro cordial e rural e na valorização do urbano como etapa de superação dos males brasileiros)¹⁹¹. Em resumo, para acompanhar suas palavras: “o antiurbanismo a que, no país, as condições do meio físico favoreceram, é espírito e tendência não só de toda vida rural predominante na sociedade, como o resultado de todo um sistema infenso à prevalência da organização política pura”¹⁹².

Mesmo durante o ciclo da mineração, acredita Duarte, não houve o estabelecimento de núcleos urbanos dignos desse nome. As cidades das minas, “cidades do acaso, de forças espontâneas e intermitentes”, teriam sido sempre uma espécie de “acampamento apressado”¹⁹³, em função do ganho fácil e transitório do ouro e do diamante e da disposição aventureira do minerador, “incapaz das obras e empresas demoradas e lentas que definem toda cultura superior”¹⁹⁴. Todo esse quadro esboçado traz, na visão do autor, efeitos grandemente deletérios para o florescimento da vida política no Brasil. Agrava a situação, ainda, a voracidade fiscal do Estado que surge nessa quadra do século XVIII, “um poder público com ganas de proprietário, a disputar o quinhão maior, sobre uma modalidade de desmedida opressão pessoal que é ainda uma das grandes fontes de hostilidades a armarem o homem de incompreensões e resistências contra a autoridade política”¹⁹⁵.

Outro agravante apontado pelo autor está na grande extensão territorial, no território “ilimitado [...] impreciso e quase que variável”¹⁹⁶ do meio americano, o que determinou o modo como iria se processar a sua ocupação:

“nossa formação social se deu em função da extensão territorial, quase continental [...] dessa dispersão ou descontinuidade provieram a sua falta de unidade e a descoordenação dos seus elos. Seus núcleos são núcleos

¹⁹¹ Gildo Marçal Brandão, escrevendo sobre o livro *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Vianna, reúne os trabalhos de Duarte, Holanda, Freyre, Prado Jr. e do próprio Vianna – “entre outros” – em um grupo de estudos que consideram o “domínio rural” como o “centro de gravitação do mundo colonial”. Em: *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007, p. 91.

¹⁹² Duarte, idem, p. 26.

¹⁹³ Idem, p. 33.

¹⁹⁴ Idem, p. 34.

¹⁹⁵ Idem, p. 35.

¹⁹⁶ Idem, p. 47.

de arquipélagos. E ela se desdobra como descosida trama, tênue e larga, sem força de tentáculos para associar e promover a comunhão”¹⁹⁷

Já Oliveira Vianna, citado por Duarte nesse particular, havia também chamado a atenção para a “heterocronia entre a marcha territorial da sociedade e a marcha territorial do poder [... ou para a] disparidade entre a área da expansão social e a área da eficiência política”¹⁹⁸. O sentimento que se forma internamente ao latifúndio, assim, é uma espécie de particularismo, de isolamento que impede qualquer comunhão política de caráter mais geral, uma vez que “o homem [...] andeio e nômade, continua, quando se fixa, dissociado e isolado, amando essa dispersão que lhe vai agravando a descontinuidade social e desviando para o isolamento seu individualismo, que se torna anticomunial”¹⁹⁹. Como consequência disso (e essa é uma particularidade interessante do pensamento de Duarte), temos que o Brasil ficaria assim poupado de movimentos separatistas, pois nos faltariam “os sentimentos e os ideais que formam ou permitem formar mais tarde as grandes escalas sociais, como a regional e a nacional”²⁰⁰.

Vinculada necessariamente ao latifúndio se encontra a *família patriarcal*, que merece a atenção de Duarte em um capítulo específico de seu livro. Essa organização familiar, ele acredita, “se constitui como a única ordem perfeita e íntegra [...] o único centro de organização” que a colônia brasileira conheceu²⁰¹. Mais adiante, o autor insiste no argumento, afirmando a respeito da “família colonial”: “mais do que um fator de ordem social, é uma ordem social própria, pela multiplicidade e importância das funções que exerce e detém [...] não há outra ordem social porque ela é toda a ordem social”²⁰². Duarte destaca, então, “a tríplice função necessária ao seu [da família] prestígio e à sua força no organismo social – a função procriadora, a função econômica e a função política”²⁰³, estabelecendo aí um contraponto entre essa “instituição familiar” e a “família moderna” ou

¹⁹⁷ Idem, p. 43.

¹⁹⁸ Idem, p. 47.

¹⁹⁹ Idem, p. 43.

²⁰⁰ Idem, p. 44. V., sobre isso, as observações de Luiz Guilherme Piva. *Ladrilheiros e Semeadores – A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e Nestor Duarte (1920 – 1940)*. São Paulo: Editora 34 e Departamento de Ciência Política da USP, 2000, p. 236.

²⁰¹ Idem, p. 64.

²⁰² Idem, p. 70.

²⁰³ Idem, p. 67.

“conjugal”, de “função exclusivamente genésica e de assistência aos filhos”²⁰⁴. Nessa altura, ele acrescenta:

“A família, [...] que guarda posição dialética ao Estado, está, entretanto, na base da organização feudal. Família, propriedade e feudalismo é transcurso de um só processo. É precisamente na fase feudal que a família revela sua índole contrária ao espírito institucional político diferenciado. Dê-se força de governo e mando à instituição familiar e ela não se desdobrará até a fase posterior do Estado puro, desvia-se antes, desviando também o processo político, para uma forma de deformação que é o feudalismo”²⁰⁵

A onipresença e a onipotência da casa-grande (é desse modo hifenizado que Duarte grafa o termo) atuam, ainda, como fatores da “formidável função simplificadora”²⁰⁶ que ela viria a exercer sobre as relações econômicas e sociais vigentes na Colônia. Nessa passagem de seus argumentos – como, aliás, em tantas outras – há claros ecos da descrição que Oliveira Vianna opera da realidade brasileira, em que a força do latifúndio, com sua “função simplificadora”, prejudica o surgimento de uma solidariedade social do tipo livre-associativo no país. Diz Oliveira Vianna: “nem classe comercial, nem classe industrial, nem corporações urbanas. Na amplíssima área de latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem”²⁰⁷. Duarte, por sua vez, observa que é “precisamente como unidade econômica que a família proprietária e produtora simplificou e reduziu o meio social da Colônia”, impedindo o “regime de troca comercial”, prejudicando a “divisão do trabalho” e

²⁰⁴ Idem, p. 69.

²⁰⁵ Idem, p. 66-67. Nathalie Reis Itaboraí, examinando o pensamento de três clássicos “intérpretes do Brasil” a respeito das relações que se podem estabelecer entre a vida doméstica e a construção da identidade nacional, resume: “se em Holanda temos [...] uma esperança de que a influência do protestantismo ascético pudesse aqui chegar por outros caminhos que paulatinamente civilizassem o homem cordial, e em Freyre tínhamos uma exaltação de nossa cultura em seus antagonismos constitutivos, o trabalho de Duarte, que radicaliza a visão de Holanda, parece indicar a impossibilidade de soluções para a indistinção entre público e privado que vigora funestamente em nosso país”. Ver “*A Família Colonial Brasileira e a Construção do Brasil – Vida Doméstica e Identidade Nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte*”. Em: *Revista Antropológica*, ano 9, volume 16 (1), 2005, p. 190.

²⁰⁶ Duarte, idem, p. 75.

²⁰⁷ Cf. Francisco José de Oliveira Vianna, *Populações Meridionais do Brasil – Volume I – Populações Rurais do Centro-sul*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 159. [A primeira edição é de 1920]. Os “ecos” de Oliveira Vianna, aliás, não são exclusividade de Duarte – estão presentes em um grande número dos intelectuais que escreveram após a publicação de *Populações Meridionais*. José Murilo de Carvalho elabora uma listagem que inclui até “mesmo autores que discordam de sua [de Vianna] visão política”, tais como “Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Nestor Duarte, Nelson Werneck Sodré, Victor Nunes Leal, Guerreiro Ramos, Raymundo Faoro, para citar os mais notáveis”. Ver “*A Utopia de Oliveira Vianna*”. Em: Élide Rugai Bastos e João Quartim de Moraes (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 15.

contrariando a “formação das classes profissionais”²⁰⁸. Resumindo, assinala o autor: “contrária ao negociante e ao artesão, como à formação de uma classe média, enfim, que se desdobrasse mais além do vínculo doméstico, a família se opôs à formação da cidade, à urbanização da população”²⁰⁹.

Nessa tarefa de obstar o florescimento das cidades e da vida comercial, a organização familiar agrária valeu-se, principalmente, de seu fundamento na mão-de-obra escrava. “A escravidão brasileira foi eminentemente *caseira*”, observa Duarte, e “constituiu a maior força em que se apoiou a instituição familiar para desenvolver a sua economia própria, esteio de sua unidade e do seu centripetismo”. O escravo, pois, era o “trunfo econômico” de que dispunha a casa-grande para impor o “domínio que constringe e subordina os demais homens livres”²¹⁰, uma vez que “a força do latifúndio não reside na extensão da terra, mais ou menos de fácil aquisição, mas no número de braços de que se possa dispor para atender às exigências das culturas extensas”. Desse modo, para conseguir ser independente, o homem livre pobre “só tinha um meio – ser senhor de escravos. Ou isso ou continuar a ser o cliente da casa-grande, porque não é possível a existência do proletário livre onde há o proletário escravo”²¹¹. Em síntese, acrescenta: “na família escravocrata, se o senhor é o centro, o escravo é a sua base”²¹². Sobre o tema, afirma Élide Rugai Bastos: “aqui a análise de Nestor Duarte se aproxima de Caio Prado Júnior: *mostra a escravidão como elo necessário para a manutenção do poder político, porque é o patamar que impede, aos próprios homens livres, o exercício da cidadania*”²¹³.

Por todo o exposto, segue-se que o Estado, para se estabilizar, no Brasil, é forçado a compor uma aliança com a ordem privada latifundiária. A casa-grande, enquanto “organização social extra-estatal”, ignora o Estado, “dele prescinde e contra ele lutará, porque pode disputar-lhe a função de mando e disciplina”. Mas a recíproca não é verdadeira, pois “tão poderosa é essa ordem privada que o Estado há de resignar-se a viver dela e apoiá-la por isso mesmo, até depois da transformação política da Colônia em Império

²⁰⁸ Duarte, *idem*, p. 80.

²⁰⁹ *Idem*, p. 81.

²¹⁰ *Idem*, p. 82. Grifo do autor.

²¹¹ *Idem*, p. 83.

²¹² *Idem*, p. 84.

²¹³ Élide Rugai Bastos. “A Sociologia dos Anos 30 – Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura”. Em: Maria Ângela D’Incao (org.). *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora da Unesp, 1989, p. 345. Grifo da autora.

brasileiro”²¹⁴. Pela força dessas circunstâncias, então, instaura-se uma aliança de compromisso entre o Estado e a casa-grande que, lamentavelmente para o autor, é “uma retirada do Estado da arena social, ou a sua sujeição integral aos interesses da casa-grande”²¹⁵. O que temos, portanto, no Brasil, o nosso poder local, não passa de um “município feudalizado”, cujas câmaras são compostas exclusivamente pelos “senhores de engenho, os nobres da terra que reivindicam verdadeiro privilégio de serem os únicos eleitos. A massa informe do povo não participa dessa comuna”²¹⁶. Mais uma vez, fica patente o paralelo com a descrição de Oliveira Vianna, que diz: “instituído, [o governo local] transforma-se naturalmente em órgão de interesses privados, arma poderosíssima, posta imprudentemente nas mãos dos caudilhos de aldeia”²¹⁷. Justamente por isso, conclui Duarte, a casa-grande dos sertões do país “não precisa fazer revoluções e, apesar de contar, mais do que o litoral, com a força material e econômica para as fazer, não só não as faz, como se opõe a toda e qualquer que possa levar a perigo o Estado, porque será contra aquele compromisso e equilíbrio”²¹⁸.

Ao fim e ao cabo, temos que a existência (e permanência) de uma ordem privada de tão profundos alicerces, em nossa história, mostra-se um fenômeno de enormes conseqüências para a incompleta formação política do país. A determinada altura de seu ensaio, Duarte observa que diversos autores, antes dele, já haviam notado a presença desse “privatismo” exacerbado na organização social brasileira, mas, acrescenta, pouco se preocuparam em derivar os efeitos especificamente políticos do diagnóstico²¹⁹. Escritores como Oliveira Vianna, Pedro Calmon, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, todos citados textualmente por Duarte, “registram aspectos desse privatismo, chegam a afirmar a generalização do fenômeno, mas não o tomam como fato a sistematizar na interpretação e na explicação dessa organização social”²²⁰.

Buscando contrapor-se a eles, Duarte observa que mesmo sendo “anárquica” – mas não, importa acrescentar, “desorganizada ou revolucionária” – a sociedade colonial possui uma “organização sólida, indestrutível, que é sua própria estrutura de base – a

²¹⁴ Duarte, *idem*, p. 71.

²¹⁵ *Idem*, p. 72.

²¹⁶ *Idem*, p. 74.

²¹⁷ Oliveira Vianna, *op. cit.*, p. 338.

²¹⁸ *Idem*, p. 72-73.

²¹⁹ Cf. registra Rafael Gomes, *op. cit.*, p. 49.

²²⁰ *Idem*, p. 61.

ORGANIZAÇÃO PRIVADA”²²¹. Não se trata, simplesmente, de uma sociedade de formação inorgânica, amorfa ou atomizada, como quiseram outros analistas. Muito antes pelo contrário e, a esse respeito, vale acompanhar uma citação mais longa do autor:

“se à primeira vista, podemos dizer que essa sociedade é desorganizada [...] se tamanha dispersão, aliada ao individualismo infrene de seu componente, pode dar a impressão genérica, *grosso modo*, de que a Colônia não obedece a uma organização, como se possível fosse a qualquer aglomerado considerável, como o seu, viver como horda sem lei nem regras, uma reflexão mais demorada nos levará a retificar o conceito, para concluirmos que essa sociedade, colonial, dispersa, arquipelágica, móvel, inafixável, irrequieta, só é desorganizada, ou melhor, inorganizada, no *sentido político*. Sua indisciplina é propriamente política. É uma sociedade apenas anárquica por ser apolítica ou antipolítica”²²².

Os efeitos que decorrem da preeminência da ordem privada na formação histórica da sociedade brasileira são, portanto, para nosso autor, essencialmente políticos. É como afirma Élide Rugai Bastos: “com Nestor Duarte, a discussão sobre o patriarcalismo se politiza e há o rompimento definitivo com as explicações da sociedade centradas na cultura”²²³. E, por isso mesmo, é apenas politicamente que tais efeitos poderão ser superados. Essas conclusões nos obrigam, agora, a buscar compreender melhor a definição que Nestor Duarte constrói do fenômeno político organizado propriamente dito, isto é, do Estado ou, para usar as palavras do título de seu ensaio, da “organização política nacional”. Vejamos como ele o faz.

A “Organização Política Nacional”: o Estado como comunidade política

Até aqui, viemos acompanhando a argumentação de Nestor Duarte e temos visto como ele, a todo momento, se refere ao Estado somente como uma *ausência*, como o *não-constituído*, o *incompleto* e outras expressões semanticamente próximas ou equivalentes. Duarte também possui, no entanto, uma conceitualização positiva do Estado, que vale conhecer. Na economia de seu livro, esse conceito está colocado logo no primeiro capítulo,

²²¹ Idem, p. 61. Grifo do autor.

²²² Idem, p. 59-60. Grifo do autor.

²²³ Élide Rugai Bastos, *op. cit.*, p. 346.

logo no início de seu percurso argumentativo. Essa sua definição do Estado, no entanto, é declaradamente *normativa*, uma vez que ele concebe tal Estado como um objetivo a ser alcançado, e não como algo que se objetivasse em uma existência efetiva na realidade brasileira da época.

“O Estado é o fenômeno político diferenciado”, define o autor, “que se constitui para exercer, com a força social, a função mais geral e extensiva de dirigir e governar a todos os membros e grupos menores componentes de uma determinada comunidade nacional”. O adjetivo “diferenciado” assume aqui uma importância capital, uma vez que o poder estatal não pode, em seu “conceito de fenômeno puro”, ser confundido com nenhum dos outros poderes dispersos socialmente, tais como o poder familiar, o religioso ou o econômico. Além disso, “na ordem estatal, o poder do mando e governo é o próprio fim da organização” e, por isso mesmo, não deve ser exercido como consequência de qualquer outra função ou atividade social: “o Estado é a organização do poder para o poder mesmo”, ele afirma peremptoriamente²²⁴. Mais adiante, Duarte recupera um outro termo, pleno de uma carga valorativa bastante pronunciada, que dá bem a dimensão do modo como o autor encara o instituto em questão. Afirma ele que o Estado, por sua própria definição, deve sempre dirigir-se “ao geral, à generalidade, cuja expressão mais própria e justa é o termo *res-publica*, a coisa pública, que ele traduz e representa”²²⁵. A “*res-publica*” ou a “coisa pública” – eis a essência do Estado para Nestor Duarte. Por outro lado, é justamente essa característica essencial de generalidade do fenômeno estatal que permite ao autor caracterizar a ordem privada (que, por definição, é particularista ou individualista) como fundamentalmente “apolítica” ou “antipolítica”, tal como vimos anteriormente.

Pois bem. Mas como se dará, finalmente, a transição do Estado *ausente* ou *incompleto* para o Estado efetivamente *diferenciado* tal como conceituado acima? Qual o percurso histórico necessário desse processo? De início, antes de juntar forças suficientes para diferenciar-se, o Estado precisa surgir apoiado em algum dos outros poderes intermediários:

“surgindo histórica e socialmente, ele [o Estado] se forma e cresce com a tendência de logo diferenciar-se, ainda que a princípio se confundir

²²⁴ Idem, p. 14.

²²⁵ Idem, p. 15.

possa com o poder militar, religioso ou familiar, aos quais toma assim de empréstimo, como a outros grupos que lhe são preexistentes, força e apoio para sobrepor-se a toda e qualquer potestade interna do meio social, para o que começa por esvaziar dos demais centros de poder todo o conteúdo de governo ocasional que eles, na sua ausência, possam ter nessa ou naquela fase da vida social”²²⁶

Na história brasileira, o momento inicial do processo de diferenciação do Estado se dá com a Independência política de 1822. Entretanto, como se apressa em afirmar o autor, “seria supérfluo dizer que a vinda da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e a Independência do Brasil, nos princípios do século XIX, não interromperam a grande crise colonial do Estado”²²⁷, uma vez que “uma data ainda não é um acontecimento, se não assinala um fato de profunda revolução ou modificação geral e intensiva na estrutura social”²²⁸. Tal “revolução” da “estrutura social” ainda estava muito longe de ocorrer, e por isso Duarte coloca a Independência como mero marco inicial de um longo processo, ainda incompleto mesmo nos dias em que ele escreve.

O “novo Estado brasileiro”, acredita o autor, ainda frágil e incipiente, vinha inicialmente apenas “amparar o *status quo* do senhorio territorial da Colônia, protegê-lo, ou melhor, nele se apoiar para continuar o velho compromisso da Coroa portuguesa com o poder, conservador e redutor de problemas e processos, da propriedade privada”. Dessa forma, “o poder político do senhorio se desdobra, sem sair, entretanto, de suas mãos”²²⁹. Se, antes da Independência, o poder privado reinava dentro dos limites de suas terras e exercia influência e controle sobre as populações que viviam à volta da grande propriedade agrária, “com a nova ordem política, ele apenas era chamado a continuar esse mando e poder nas esferas e redobras do Estado”. Exatamente por isso, “a organização política brasileira iria começar a sua história às costas dessa poderosa ordem privada que, se a carregava, também a conduzia”. Como a Independência, por si só, não lograra modificar as estruturas mais profundas da sociedade colonial, que permaneceria politicamente dispersa ou desintegrada e carente de vínculos sociais mais gerais e amplos, a ordem privada, forçosamente, continuaria a ser a única organização de base e de estrutura superior do

²²⁶ Idem, p. 14.

²²⁷ Idem, p. 93.

²²⁸ Idem, p. 94.

²²⁹ Idem, p. 95.

Império. Assim, e por isso mesmo, a classe política imperial não conseguiria deixar de ser, desde logo, mais do que uma simples “reunião de famílias”²³⁰.

Em todo caso, a sutil novidade trazida pela Independência reside em que, depois de 1822, iria instaurar-se entre nós, pela primeira vez e, no começo, de modo absolutamente restrito, um aparato estatal institucionalizado. A burocracia chamada a exercer o poder, “os doutores, os letrados, os padres e alguns nomes da militança”, continuavam a ser, todos eles, “gente” vinculada à ordem privada, ainda que “transformada apenas pela cultura e pela educação literária da Europa”. Mas esse “pequenino corpo dos governantes propriamente ditos”, esses “primeiros profissionais da política”, receberam, das mãos do senhoria, a incumbência de “ensaaiar as fórmulas e as leis políticas, como as constituições, entre nós”. E esse simples fato, por si só, iria ensejar o *fiat* do poder político no Brasil, ainda que o processo devesse necessariamente operar na longa duração, e não chegasse a se estabilizar sem enfrentar persistentes entraves e vicissitudes. Nas palavras do autor: “é esta penosa diferenciação política de uma sociedade de elos, sentimento e poder privados tão arraigados, a história mais profunda, por vezes ignorada e despercebida, de nosso processo político”²³¹.

Os “letrados”, embora representantes da ordem privada e “por ela agindo nas esferas do governo”, a ela vinculados “por tradição, por sentimento, por interesse e por esse instinto conservador de todo poder”, não podiam deixar de estar “profundamente distanciados, pela cultura e pelas idéias, daquela classe política dominante”, o que daria ensejo, inadvertidamente, a “uma verdadeira disparidade entre o pensamento que concebe e a ação que o realiza” na história política do país²³². Esses magistrados e burocratas, “os idealizadores das constituições perfeitas, das leis e práticas políticas modelares, homens enfim paradigmas a bosquejarem paradigmas numa realidade ignorada e ignorante” e que “voltavam para a Europa o pensamento, o coração e a imaginação, bebendo sequiosos nessas duas fontes de idealidade que eram a Inglaterra e a França”, foram os baluartes do “chamado *idealismo* do Império”, cujos efeitos Duarte não pode se furtar a levar em conta²³³.

²³⁰ Idem, p. 96.

²³¹ Idem, p. 96.

²³² Idem, p. 96.

²³³ Idem, p. 97. Grifo do autor.

É interessante o papel que o autor reserva à análise do “idealismo” no Brasil. Por um lado, afirma que ele foi responsável por uma “luta exclusivamente ideológica [...] sem força de continuidade no campo da ação pragmática”. Por outro lado, no entanto, também reconhece que foi justamente esse “idealismo”, “pelo exercício do pensamento abstrato, pela tentativa e pelo esforço da prática impessoal, no desejo de subordinar homens e instituições à força dos grandes ideais [...] que] foi o primeiro núcleo de diferenciação de nosso senso político e de um espírito público mais puro e livre”. Será, portanto, na experiência mesma da “praticagem da vida política” e “com o pensamento de educar-se e, por sua vez, provocar as pequenas revoluções de mentalidade e de idéias no país”, que se formariam “os nossos homens de melhor espírito público, os professores de política do Brasil” – dentre os quais Duarte arrola os nomes de “um Otoni, um Tavares Bastos, um Joaquim Nabuco, um Ruy Barbosa ou um Eduardo Nogueira Angelim”²³⁴.

A menção a Angelim (um dos líderes da Cabanagem paraense de 1835-1840) abre caminho para que Duarte trate dos “movimentos revolucionários, principalmente do primeiro meado do século XIX”²³⁵, aos quais vai dispensar uma leitura bastante positiva, designando-os como “os primeiros sinais de consciência de um povo político”. Durante a Regência, quando o “próprio poder político tateia por encontrar o caminho seguro da tal política conservadora, que é a política do senhoriato territorial”, explodem violentamente, por todo país, “as primeiras demonstrações de uma consciência popular ou os sinais de um povo político incipiente”. Nesse particular, Duarte não disfarça sua crítica ao “julgamento histórico [que] com seu conteúdo de prevenções, apriorismos e sentimento de classe” condena e avilta esses “motins, revoltas e revoluções” regenciais como tão-somente uma “onda de anarquia generalizada”. É bem outra a sua interpretação desses eventos, pois acredita que “contra essa gente de motins e revoluções, contra esses fazedores de ‘anarquia’, luta precisamente a anarquia conservadora dos grandes proprietários rurais”²³⁶ e “os ‘anarquistas’ e os ‘desordeiros’ que iriam ser batidos e condenados e destruídos em nome do Estado, devem sê-lo antes, porém, em nome da Ordem que o senhoriato representa e do compromisso que entre ele e o Poder Político se forma para atender ao equilíbrio de interesses de ambos”. Infelizmente, conclui ele, “porque é fácil confundir revolução com

²³⁴ Idem, p. 97.

²³⁵ Idem, p. 97.

²³⁶ Idem, p. 98.

anarquia, escapa-nos sempre o significado de tais choques”²³⁷. É interessante contrastar esse posicionamento de Duarte com aquele tomado, por exemplo, por um autor como Raymundo Faoro, que, apesar de extremamente crítico do “estamento burocrático” imperial, nem por isso pinta um retrato positivo das revoltas regenciais, as quais identifica, um tanto surpreendentemente, com “o caos, a anarquia dos sertões”²³⁸.

Apesar das convulsões da Regência, entretanto, a sociedade brasileira, até a queda do Império e nas primeiras décadas da República, ainda “assistiria ao prolongamento da influência da organização social que a Colônia lhe herdara”, e não experimentaria qualquer “revolução” em suas “camadas mais profundas”²³⁹. “A grande paz do Império”, acrescenta Duarte, “o seu equilíbrio e o seu esteio estão nesse senhorio territorial que é a força econômica e o poder material do Estado”²⁴⁰. O Estado brasileiro ainda continuaria a “se apoiar, assim, numa classe política que é sobretudo uma casta, casta familiar de elo parental feudalizado”²⁴¹.

As esperanças de superação desse quadro, Duarte deposita em um agente social e histórico que, segundo acredita, ainda não estava plenamente constituído nem mesmo naqueles dias de publicação do seu ensaio. Trata-se da “classe média”, ainda bastante restrita mesmo após as transformações políticas e econômicas ensejadas pela Revolução de 1930. “Se ela pudesse crescer, se ela pudesse ter peso econômico”, assevera o autor, estaria apta a “formar o melhor contingente de um povo político sobre o qual o Estado poderia, por sua vez, fundar-se e alargar-se, livre de autarquias concorrentes e de castas dominantes”, por conta de sua propensão a “desfeudalizar as castas, a família rural e a propriedade territorial, não só pela divisão desta na pequena propriedade, como pelo sentido mais acentuadamente urbano de sua atividade e de sua índole”. Seria a única classe, portanto, capaz de abrir-se “com outro espírito à recepção do fenômeno político estatal”²⁴². Justamente por isso, foram os poucos representantes da “classe média”, nos últimos anos do Império – “o artífice, o comerciante, o letrado, o advogado, o operário ainda sem classe

²³⁷ Idem, p. 99.

²³⁸ Raymundo Faoro, *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958, p. 158. Cf. Bernardo Ricupero e Gabriela Nunes Ferreira. “Estado e Sociedade em Oliveira Vianna e Raymundo Faoro”. Em: *Cadernos CRH*. Volume 18, n. 44. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005 p. 226.

²³⁹ Duarte, idem, p. 99.

²⁴⁰ Idem, p. 100.

²⁴¹ Idem, p. 102.

²⁴² Idem, p. 101.

própria, o pequeno burguês, o pequeno proprietário, o cidadão, o funcionário”²⁴³ – aqueles que, quando não reabsorvidos pela “corrente dominante”, puderam engrossar as “facções” que apoiaram o “abolicionismo, a federação e a República” e assinalaram a ascensão de “uma outra *qualidade* de classe política [...] em luta inconsciente, ou não, contra o velho senhorio que a República não destrói, mas a cuja decadência vem assistindo”²⁴⁴.

Por fim, cabe ainda mencionar um último conjunto de questões de que se ocupa nosso autor, ligado à instalação e à estabilização da “organização política nacional”. Com base em sua compreensão do Estado como “comunidade política”, Duarte propõe um tratamento específico do debate sobre a “formação de nossa nacionalidade” e de suas relações com os problemas da “unidade territorial” e da “centralização” ou “descentralização” do poder²⁴⁵.

Nesse particular, o ensaísta articula uma severa crítica às teses dos “apologistas do Império” que defendiam que a “empresa maior da monarquia em prol da nacionalidade foi a sua política centralizadora”. Em sua opinião, ao contrário, “uma organização nacional tem que atender a outros termos, em que a integridade territorial e a acidental centralização do Poder Político são antes [meros] elementos materiais do seu processo orgânico”. “Uma nação” enquanto “comunidade de homens, de um povo”, argumenta ele, “estará tanto mais formada quanto maior for a unidade do seu espírito e a solidariedade orgânica do seu todo”. Por esse motivo, “a unidade territorial” e “o Poder Político único, centralizado ou não” só são válidos ou positivos quando puderem “refletir essa unidade orgânica”²⁴⁶. Tal situação, como se pode concluir de tudo o que já foi exposto até aqui, é algo que Duarte acredita ainda não estar devidamente cristalizada no Brasil. É algo ainda por construir. Fora desse entendimento, o “horror à separação” só poderia levar à necessidade de “*policar* de cima para baixo, do centro para as periferias distantes” os membros integrantes da “comunhão política”, de um modo que, justamente, tornaria ainda mais difícil o florescimento da

²⁴³ Idem, p. 102.

²⁴⁴ Idem, p. 103. Grifo do autor.

²⁴⁵ Idem, p. 113. Paulo Santos Silva, em seu alentado estudo sobre as elites intelectuais e políticas e a construção do discurso histórico na Bahia nas décadas de 1930 e 1940, preocupa-se em destacar essa faceta do ensaio de Duarte. Contudo, a meu ver, exagera um pouco na leitura do que ele caracteriza como uma “defesa de um projeto de nação em que a federação foi apresentada como o elemento básico”. V. Paulo Santos Silva. *Âncoras de Tradição – luta política, intelectuais e formação do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000, p. 174.

²⁴⁶ Duarte, idem, p. 114.

desejável “solidariedade política pela presença influente do Estado” entre eles²⁴⁷. Assim, pensa Duarte, os objetivos da “unidade política” deveriam ser antes buscados por outros meios ou métodos, mais adequados a seus fins. E o método democrático, dentre todos os possíveis, é aquele que melhor resultados pode trazer à empreitada visada.

A democracia como processo preferencial de pedagogia política

O ideal de pedagogia democrática esposado por Duarte é algo um tanto incomum em nossa literatura política, historicamente dividida entre uma vertente “liberal-oligárquica” e outra “autoritária-modernizadora” – ambas em geral mais preocupadas em estabelecer críticas ou controles à democracia enquanto sistema político do que em aceitá-la e assumi-la em seus fundamentos primeiros. Mais raro ainda, cumpre acrescentar, em um momento histórico convulsionado do ponto de vista político tal como foi a década de 1930, quando os princípios da democracia liberal estavam sendo duramente criticados e questionados em quase todo o mundo ocidental, tanto à direita como à esquerda. Aqueles sem dúvida eram, para os partidários da democracia, verdadeiros “tempos temerários”, se quisermos lembrar o título de um romance escrito por Nestor Duarte e ambientado no período²⁴⁸.

Apesar disso, o autor de *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional* aferra-se à democracia como único regime capaz de promover a superação do quadro de predomínio do privatismo descrito ao longo de seu ensaio. O “Estado Democrático”, crê Duarte, embora minado por “todas as deformações e negações de nossa realidade política”, ainda seria, dentre as “formas estatais, aquela de poder educacional mais vivo e direto para interessar uma população, tão alheia e indiferente como a nossa, nos acontecimentos políticos e problemas de uma nação”. E, complementando o raciocínio, acrescenta ainda, pouco depois: “a democracia, entre nós, deveria ter sido buscada e defendida para atender ao sentido moral de um regime que, ainda que não lograsse integral aplicação imediata, valesse como processo ou sistema para chegar-se melhor e mais rapidamente à educação

²⁴⁷ Idem, p. 115. Grifo meu.

²⁴⁸ Nestor Duarte. *Tempos Temerários*. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 2ª edição. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2008.

política de nossa gente”²⁴⁹. Desse modo, temos que, para Duarte, a democracia deveria funcionar essencialmente como um processo preferencial de pedagogia política, com vistas a modificar, ainda que de modo lento, o quadro de predomínio do “*espírito privado*” sobre o “*espírito público*” no país²⁵⁰.

Nessa altura de seus argumentos, Nestor Duarte procura refutar uma das principais teses presentes no já então famoso livro de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, uma obra que, conforme escreve nosso autor, “se lê divergindo e negando, por vezes, mas que se deixa cheio de idéias e rico de conceitos, como uma visão que se amplia”²⁵¹. Trata-se, aqui, da célebre passagem em que Sérgio Buarque declara que “a democracia, no Brasil, foi sempre um lamentável mal-entendido”²⁵².

Duarte inicia seu comentário fazendo referência ao tratamento que Buarque dispensa ao “predomínio quase exclusivo”, na conformação da sociedade brasileira, “dos sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica”, e ao fenômeno da “invasão do público pelo privado, do Estado pela Família”. Já se vê que esta é uma interpretação da qual Duarte não discorda, de modo algum, muito pelo contrário. Contudo, ele logo se apressa em acrescentar sua estupefação perante o fato de que, “para o autor de *Raízes do Brasil*, porém, tamanha circunstância só explica o que chama de ‘a nossa adaptação difícil ao princípio do Estado democrático’”. Ora, diz Duarte, “para nós, ao contrário, um problema de tamanha profundidade e com tal poder de repercussão, não se pode restringir a tão poucas conseqüências e efeitos. Ele atinge a questão mesma do Estado e não essa ou aquela forma de organização estatal”, uma vez que, perante a aludida “realidade do Brasil, o papel do Estado não é refletir e conservar tal ou qual ambiência, mas assumir a função de reformar, criar, educar um povo”²⁵³. Marco Aurélio Nogueira é um dos comentadores que chama a atenção para esse posicionamento do “liberal e democrata

²⁴⁹ Duarte, *Ordem Privada*, citado, p. 107.

²⁵⁰ Duarte, *idem*, p. 112. Grifos do autor. Osmir Dombrowski já apontou bem o caráter essencialmente democrático das postulações de Duarte. Em: *Reforma Agrária no Brasil – primeiros projetos (1945 – 1955)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998, *passim*.

²⁵¹ Duarte, *idem*, p. 62.

²⁵² Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 160.

²⁵³ Duarte, *idem*, p. 121-122.

Nestor Duarte” a respeito do Estado como “promotor da própria cidadania política prometida, mas não realizada, pela República de 1889”²⁵⁴.

Por isso, acrescenta ainda Duarte, “não seria o Estado democrático, como vimos, o que maiores incompatibilidades ofereceu à recepção e implantação do fenômeno do Poder Político numa organização social como a que tivemos até aqui”²⁵⁵. Feitas as contas, conclui o autor:

“Não nos parece razoável, nem de acordo com a nossa condição e cultura histórica, que nos limitemos a ter surpresas com a adaptação difícil desse ou daquele princípio político entre nós, mas, já certos, de antemão, dessas dificuldades para todo e qualquer princípio político, o que nos caberá é avaliar essa prevista adaptação difícil, seguir o seu processo e escolher os meios de reduzi-la. Não é pelo Estado democrático que nós explicamos a nossa adaptação difícil a um princípio político. É, entretanto, a demora ou dificuldade de adaptação ou redução da comunidade brasileira ao elo e princípio políticos, que explica as incompatibilidades de um Estado, democrático ou não, que esteja a sofrer a luta da diferenciação política”²⁵⁶.

Florestan Fernandes, falando em uma conferência promovida pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp, embrião do que viria a ser depois o Iseb), em 1954, propõe algumas formulações que podem ser relacionadas com o que foi sugerido por Duarte nas passagens acima. Na ocasião, ao abordar o tema da possível “crise da democracia no Brasil”, Florestan afirmou que existiriam “dois caminhos para se verificar a consistência das noções vulgares sobre a ‘crise da democracia’ no Brasil”. O primeiro deles, que consistiria em “estabelecer um confronto entre os critérios formais de reconhecimento da democracia e a realidade política vigente” no país, teria sido o percurso escolhido por “Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e outros autores”. Seguindo por essa senda, “como não podia deixar de acontecer”, chegaríamos inevitavelmente “à conclusão de que as condições reais da vida política brasileira são

²⁵⁴ V. Marco Aurélio Nogueira. *As Possibilidades da Política – Idéias para a Reforma Democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 63.

²⁵⁵ Duarte, idem, p. 121.

²⁵⁶ Idem, p. 122.

incompatíveis com o modelo europeu ou norte-americano de organização democrática da ordem legal”²⁵⁷.

O outro caminho, que de acordo com Florestan “parece mais frutífero”, se preocuparia com a “análise dos processos subjacentes às alterações da ordem legal na vida política brasileira”, e teria sido o percurso “trilhado de várias maneiras por autores como Nestor Duarte, Nunes Leal, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda”. Graças aos estudos desses autores, continua Florestan, ficamos conhecendo “muitos processos até pouco tempo ignorados ou mal conhecidos”, e aprendemos que “as tensões entre a ordem legal criada pela constituição e a ordem legal criada pelos costumes” colorem “de modo especial toda a estrutura e o funcionamento das instituições políticas em nosso meio, apesar das aparências, que poderiam sugerir o contrário”²⁵⁸. Seguindo nessa linha de raciocínio, o sociólogo argumenta, então, que a evolução política do Brasil apresenta certas constantes dinâmicas que sugeririam duas coisas:

“Primeiro, que a instauração da democracia no Brasil não pode ser encarada, literalmente, como um processo de todo incipiente, já que ele se exprime mediante tendências definidas de desenvolvimento histórico-social. Segundo, que se trata de um processo em pleno devir, cujo sentido se torna inteligível somente através da análise de tendências evolutivas. Com isso, acreditamos poder esboçar uma caracterização, que contraria o que se defende, comumente, como verossímil. *A ordem legal tende, na sociedade brasileira, para um padrão organizatório democrático*”²⁵⁹

Uma afirmação, sem dúvida, à primeira vista bastante surpreendente. Em todo caso, o problema das análises do primeiro grupo de autores (Torres, Vianna, Amaral), na opinião de Florestan, é que elas encaram como “evidências do termo final da evolução do Estado brasileiro” algo que deveria ser antes visto como “efeitos transitórios do funcionamento da ordem legal em determinado período histórico-social”²⁶⁰. Sendo assim, o problema da “democracia no Brasil é que ela está em elaboração sócio-cultural, ou seja, em outra

²⁵⁷ Florestan Fernandes. “*Existe uma Crise da Democracia no Brasil?*”. Em: _____. *Mudanças Sociais no Brasil – Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. 3ª edição. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979, p. 94.

²⁵⁸ Fernandes, idem, p. 95.

²⁵⁹ Idem, p. 96. Grifo do autor.

²⁶⁰ Idem, p. 96.

terminologia, sua formação histórica não alcançou, ainda, uma etapa adiantada de estruturação e maturação políticas”²⁶¹. Exatamente por isso, “o que parece a muitos uma ‘crise’ da democracia no Brasil é, antes, efeito da lentidão com que se vem operando a substituição dos antigos hábitos e práticas (além do mais, deformados) de vida política, por outros novos, ajustados à ordem legal democrática em elaboração”²⁶². E é nesse sentido que, para Florestan, a questão fundamental que deve ser colocada é outra, de outra ordem, e ele a formula nos seguintes termos: “Porque os círculos sociais, que se mostram tão preocupados com a ‘crise da democracia no Brasil’, não procuram exercer uma influência socialmente construtiva, cooperando na remoção dos obstáculos que se opõem à expansão do regime democrático com o todo o peso de seu poder e prestígio?”²⁶³. Essa é uma pergunta que Nestor Duarte, segundo entendemos o seu ensaio, certamente assinaria embaixo, sem qualquer hesitação.

Prognósticos: o problema político brasileiro e perspectivas de solução

É, sem dúvida, notável a maneira pela qual Duarte, partindo de um diagnóstico da formação histórica brasileira que, à primeira vista, guarda muito de semelhante com aquele esboçado por Oliveira Vianna, mostra-se capaz de derivar conseqüências muito distintas do fenômeno e, como se isso não bastasse, acrescentar uma crítica cerrada ao conceito de Estado “forte” tal como defendido Vianna. O Estado de Duarte não é o mesmo de Oliveira Vianna, não é um Estado “centralizado, unitário, capaz de impôr-se a todo o país pelo prestígio fascinante de uma grande missão nacional”²⁶⁴. Se ele possui a capacidade de “educar” o povo, não o faz por ser “forte”, nem “centralizado” e nem muito menos por ser “autoritário”, mas apenas quando incorpora em seu funcionamento os procedimentos democráticos e quando fomenta o florescimento de um “espírito” público que possa vir a suplantiar a organização privatista até então prevalecente no país.

²⁶¹ Idem, p. 97-98.

²⁶² Idem, p. 101.

²⁶³ Idem, p. 98. Walquíria Leão Rego, ao analisar esse e outros textos de intervenção escritos por Florestan, lembra o uso da noção de “mudança provocada”, e afirma que “a intervenção normativa democrática ajudaria a cumprir uma função de ruptura, pelo menos de balizadora crítica dos velhos modos de ser petrificados na ordem consuetudinária”. Ver “*Intelectuais, Estado e Ordem Democrática – Notas sobre as Reflexões de Florestan Fernandes*”. Em: Marcelo Ridenti, Élide Rugai Bastos e Denis Rolland (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006, p. 186.

²⁶⁴ Oliveira Vianna, *Populações Meridionais*, citado, p. 365.

A superação das condicionantes negativas impostas pela força e persistência da Ordem Privada na formação histórica da sociedade e do Estado brasileiros, portanto, para Nestor Duarte, deve ser entendida como um programa que só se realizará adequadamente se for buscado por meio do método democrático. Ademais, trata-se também de um processo estendido no tempo, possivelmente demorado, como podemos depreender da seguinte passagem de seu ensaio: “as instituições nascem de um longo processo histórico [...] são processos do tempo, sob a regularidade de certos fenômenos sociais. Cada instituição tem uma história social e, tanto como elas, as políticas são produtos históricos demorados”²⁶⁵.

Apesar das heranças negativas que o país carregaria dos séculos de sua história colonial, o autor não deixa de se mostrar esperançoso, pois acredita que “dia a dia a nacionalidade vai atingindo o que poderíamos chamar a sua politização”, mesmo que ainda não se tenha logrado anular por completo “os efeitos dessas causas históricas [...] principalmente no Brasil do interior, onde nenhuma revolução chegou até agora para modificar costumes, hábitos e sentimentos”²⁶⁶. De todo modo, o processo de instauração do Estado no país já se encontra em curso, com uma inflexão importante a partir da Proclamação da República: “de uma fase de organização inicial, demorada e tormentosa para a vida nacional, a instituição estatal veio entrando em seu momento de organização e de diferenciação” depois de 1889. “É sob esse critério, à luz de sua própria história”, completa Duarte, que se pode afirmar “que o Brasil é uma nação nova pelo que falte completar o processo de sua diferenciação política, e um velho povo, vivendo sob uma velha ordem, no que persista em guardar e relembrar as formas e o espírito pré-existentes”²⁶⁷.

Assim como já havia feito ao tratar do “idealismo” dos tempos do Império, Duarte reserva um papel importante nesse processo ao “homem público brasileiro, seja ele o político que exerce o poder governamental, seja o preposto da administração, seja o que desempenha vida partidária”²⁶⁸. Mas a atuação desse “homem público” deve ser compreendida em uma chave específica, pois os efeitos de suas ações não são diretos – operam antes de uma forma oblíqua sobre a realidade. O “nosso constante apelo à lei

²⁶⁵ Duarte, *idem*, p. 116.

²⁶⁶ *Idem*, p. 120.

²⁶⁷ *Idem*, p. 123.

²⁶⁸ *Idem*, p. 119.

escrita”, nossa “adoção de constituições perfeitas na forma e nas concepções políticas”, o “nosso jurismo”, o “amor a concepções doutrinárias”, se preocupa em observar o autor, “são bem a demonstração do esforço por constituir, com a lei antes dos fatos, uma ordem política e uma vida pública que os costumes, a tradição e os antecedentes históricos não formaram, nem tiveram tempo de sedimentar e cristalizar”²⁶⁹.

Aparentemente, Duarte faz, aqui, uma concessão à tese da suposta “inadequação” das instituições políticas liberal-representativas (“país legal”, nos termos da conhecida dicotomia) à realidade dos vínculos sociais (“país real”) do Brasil²⁷⁰. Contudo, Duarte não acredita que se deva interpretar essas “leis e práticas políticas” como “violações às chamadas realidades brasileiras”, tal como fizeram alguns dos críticos da democracia liberal das décadas de 1920 e 1930. Para nosso autor, elas devem ser encaradas antes como “experiências, tentativas e esperanças por vezes ingenuamente convencidas em face de uma realidade negativa, para construir a estrutura de um Estado”. E, completando o argumento, diz: “é este o sentido da nossa vida política no Império e na República. Um trabalho de construção ora desproporcionado, ora artificial, sempre com maior ou menor contraste, sobre o terreno vazio”²⁷¹.

Na justificativa que escreveu para o projeto de reforma agrária por ele apresentado ao Congresso Nacional em 1947, e que foi depois (1953) publicada em livro, Duarte elabora uma definição de “revolução” que ilustra bem a maneira como ele encarava o papel do “homem público” frente à realidade do país e às formas de modificar essa realidade. Afirmou, então, o autor:

“Não se evitam as revoluções senão fazendo-as. O que parece a tática de antecipá-las, para prevenir o seu deflagrar, não é mais do que o emprego do tempo próprio para realizá-las subtraindo-lhes a violência. A

²⁶⁹ Idem, p. 117-118.

²⁷⁰ Embora Oliveira Vianna não tenha utilizado, em *Populações Meridionais*, as expressões “país legal” e “país real” (coisa que faz em outros livros de sua lavra), é esta a idéia que está por trás de seu esforço teórico, como ele próprio afirma, aliás, em *Instituições Políticas Brasileiras* e também no posfácio à 4ª edição de *Populações*, *op. cit.*, do qual destaco a seguinte passagem (p. 422): “os povos civilizados em geral, principalmente os povos de origem colonial e de civilização transplante, como o nosso, possuem sempre [...] duas constituições políticas: uma escrita, que não se pratica e que, por isso mesmo, não vale nada – e é a que está nas leis e nos códigos políticos; outra, não-escrita e viva, que é a que o povo pratica, adaptando ao seu espírito, à sua mentalidade, à sua estrutura – e as deturpando, as deformando ou mesmo as revogando – as instituições estabelecidas nas leis e nos códigos políticos”.

²⁷¹ Duarte, *op. cit.*, p. 118.

violência não é condição necessária das revoluções – é o acréscimo de seu desespero. Fazê-las a tempo é evitar que se transfiram e se vote à obra do desespero. Mas, há uma forma especial de coragem para enfrentar as revoluções sem temê-las e, assim, em condições de poder realizá-las – a coragem de espírito, a que não ajudam nem os impulsos nem as paixões. [...] O que muita vez se procura resguardar e defender em nome de princípios e títulos que, à falta de outra justificativa, se chamam de tradicionais, não é mais do que a obstinação em preservar situações sociais de atraso e subdesenvolvimento. Há regiões e países subdesenvolvidos que o são por não cumprirem seus deveres de mudar e transformar-se. Deveres de que as revoluções são apenas uma das formas de cumpri-los”²⁷²

Não é simples, no entanto, a tarefa de discernir e empregar o “tempo próprio” das revoluções para “realizá-las subtraindo-lhes a violência”. É difícil encontrar os “atalhos” políticos adequados à tarefa de modificar a realidade nacional. Quando se imagina ser possível, por exemplo, prescindir do método democrático para alcançar tais fins, cai-se inevitavelmente em uma armadilha. É por isso que, nas páginas finais de seu ensaio, quando se propõe a analisar “o problema político brasileiro na atualidade [dos anos 1930]”²⁷³, Duarte dedica longas passagens a criticar o Estado forte, centralizado e autoritário que estava sendo implantado pelo regime varguista daqueles anos²⁷⁴.

Nesse ponto, o autor elabora uma distinção entre as noções de Estado – que, como já vimos, ele enxerga sempre no sentido de “*res publica*” – e governo – exercido pelo grupo que eventualmente ocupe o poder. Ocorre que, dada a insuficiente constituição do Estado ainda operante entre nós até o momento em que ele escreve, o governo teria quase sempre sido levado a se exceder em seu devido papel. Em outras palavras, desde que historicamente, no Brasil, quase não existiu Estado *além* do governo, e uma vez que a tarefa de construir esse Estado *qua* “coisa pública” ficou quase sempre nas mãos do próprio governo, instaurou-se assim uma lógica perversa em que, sendo quase sempre “fraco para tarefa tamanha, ele [o governo] pede, por isso mesmo, mais força, mais centralização e mais autoridade, para alcançar por golpes o que será antes resultado de lentos processos e da ação ininterrupta sob programas demorados”. Daí decorre que “a nossa concepção de governo forte” seja forçosamente “a própria noção do governo de força, do governo

²⁷² Nestor Duarte. *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953, p. 112-113.

²⁷³ Duarte, *Ordem Privada*, citado, p. 113.

²⁷⁴ Nesse sentido, v. as colocações de Marco Aurélio Nogueira, *op. cit.*, p. 58 e 85.

pessoal”. E, assim, temos que “à falta de uma abstração impessoal do que seja governo, acabamos por admitir como regular a anormalidade de um Estado que é só o governante, de uma ação governamental que é só o poder pessoal do chefe do governo”²⁷⁵.

No fundo, o que se conclui de seu raciocínio é que um Estado que se resume a instalar um poder exacerbado nas mãos do chefe de governo – ou de seus auxiliares mais próximos – mostra-se patentemente incapaz de superar a organização “privatista” que a Ordem Privada impôs historicamente à sociedade brasileira desde a colônia. Esse Estado ainda não acumulou forças suficientes para se “diferenciar” e tornar-se plenamente “político”, nos termos do autor. Quando temos, portanto, “um Estado fraco a nutrir-se da violência dos governos chamados fortes”, tal como no período de Vargas, fica transparente a nossa incapacidade em alcançar uma verdadeira “organização política nacional”. A “própria violência” desse governo, acrescenta Duarte, “é um dos aspectos de sua falibilidade”, pois o “apelo à força ou a outros recursos de ação direta e elementar denuncia a carência de um espírito público em que a instituição política pudesse apoiar-se e ganhar, por sua vez, outra ascendência no sentimento, no ideal coletivo”. Em outros termos, esse é “um Estado que nem conquistou a força de uma idéia, nem a nitidez de uma noção para impor-se como representação viva e clara na alma da comunhão a que serve e domina”²⁷⁶ – e permanece sofregamente “apolítico” ou “antipolítico”.

Desse modo, ignorar a realidade da formação “privatista” do país tem sido quase sempre, denuncia Duarte, “o nosso sistema de interpretação histórico-social” e nosso insistente “desejo talvez de criar uma nação nos tem feito esquecer a oportunidade de analisá-la”²⁷⁷. Consequentemente, autores vinculados às duas principais vertentes de nossa literatura política, que Gildo Marçal Brandão²⁷⁸ propôs relacionar sob os epítetos de “idealistas constitucionais” e “idealistas orgânicos”, têm ambos, na opinião de Duarte, se mostrado incapazes de sugerir maneiras efetivas de superar o problema de nossa Ordem Privada. Os primeiros deles, afirma Duarte, muitas vezes “se perdem em vaga noção, vazia

²⁷⁵ Duarte, *idem*, p. 118-119.

²⁷⁶ *Idem*, p. 124.

²⁷⁷ *Idem*, p. 128.

²⁷⁸ Gildo Marçal Brandão, *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*, já citado, *passim*.

de conteúdo concreto”, ao passo que os segundos fatalmente “se confundem, para se perder do mesmo modo, na exteriorização material da força ou da violência pessoal”²⁷⁹.

A crítica maior, entretanto, sobra mesmo é para os escritores do segundo grupo, pois, se Duarte não deixa de chamar a atenção para os pressupostos frágeis do simples mimetismo constitucional ou do jurismo meramente doutrinário de alguns dos liberais mais idealistas, a leitura de diversas passagens de seu texto autoriza o entendimento de que, malgrado a visão míope daqueles autores, Duarte crê que muitas vezes o seu apego às formas representativas leva a um salutar crescimento da organização política. Já os intelectuais autoritários, por outro lado, embora acusem os constitucionalistas de acabar servindo, sem perceber, aos interesses personalistas, são justamente os advogados do regime que, na visão de Duarte, mais contribui para a perpetuação desse sistema ao longo da década de 1930. Nesse sentido, e para concluirmos o presente capítulo nos valendo de dois ou três conceitos bastante influentes de nossa literatura política mais recente, diríamos que Duarte não acredita na possibilidade de acatar os pressupostos do “autoritarismo instrumental” como forma de superar o “privatismo” da sociedade brasileira. Pelo contrário: os argumentos tecidos em seu ensaio se aproximam muito mais das noções de “formalismo” e de “construção ou *crafting* institucional” como meios eficientes para alcançar esse fim²⁸⁰.

No próximo capítulo do trabalho, procederemos a um exame da obra de cunho jurídico ou acadêmico de Nestor Duarte, com o intuito de relacionar os principais pressupostos nos quais ela se apóia com os pontos de seu pensamento que já foram estudados até aqui.

²⁷⁹ Duarte, idem, p. 124.

²⁸⁰ Faço referência, aqui, ao conceito de “autoritarismo instrumental” elaborado por Wanderley Guilherme dos Santos em seu “*Paradigma e História: a Ordem Burguesa na Imagem Social Brasileira*”, publicado no livro *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978, passim; de “formalismo”, discutido por Bolívar Lamounier no artigo “*Representação Política – A Importância de Certos Formalismos*”, constante do volume editado por _____, Francisco Weffort e Maria Victória Benevides (orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981; e, finalmente, ao de “construção ou *crafting* institucional”, bem como à definição de Estado em suas dimensões de “*hardware*” e “*software*”, presentes no trabalho de Lamounier *Da Independência a Lula*, já citado. V., ainda, desse último autor, o ensaio sobre “*Ruy Barbosa e a Construção Institucional da Democracia Brasileira*”, em: _____. *Ruy Barbosa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

IV. O Jurista – Debatendo o Direito, o Estado e a Sociedade

“O Direito faz parte [...] do grande sistema ético-educacional, que a sociedade engendra para aperfeiçoar o indivíduo nos moldes da adaptação, a que impõe a sua conduta e a sua atividade. O Direito é perfeccionista, como todas as normas éticas, o que vale dizer que nele a preocupação moral do homem é tão constante como nas demais regras desse mesmo regime ético-social.”

Nestor Duarte,
Os Fundamentos Morais da Ordem Jurídica Atual
(Aula inaugural na Faculdade de Direito da Bahia,
março de 1934)

O concurso para a cadeira de Introdução à Ciência do Direito na década de 1930

Apenas poucos meses depois de Getúlio Vargas ter subido ao poder e ainda sob o regime do seu chamado “Governo Provisório”, o responsável pela recém-criada pasta da Educação e Saúde Pública, o ministro Francisco Campos, fez passar o conjunto de atos normativos que ficaram conhecidos como Reforma Universitária de 1931²⁸¹. Foi através desse marco legislativo que o ensino superior, no país, mudou do sistema de faculdades isoladas, característico do Império e da Primeira República, para uma organização propriamente universitária²⁸². Dentre os seus muitos dispositivos (diretrizes sobre a criação de universidades nos diversos estados e sobre a reorganização da primeira delas, no Rio de Janeiro), o projeto também impôs uma nova estruturação para os currículos das três carreiras mais “tradicionais”: Direito, Medicina e Engenharia. Uma das inovações introduzidas no programa do curso de Direito foi a criação da cadeira de *Introdução à Ciência do Direito*²⁸³, à qual Nestor Duarte se ligaria, a partir de 1934, como professor catedrático da Faculdade Livre de Direito da Bahia.

²⁸¹ O Decreto n. 19.851/31, chamado Estatuto das Universidades Brasileiras, e o de n. 19.852/31, que dispunha sobre a reorganização da Universidade do Rio de Janeiro.

²⁸² Cf., a respeito: Luiz Antônio Cunha. *A universidade temporã – o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

²⁸³ Esta denominação da disciplina, utilizada pela legislação da Reforma de 1931, foi posteriormente (1972) substituída por *Introdução ao Estudo do Direito*, relativizando o enfoque “cientificista” das primeiras décadas do século.

De acordo com o que se lê na *Exposição de Motivos* que precede os novos regulamentos, o objetivo da reforma curricular dos cursos de Direito era o de estabelecer, nos cinco anos do bacharelado, um ensino mais voltado para a formação profissional de “práticos do Direito”. Desse modo, as disciplinas de cunho mais abstrato ou de “alta cultura jurídica”, como *Filosofia do Direito* ou *Direito Romano* foram deslocadas para o curso de Doutorado, que foi oficialmente institucionalizado pela primeira vez nesse momento²⁸⁴. Essa transferência para o nível de pós-graduação de duas disciplinas que, tradicionalmente, estavam encarregadas de apresentar aos alunos iniciantes as noções mais fundamentais e os princípios gerais mais importantes do Direito (da mesma forma que, antes delas, ainda no tempo do Império, faziam os programas de *Direito Natural*), levou à necessidade de instituir uma disciplina básica que pudesse cumprir esse papel no primeiro ano do curso. A cadeira de *Introdução à Ciência do Direito* foi criada, portanto, para funcionar como “propedêutica ao ensino dos diversos ramos do Direito [...], fornecendo as noções básicas e gerais indispensáveis à compreensão dos sistemas jurídicos”²⁸⁵.

Essas inovações impostas pela Reforma Universitária de 1931 ensejaram a realização de concursos para o provimento da nova cátedra em todas as faculdades de Direito então existentes no país. Como consequência, um grande número de livros sobre o tema foi publicado ao longo dessa década. A maior parte dessas obras é resultante das teses de concursos defendidas no período, tenham sido elas teses vencedoras ou não; por outro lado, também é possível encontrar manuais didáticos sobre o assunto, não diretamente relacionados com os concursos, mas sim com o ensino da disciplina propriamente dito²⁸⁶.

Um exame sumário dos índices desses vários livros pode nos indicar, de um modo geral, os conceitos mais representativos do debate jurídico desse período. Como é adequado à forma de manual didático introdutório, que todos esses trabalhos assumem, encontramos neles, quase sempre, uma visão generalista do fenômeno jurídico, preocupada em assinalar-

²⁸⁴ De acordo com Aurélio Wander Bastos, a reforma de 1931 “pela primeira vez, dá ao Doutorado estrutura acadêmica e lhe atribui a finalidade de formar docentes a partir de estudos jurídicos elevados e da investigação acadêmica. Anteriormente, o título de Doutor era obtido através da defesa de tese sem a exigência de frequência a qualquer curso e sem qualquer estudo sistemático prévio”. Em: Aurélio Wander Bastos. *O Ensino Jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000, p. 201.

²⁸⁵ V. *Organização Universitária Brasileira – Exposição de Motivos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931. Publicado também em: *Revista Forense*. vol. LVI, fascículo 331, 1931.

²⁸⁶ Um levantamento preliminar, realizado apenas nas bibliotecas da Faculdade de Direito da USP, permitiu encontrar cerca de duas dezenas de livros referentes ao tema, todos publicados na década de 1930, em vários pontos do país.

lhe suas características mais básicas e fundamentais, de acordo com o posicionamento teórico de cada autor. A todo momento, portanto, nos batemos com definições do Direito, da Sociedade e do Estado, assim como com conceitualizações da Lei e das demais fontes originárias do Direito. Vemos definido o Direito como noção ou fato, em suas dimensões sociais, históricas, políticas, econômicas, filosóficas, normativas e científicas. Ficamos conhecendo a história do saber jurídico, corporificada em suas várias teorias, escolas e autores mais representativos ao longo do tempo. Discute-se, ainda, a noção de “Ciência do Direito”, em suas relações com a Filosofia e a Sociologia, com o Jusnaturalismo e o Positivismo Jurídico, com as concepções “materialista” e “espiritualista” do mundo. Por fim, cada um desses trabalhos sofre ainda a influência do posicionamento político-ideológico de seus autores, ainda mais em uma década convulsionada como foi a de 1930; para ilustrar a última afirmação, basta citar os nomes de três dos juristas participantes desse debate: Hermes Lima, Alceu Amoroso Lima, Miguel Reale.

O concurso realizado em 1933, na Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, para a nova cadeira, marcou época²⁸⁷. Contou, entre seus dez concorrentes, com muitos nomes de peso, já consagrados nas letras jurídicas de então, tais como José Maria Belo, Helvécio Gusmão, Alcides Bezerra, Álvaro Berford, Pedro Batista Martins, Alceu Amoroso Lima e Hermes Lima. Dado o contexto intelectual e ideológico do período, a disputa que mais chamou a atenção, durante o concurso, foi a que se deu entre esses dois últimos candidatos, como, aliás, relembra o próprio Hermes Lima: “pela conotação filosófica, que as distinguiu, a tese de Alceu e a minha repercutiram de modo particular no meio estudantil e intelectual, atraindo tamanho interesse que a prova de defesa transferiu-se para o salão nobre do Colégio Pedro II”²⁸⁸. O interesse se justificava pelo fato de serem ambos os candidatos identificados pela audiência, respectivamente, como representantes “integralista” e “comunista” no certame (anos depois, Hermes Lima comentaria a esse respeito: “saímos com a marca de fascista ou comunista, embora nem Alceu nem eu a merecêssemos”²⁸⁹).

²⁸⁷ Para outra apreciação detida do mesmo evento, v. Sérgio Miceli. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 124 e ss.

²⁸⁸ Hermes Lima. *Travessia - Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974, p. 83.

²⁸⁹ Idem, p. 80-81.

O baiano Hermes Lima (1902 – 1978), formado na mesma turma de 1924 da Faculdade Livre de Direito da Bahia em que se graduou Nestor Duarte, havia se mudado para São Paulo alguns anos antes. Depois de ser derrotado por Sampaio Dória em um concurso para a cadeira de *Direito Constitucional* na Academia do Largo de São Francisco, em 1926, Lima passou a lecionar a nova disciplina de *Introdução à Ciência do Direito* na própria escola das Arcadas, como professor substituto. A partir dessa experiência, escreveu um dos primeiros manuais didáticos da matéria a ser publicado no país (1933) e que seria reeditado mais de 50 vezes ao longo das décadas seguintes. Posteriormente, aprovado no concurso da capital federal, seria ainda nomeado Diretor da Faculdade Nacional de Direito por Anísio Teixeira, seu conterrâneo e amigo, então à frente da organização da Universidade do Rio de Janeiro.

Já o carioca Alceu Amoroso Lima (1893 – 1983), bacharel em Direito pela Faculdade Livre do Rio de Janeiro (em 1913), era, à altura em ocorreu o concurso, já um crítico literário relativamente conhecido, escrevendo geralmente sob o pseudônimo de Tristão de Athayde. Publicara seu primeiro livro, um ensaio sobre o poeta modernista *Afonso Arinos*, em 1922. Católico fervoroso, desde 1928 havia substituído Jackson de Figueiredo à frente da empreitada editorial do Centro Dom Vital e, em 1932, ajudou a fundar o Instituto Católico de Estudos Superiores. Era, em suma, integrante importante da vaga do pensamento político católico atuante no período²⁹⁰.

A tese que apresentou no concurso de 1933, intitulada *O Materialismo Jurídico e suas Fontes*, seria logo depois publicada em livro, com o nome de *Introdução ao Direito Moderno*. Nela, Amoroso Lima propugna a restauração do que ele chama de “fé no Direito” como a única maneira de impedir uma suposta “desumanização da humanidade”. O autor critica, ainda, as noções de “ceticismo” e de “materialismo” jurídicos, que teriam levado à supressão de “todo fundamento absoluto à idéia do Direito”, transformando-o em mero epifenômeno, subordinado, das esferas de ação política, técnica ou econômica. Dentre os vários pensadores que acusa como responsáveis históricos pela constituição do “materialismo jurídico”, destacam-se os nomes de Maquiavel, Grócio, Hobbes, Rousseau, Kant e Marx. Desse modo, a alternativa que a tese de Amoroso Lima colocava, para

²⁹⁰ Dados biográficos extraídos de Marcelo Timotheo Costa. *Um Itinerário no Século – Mudança, Disciplina e Ação em Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Loyola, 2006.

atualidade dos anos 1930, era, em suas próprias palavras: “ou *restaurar o Direito* em sua integralidade pura, prendendo-o de novo à fonte eterna e imutável de toda Justiça; ou *aniquilar o Direito* pelo predomínio do egoísmo individual ou coletivo, proclamando-se cinicamente o primado inexorável da Força”²⁹¹. Tratava-se, em resumo, de encarar o Direito sob um prisma de análise “espiritualista” ou “materialista”, e Amoroso Lima deixava clara sua escolha dentre as opções que se ofereciam.

Em suas memórias, Hermes Lima dedica algumas páginas para relembrar o concurso. A respeito da tese de Amoroso Lima, seu principal concorrente, observa que “pulsava na tese, volume de 313 páginas, importante como exposição filosófica enraizada na mais pura tradição espiritualista, forjada num material bibliográfico de primeira ordem, uma vivacidade polêmica, seqüela da atmosfera que se respirava”²⁹². Sobre o seu próprio trabalho, chamado *Material para um Conceito de Direito*, Hermes Lima nota que ele “cabia num opúsculo de 34 páginas” e que sua estrutura estava apoiada em “três principais autoridades”, sendo “duas velhas conhecidas da Bahia: Vilfredo Pareto e Nardi-Greco” e “a terceira, de São Paulo: Achille Loria em *Le Base Economiche della Costituzione Sociale*”. Além disso – acrescenta como informação importante – “não havia citação de Marx”²⁹³. O cerne da argumentação de Hermes Lima girava em torno da questão-chave de todo o debate jurídico daquele período, isto é, em torno de determinar se o Direito deveria ser encarado a partir de princípios “metafísicos” ou “abstratos”, ou a partir de uma visada “positiva” ou “sociológica”. Amoroso Lima tendia para a primeira dessas posições, ao passo que Hermes Lima claramente se inclinava para a segunda, como se pode ler na seguinte passagem de sua autobiografia:

“[...] em minha tese] se condensava a orientação sociológica e filosófica que inspirava o manual por mim publicado naquele mesmo ano de 1933. Partindo da constatação de que o Direito é *fato social*, logo advertia, usando a terminologia de Vilfredo Pareto, que sobre as causas explicativas da origem do Direito se levantavam duas sortes de teorias – as lógico-experimentais e as não lógico-experimentais. Nas primeiras, os princípios ‘condensam os caracteres comuns de numerosos fatos’, enquanto nas

²⁹¹ Alceu Amoroso Lima. *Introdução ao Direito Moderno – o Materialismo Jurídico e suas Fontes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Loyola, 2001. A 1ª edição, publicada pelo Centro Dom Vital, é de 1933. As citações foram retiradas, respectivamente, das p. 20, 24, 25 e 215. Grifos do autor.

²⁹² Hermes Lima, *Travessia*, citado, p. 81.

²⁹³ Idem, p. 81 e 83.

últimas ‘os princípios não dependem dos fatos, porém os regem’. Estas acomodam sentimentos à realidade, ao passo que aquelas procuram a melhor imagem dos fatos. Rejeitava como fonte do Direito a consciência social, o sentimento jurídico, o psicologismo, o racionalismo que, embora aspectos da realidade, não detinham nenhuma capacidade criadora de regras jurídicas de conduta e organização. Repelia, enfim, qualquer fonte metafísica do Direito. Recordando o que escrevera no manual, dizia não consistir o Direito num ideal, numa categoria do espírito, ou noção que a atividade psíquica de um grupo ou de um povo houvesse elaborado como síntese de múltiplos elementos sociais livremente combinados, pois o Direito aparece sempre acompanhando, refletindo a estrutura social com a docilidade com que a sombra acompanha o corpo. [...] ao tratar-se de ordenar os quadros legais da vida coletiva, o jurista se inspira não em noções intelectuais e especulativas, mas em razões de ordem prática.”²⁹⁴

Na Bahia, a disputa pela cadeira de *Introdução à Ciência do Direito* também ecoou esse mesmo debate, assim como outro importante tema de discussão no período, qual seja, a relação entre Estado e indivíduo. Três foram os candidatos participantes desse concurso (que aconteceu em agosto de 1933): Nestor Duarte, Orlando Gomes e Evandro Baltazar da Silveira. Duarte contava, então, com pouco mais de trinta anos de idade, e a tese que escreveu para a ocasião, logo publicada em livro, se tornaria obra de referência na faculdade baiana nas décadas seguintes²⁹⁵.

A querela entre os modos “metafísico/abstrato” de conceber os fundamentos do Direito, de um lado, e o método “positivo/sociológico”, de outro, era já antiga na Faculdade Livre de Direito da Bahia: datava da própria instalação da escola, em 1891. Juristas como Hermes Lima e Nestor Duarte, por exemplo, foram formados em meio a esse contexto intelectual (mais adiante, veremos um pouco mais sobre o assunto). No evento de que tratamos agora, a primeira dessas posições foi defendida por Evandro Baltazar da Silveira (candidato classificado em terceiro lugar), cuja tese, de título *A Moral e a Religião no Direito*, inclinava-se para uma linha mais tradicionalista de concepção do fenômeno jurídico²⁹⁶. No campo oposto, se encontravam Duarte e Orlando Gomes, adeptos do

²⁹⁴ Hermes Lima, *idem*, p. 81-82.

²⁹⁵ Nestor Duarte. *Direito – Noção e Norma*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1933. Sobre a recepção da tese de Duarte na faculdade baiana, afirma seu filho, Marcelo Duarte, que ela se tornou “uma espécie de tratado elementar, tão ao gosto francês, de *Introdução à Ciência do Direito*, para sucessivas gerações acadêmicas”. Cf. Marcelo Duarte. “Professor Nestor Duarte”. Em: *Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBa*, Salvador, v.1, n.1, 1996, p. 21.

²⁹⁶ Evandro Balthazar da Silveira. *A Moral e a Religião no Direito*. Bahia: Secção Gráfica da Escola de Aprendizagem Artífices, 1933. Descontente com o resultado final do concurso, Evandro Balthazar da Silveira

enfoque sociológico como o mais adequado no estudo dos fundamentos e princípios do Direito.

Orlando Gomes (1909 – 1988) bacharelou-se na Bahia em 1930. Pouco depois da derrota no concurso de 1933, tornou-se professor catedrático de Direito Civil na mesma faculdade (em 1937). Nas décadas seguintes, estabeleceu-se como um dos civilistas mais reconhecidos na doutrina jurídica brasileira, com uma vasta obra publicada em vários idiomas²⁹⁷. No dizer de A. L. Machado Neto, sua tese de 1933, escrita aos 23 anos de idade, não passava de “obra juvenil de exposição entusiástica das teses de Marx sobre o fenômeno jurídico”²⁹⁸. Embora não tenha, jamais, se declarado marxista, Gomes é apontado por muitos como um “materialista dialético”²⁹⁹. De todo modo, seu trabalho de 1933 preocupava-se menos com o materialismo jurídico e mais com um outro problema típico do período, denunciado já título da obra: *O Estado e o Indivíduo*. São as relações possíveis entre esses dois conceitos que norteiam e estruturam o texto de Gomes. Um dos principais motes do trabalho é uma crítica, ainda que velada, do Estado fascista, como se pode ver, por exemplo, na seguinte passagem: “a nova ordem política caracteriza-se pela extensão dos poderes do Estado. O problema da autoridade e da liberdade é solucionado com o fortalecimento daquela e conseqüente enfraquecimento desta. Em sua modalidade mais avançada, hipertrofia-se a primeira, atrofiando-se a segunda. As relações entre o Estado e o indivíduo objetivam-se, pois, no crescente retraimento deste, ante a expansão daquele”³⁰⁰.

Por fim, podemos acrescentar certa nota anedótica do concurso baiano de 1933, a ilustrar uma faceta do temperamento e personalidade de Nestor Duarte, conforme o seguinte relato de Orlando Gomes, escrito mais de trinta anos depois:

“em 1933, concorremos à cátedra de *Introdução à Ciência do Direito*. Foi quando o conheci, ainda muito moço e desempregado pela Revolução de 1930. Era muito agitado, quase vulcânico, sujeito ao pavor da tribuna,

interpôs um recurso contra a decisão da banca examinadora, o que causou um atraso de vários meses na contratação do novo professor. Cf. notícia publicada na *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. 9, 1934, p. 202.

²⁹⁷ Uma biografia de Orlando Gomes pode ser lida em Waldir Freitas Oliveira. *Orlando Gomes – Tempo e Memória*. Salvador: Instituto Advogado Gonçalo Porto de Souza, 2006.

²⁹⁸ Antônio Luiz Machado Neto. “*Contribuição Baiana à Filosofia Jurídica e à Sociologia do Direito*”. Em: *Revista da Faculdade de Direito da USP*, ano LXI, fasc. 1. São Paulo, 1966, p. 135.

²⁹⁹ Para uma análise que refuta esse entendimento, v. Pedro Manso Cabral. “*Orlando Gomes (1909-1988) – Dez anos Depois*”. Em: *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. 37, 1997/1998, p. 43-47.

³⁰⁰ V. Orlando Gomes. *O Estado e o Indivíduo*. Bahia: Gráfica Popular, 1933, p. 77.

embora já tivesse experiência parlamentar. Enquanto o terceiro candidato [...] fazia no salão nobre a preleção de estilo, encarceraram-nos, aos dois, na sala da Inspetoria Federal, sujeitando-nos a terrível suplício. O futuro catedrático estava com os nervos à flor da pele, afirmando-me, durante sessenta minutos, monotonamente a se movimentar como um pêndulo desembestado: que iria fracassar na prova. Tinha eu 23 anos, e tanto ele me apavorou, que a vontade era arrombar a porta e mandar-me para casa, porque se ele repetia obsessivamente a iminência do fracasso, eu, formado há dois anos e sem nunca ter falado em público, iria seguramente me esborrachar”³⁰¹.

Os concursos à cadeira de *Introdução ao Estudo do Direito*, em 1933, representaram, de certo modo, um momento histórico específico de um processo de longa duração através do qual a “atitude” positiva ou sociológica conquistou espaço no campo jurídico-intelectual brasileiro, confrontando uma “atitude” metafísica ou abstrata estabelecida há mais tempo. Na seção seguinte, vamos buscar conhecer, em traços mais ou menos rápidos, esse processo.

A propedêutica jurídica no Brasil: trajetória histórica

É bem interessante acompanhar, aliás, ainda que rapidamente, a própria sequência histórica das disciplinas encarregadas da tarefa de fornecer as noções essenciais do Direito nos cursos jurídicos brasileiros, desde o século XIX³⁰². De certa maneira, esse trajeto reflete o próprio processo histórico-intelectual de longa duração a que nos referimos, em torno da reflexão sobre os fundamentos ontológicos do Direito e os princípios epistemológicos de seu conhecimento. Esse processo foi balizado, *grosso modo*, pela passagem das explicações jusnaturalistas ou abstratas para aquelas orientadas por um enfoque mais próximo do positivismo jurídico (posturas intelectuais depois muitas vezes identificadas com as sub-

³⁰¹ Orlando Gomes. “Nestor Duarte – Um Professor Emérito”. Em: *A Tarde*, Salvador, 27 de março de 1968.

³⁰² Sobre os cursos jurídicos brasileiros, v. dois trabalhos já clássicos: Alberto Venâncio Filho, *Das Arcadas ao Bacharelismo*. Série Estudos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977; e Sérgio Adorno. *Os Aprendizes do Poder – O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Para estudos específicos de cada uma das escolas, são canônicas as obras de Clóvis Beviláqua, *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª edição. Brasília: INL / Conselho Federal de Cultura, 1977 (a 1ª edição é de 1927); Almeida Nogueira, *A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências*. 9 vols. São Paulo: Tipografia Vanorden, 1907-1912; e Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2 vols. São Paulo: Editora Saraiva, 1924.

áreas da *Filosofia do Direito* e da *Sociologia Jurídica*, respectivamente) e durou, mais ou menos, até as décadas de 1930 e 1940, período que estudamos.

Quando da criação dos nossos primeiros cursos (Olinda e São Paulo), em 1827, a tarefa de introduzir os estudantes novatos nos meandros da matéria jurídica foi entregue à cadeira de *Direito Natural*. O viés, nesse momento, era todo jusnaturalista. É certo que o jusnaturalismo foi sempre, desde os séculos XVI e XVII europeus, uma corrente de pensamento polifônica e polissemântica, com orientações e definições variando enormemente de autor para autor. Uma primeira divisão, a mais elementar, era a que separava, de um lado, o jusnaturalismo laico, fundado no racionalismo cartesiano e na lógica abstrata típica da Ilustração, e que justificava os supostos caracteres de universalidade e invariabilidade da *lei natural* pelo fato mesmo de que ela pudesse ser apresentada como sendo intrinsecamente racional e lógica; e, do outro lado, o jusnaturalismo escolástico-tomista ou mesmo ultramontano, que fundamentava a existência da *lei natural* na vontade divina e nos dispositivos do Direito Canônico. No campo do Direito, Grócio e Pufendorf podem ser citados como os grandes nomes da primeira vertente, ao passo em que São Tomás de Aquino e Heinécio talvez sejam os que melhor representam a segunda³⁰³.

No Brasil, entre o fim do período colonial e os primeiros anos do Império independente, vigorou certo ecletismo entre as duas correntes, ainda que com claro predomínio da segunda delas, a de fundo tradicional e religioso. A recepção das ideias iluministas, por aqui, se deu da mesma forma que em Portugal: filtrada pelas lentes do despotismo esclarecido e de diversas permanências ideológicas do Antigo Regime. Um exemplo bastante sintomático desse estado de coisas pode ser encontrado em um dos marcos iniciais de nossa então incipiente cultura jurídica, o *Tratado de Direito Natural*, saído da lavra do (depois) inconfidente Tomás Antônio Gonzaga³⁰⁴. Outros juristas, como

³⁰³ Cf., dentre outros: António Manuel Hespanha, *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um Milénio*. Lisboa: Ed. Europa-América, 2003 e Norberto Bobbio. “Introdução”. Em: _____. *O Positivismo Jurídico – Lições de Filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

³⁰⁴ Tomás Antônio Gonzaga (1744-1819), nascido em Minas Gerais, formou-se em Coimbra, no curso de Leis, e escreveu o seu *Tratado* para concorrer a uma cátedra naquela universidade. É indicativo do jusnaturalismo de Gonzaga, por exemplo, o fato dele haver dedicado todo o primeiro capítulo de seu livro a demonstrar, com provas e argumentos, “Da Existência de Deus” (esse é o título mesmo do capítulo). Cf. Tomás Antônio Gonzaga. *Tratado de Direito Natural*. Organização e apresentação de Keila Grinberg. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Avelar Brotero³⁰⁵ e Pedro Autran³⁰⁶, na primeira metade do século, e Soriano de Sousa³⁰⁷ e Sá e Benevides³⁰⁸, na segunda, podem ser incluídos nessa vertente mais tradicionalista e teológica, ainda que alguns deles, como Avelar Brotero, demonstrem forte característica eclética. A persistência de elucubrações de fundo religioso nos escritos desses autores condiz, de certa forma, com um ambiente mental em que ainda não se havia procedido de modo definitivo à separação entre Estado e Igreja, tal como o que havia no país antes do final do século XIX. Por outro lado, é possível encontrar um jusnaturalismo mais próximo do humanismo laicizado, por exemplo, na obra de João Theodoro³⁰⁹, que traz ecos de conceitos kantianos, absorvidos através da leitura de um dos seus discípulos, o jurista alemão Karl Krause, e de seguidores desse último, como o belga Henri Ahrens ou o português Vicente Ferrer.

Já no terço final do século, porém, o “bando de ideias novas” a que, certa vez, se referiu Sílvio Romero, provocou um deslizamento paradigmático acentuado em quase todo

³⁰⁵ José Maria de Avelar Brotero, português de nascimento e graduado em Coimbra em 1819, foi o primeiro lente de *Direito Natural* no curso jurídico de São Paulo, cadeira que regeu entre 1828 e 1871, quando se aposentou. Seu compêndio *Princípios de Direito Natural* (Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1829) foi bastante criticado à época, inclusive no parlamento, por mesclar de modo um tanto apressado e descuidado antigas teorias escolásticas com autores e conceitos mais modernos. Acerca do seu ecletismo, ver Miguel Reale, “Avelar Brotero ou a Ideologia sob as Arcadas”. Em: _____. *Horizontes do Direito e da História – Estudos de Filosofia do Direito e da Cultura*. São Paulo: Saraiva, 1956. Dados biográficos recolhidos em Spencer Vampré, *Memórias...*, já citado.

³⁰⁶ Pedro Autran da Matta e Albuquerque (1805-1881) nasceu em Salvador e graduou-se em Aix-la-Chapelle (1827), logo se tornando professor de *Direito Natural* em Olinda. Seu aluno João Silveira de Souza, depois também catedrático no Recife, compilou as *Lições de Direito Natural sobre o Compêndio do Sr. Conselheiro Autran*. (Recife: Livraria Industrial, 1880), nas quais é possível observar o jusnaturalismo iluminista e secular de Autran. Dados biográficos retirados de Clóvis Beviláqua, *História...*, citado.

³⁰⁷ José Soriano de Sousa (1833-1895) era paraibano. Formado em Medicina (no Rio de Janeiro) e em Filosofia (em Louvain), tornou-se professor de Direito Constitucional no Recife. Seu livro *Elementos de Filosofia do Direito* (Recife: Tipografia Central, 1880) está repleto da tradição medieval escolástico-tomista do Direito Natural. Dados biográficos de Clóvis Beviláqua, *op. cit.*

³⁰⁸ José Maria Correia de Sá e Benevides (1833 – 1901) era oriundo de uma família tradicional da província do Rio de Janeiro – dizia-se descender do próprio Estácio de Sá. Formado em São Paulo, tornou-se catedrático de Direito Natural naquela escola a partir de 1878 (foi aposentado da cadeira em 1890, por ter sido contrário à Proclamação da República). Duas são as suas obras mais importantes: *Elementos de Filosofia do Direito Privado* (São Paulo, 1884) e *Filosofia Elementar do Direito Público – Interno, Temporal e Universal* (São Paulo, 1887). Cf. Spencer Vampré, *Memórias para a História da Academia de São Paulo*, citada.

³⁰⁹ João Theodoro Xavier de Mattos (1828 – 1878) era paulista, de Mogi Mirim. Graduado na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, ministrou ali as aulas de Direito Natural entre 1870 e o ano de seu falecimento. Concomitantemente, como membro do Partido Conservador, foi também presidente da província de São Paulo, entre dezembro de 1872 e maio de 1875 – um período bastante longo, considerando a alta rotatividade que costumava caracterizar o exercício do cargo. Sua administração ficou marcada pelo grande surto urbanístico pelo qual passou a capital paulista no período. Publicou um único livro, *Teoria Transcendental do Direito* (São Paulo, 1876). A respeito das influências kantianas em nossa cultura jurídica, v. Miguel Reale, *A Doutrina de Kant no Brasil*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1949.

o quadro intelectual brasileiro e, bem especialmente, também no campo do Direito. A cultura brasileira passou a assimilar, então, as grandes correntes renovadoras do pensamento ocidental naquela quadra, como o positivismo comteano e o evolucionismo de Spencer e Darwin, e outras tantas de inclinação materialista ou anti-metafísica³¹⁰. No Direito, passaram a ter grande influência por aqui algumas das vertentes do pensamento jurídico alemão, como a Escola Histórica de Hugo e Savigny (este último, largamente citado por Teixeira de Freitas na *Introdução* que escreveu para a sua *Consolidação das Leis Cíveis*, de 1857) e, um pouco mais tarde, a doutrina finalista de Rudolf von Jhering, que vê o Direito como um resultado da “luta” social³¹¹.

O positivismo, em seus diversos matizes, permeou os escritos dos juristas brasileiros da passagem do Império para a República, e implicou em uma difundida visão do Direito como uma disciplina em busca de sua *cientificidade*, de preferência estabelecida de acordo com as prescrições das ciências naturais e também da iniciante Sociologia da época. Prevaleceu, então, uma visão do *organismo social* calcada na Biologia e na idéia de *progresso* como correspondente sociológico da “teoria da evolução” darwiniana, em geral absorvida através da obra do inglês Herbert Spencer. Alguns indícios da atmosfera intelectual então vigente podem ser encontrados na fala de Pedro Lessa:

“A aplicação do método positivo (o único processo de que dispõe a inteligência humana para a aquisição de verdades científicas) ao estudo dos fenômenos sociais apagou a antítese profunda que havia entre a Moral, o Direito, e todas as disciplinas que se ocupavam com os fatos do organismo social, e as ciências cujo objetivo é o estudo dos fenômenos do mundo físico, inorgânico ou orgânico. Investigam-se hoje as leis dos fatos jurídicos, éticos, políticos, econômicos ou sociológicos pelo mesmo método lógico por que se estudam as leis da física, da química, ou da biologia”³¹².

³¹⁰ A esse respeito, v., por exemplo, Roque Spencer Maciel de Barros. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Ed. Convívio e Edusp, 1986.

³¹¹ Em comum, esses autores possuíam um modo historicista de encarar o Direito, mais interessado na sistematização das normas e costumes jurídicos tradicionais de cada país do que na intenção de fundar um novo ordenamento legal através de um esforço de codificação baseado em princípios lógico-rationais, tal como ocorreu, por exemplo, durante o período napoleônico. Extratos importantes das obras de Jhering e Savigny, assim como de Pufendorf, citado anteriormente, podem ser consultados em José Reinaldo de Lima Lopes *et alli*, *Curso de História do Direito*, São Paulo: Editora Método, 2006. A principal obra de Jhering tem edição brasileira: *A Luta pelo Direito*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

³¹² Pedro Augusto Carneiro Lessa (1859-1921) era mineiro, mas desenvolveu sua carreira pública principalmente em São Paulo, onde foi deputado estadual constituinte (1891) e professor catedrático de Filosofia do Direito no Largo de São Francisco (a partir de 1888). Em 1907, foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e, em 1910, elegeu-se imortal da Academia Brasileira de Letras. A

Outros autores importantes do período (final do Império e República Velha) incluem, para citar apenas mais alguns nomes: Alberto Salles³¹³, Paulo Egydio de Carvalho³¹⁴, Pontes de Miranda³¹⁵.

No norte do país, os juristas que se congregaram em torno das figuras de Tobias Barreto³¹⁶ e Sílvio Romero³¹⁷ para formar a chamada “Escola do Recife” acabaram por consolidar uma posição dúplice em relação à influência do pensamento positivista. Por um lado, dele se aproximaram quando quiseram combater a atitude profundamente escolástica e espiritualista que ainda marcava o ambiente intelectual de então. Ficou famosa, por exemplo, a ocasião em que Sílvio Romero, irritado com a incompreensão que sua tese de doutoramento suscitou na banca examinadora na Faculdade de Direito de Recife, em 1875, aconselhou a um dos lentes arguidores que fosse “estudar e aprender para saber que a

passagem que citamos foi retirada de “*O Direito no Século XIX*”, texto publicado originalmente na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* e reproduzido em José Reinaldo de Lima Lopes *et alli*, *Curso de História do Direito*, já citado. Além disso, outro livro importante do autor para o nosso interesse é *Estudos de Filosofia do Direito* (2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916 – 1ª edição de 1911), que corresponde ao programa do curso que ministrava na faculdade.

³¹³ Famoso por seu *A Pátria Paulista*, de 1887, o republicano histórico e irmão do presidente Campos Salles publicou um *Ensaio sobre a Moderna Concepção do Direito* (São Paulo: Typographia da Província, 1885) e ainda o compêndio *Ciência Política* (São Paulo: Teixeira e Irmão, 1891).

³¹⁴ Paulo Egydio de Oliveira Carvalho (1843-1906) bacharel por São Paulo (década de 1860), foi advogado, jornalista e político. Além disso, é tido como um dos iniciadores dos estudos de Sociologia no Brasil, tendo criado, em 1897, o primeiro curso (privado) dessa disciplina em nosso país. Foi membro correspondente do Instituto Internacional de Sociologia e teve artigos citados na *Revue de Sociologie*, editada em Paris por René Worms. Dentre os vários livros que escreveu, destacamos seus *Ensaio sobre algumas questões de Direito e de Economia Política* (São Paulo: J. G. Arruda Leite, 1896); *Do Conceito Científico das Leis Sociológicas* (São Paulo: Editora Tipo-Litografia Ribeiro, 1898); e *Do Conceito Geral do Crime Segundo o Método Contemporâneo – a Propósito da Teoria de E. Durkheim* (São Paulo: Typ. e Edição da Casa Eclética, 1900). Antônio Cândido comentou a obra de Paulo Egydio em “*A Sociologia no Brasil*” (1959), verbete da *Enciclopédia Delta-Larousse*, republicado em *Tempo Social*, vol. 18, n. 1, São Paulo, junho de 2006.

³¹⁵ O alagoano Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda (1892-1979), bacharel pela Faculdade de Recife (1911), publicou uma obra vastíssima, abrangendo quase todos os campos do Direito (do Público ao Privado, dos fundamentos teóricos aos tecnicismos processuais), além de escritos de Sociologia, Filosofia, Poesia e até Matemática. Para o que nos ocupa, são destaques: *Sistema de Ciência Positiva do Direito* (Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1922), *Introdução à Política Científica ou os Fundamentos da Ciência Positiva do Direito* (Rio de Janeiro: Garnier, 1924) e *Introdução à Sociologia Geral* (Rio de Janeiro: Ed. Pimenta de Mello, 1926), este último premiado pela Academia Brasileira de Letras.

³¹⁶ Tobias Barreto (1839-1889) era sergipano e, depois de bacharelar-se em Recife, em 1869, assumiu a cadeira de Direito Natural naquela faculdade em 1882, exercendo grande influência sobre os acadêmicos da época. Um bom guia para a sua obra intelectual é Antônio Paim e Paulo Mercadante. *Tobias Barreto na Cultura Brasileira – uma Reavaliação*. São Paulo: Edusp e Grijalbo, 1972.

³¹⁷ Sílvio Romero (1851-1914) também era sergipano e também se formou em Recife (1873), migrando, em seguida, para o Rio de Janeiro, onde se tornou professor de Filosofia do Direito na nova Faculdade Livre de Direito, criada em 1891.

Metafísica está morta”³¹⁸. Tobias Barreto, a seu turno, argumentava: “dizer que o Direito é um produto da cultura humana importa negar que ele seja, como ensinava a finada escola racionalista e ainda hoje sustentam os seus póstumos sectários, uma entidade metafísica, anterior e posterior ao homem”³¹⁹. Em outro texto, o mesmo Tobias foi taxativo: “É concludente, portanto, que a teoria dos Direitos Naturais não se harmoniza com a Ciência Social”³²⁰.

Por outro lado, nenhum dos dois poupou críticas ao positivismo mais ortodoxo quando este se aproximava de uma filosofia da história determinista, tal como acontecia com os seguidores brasileiros da teoria comtiana dos “três estados”, e muito menos quando seguia à risca certas ideias um tanto esdrúxulas de Comte, como a liturgia da “Religião da Humanidade”³²¹. Tobias Barreto, especialmente, identifica positivismo e sociologia e critica o determinismo e a pretensão universalista de ambos³²². Nesse sentido, A. L. Machado Neto ressalta o “culturalismo” de Tobias e faz um paralelo entre suas ideias e as de Wilhelm Dilthey que, escrevendo mais ou menos na mesma época que o sergipano, também criticou o positivismo e a sociologia e procurou fundar uma “ciência do espírito” que fosse *compreensiva* (e não meramente *explicativa*)³²³. Em todo caso, Vamireh Chacon sustenta que foi considerável a influência exercida, entre o Império e a República, por Tobias Barreto e sua “Escola do Recife” – especialmente no nordeste do país, onde muitos

³¹⁸ Cf. os “*Documentos do Concurso de Sílvio Romero em 1875*” publicados como anexo a Vamireh Chacon, *Formação das Ciências Sociais no Brasil – Da Escola do Recife ao Código Civil*, 2ª edição revista e ampliada, Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora e São Paulo: Editora da Unesp, 2008. A citação está na página 199.

³¹⁹ Tobias Barreto. “*Introdução ao Estudo do Direito*”. Em: *Estudos de Direito*. Publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1892. Recentemente, foi lançada uma edição fac-similar desse livro: (Brasília: Editora do Senado Federal e Superior Tribunal de Justiça, 2004). Excertos desse ensaio foram reimpressos, ainda, em José Reinaldo de Lima Lopes *et alii*, *op. cit.*

³²⁰ Tobias Barreto. “*Introdução*”. Em: *Menores e Loucos em Direito Criminal*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1884. Essa Introdução foi escrita, originalmente, para a prova de concurso em Recife, e respondia à questão proposta pela Congregação daquela faculdade: “Conforma-se com os princípios da Ciência Social a doutrina dos direitos naturais e originários do homem?”. Há também edição fac-similar recente: (Brasília: Editora do Senado Federal, 2003).

³²¹ V., principalmente, Sílvio Romero, *Doutrina contra Doutrina – O Evolucionismo e o Positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. B. Nunes, 1894.

³²² Em seu ensaio “*Glosas Heterodoxas a um dos Motes do Dia, ou Variações Anti-Sociológicas*”, de 1887.

³²³ Antônio Luiz Machado Neto. *História das Idéias Jurídicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo e Edusp, 1969, p. 95-96. V., ainda, Miguel Reale, “*O Culturalismo da Escola do Recife*”. Em: *Horizontes do Direito e da História...*, já citado.

dos antigos alunos de Tobias se tornaram professores nas faculdades “livres” criadas em várias capitais nas primeiras décadas do século XX³²⁴.

Foi a Reforma Educacional de 1891, liderada pelo positivista Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que estabeleceu o quadro institucional do ensino jurídico ao longo da Primeira República. Dentre os seus pontos de maior importância para nosso tema, destacamos: a) a extinção da cadeira de *Direito Natural*, substituída pela de *Filosofia do Direito* na tarefa de ministrar a propedêutica jurídica; e b) liberação do estabelecimento de faculdades “livres”, isto é, independentes do Governo Federal – assim, ao longo desses anos, foram criadas escolas de Direito na Bahia (1891), Rio de Janeiro (duas, ambas em 1891), Minas Gerais (1892, inicialmente em Ouro Preto), Porto Alegre (1900), Pará (1902), Goiás (1903), Fortaleza (1903), Amazonas (1909), Paraná (1912), Niterói (1915), São Luís (1918) e ainda Florianópolis (1930), Vitória (1930) e Maceió (1931)³²⁵.

Foi no quadro dessas mudanças ensejadas pela Reforma Benjamin Constant que se fundou a Faculdade Livre de Direito da Bahia, na qual estudaria e depois lecionaria Nestor Duarte, entre as décadas de 1920 e 1930. Por isso, vamos agora acrescentar alguns comentários acerca dessa escola, em especial sobre a concepção “sociologizante” do Direito que ali se estabeleceu nas décadas seguintes.

A Faculdade Livre de Direito da Bahia e o “sociologismo jurídico”

Fundada em 15 de março de 1891, a Faculdade Livre de Direito da Bahia (incorporada à UFBa em 1946), ostenta a condição de primeira estabelecida no Brasil depois das duas escolas do período imperial (São Paulo e Olinda/Recife)³²⁶. Dos seus 22 primeiros professores, nada menos que 14 eram bacharéis formados pela antiga Faculdade de Direito do Recife, um era graduado em São Paulo, quatro possuíam título de Doutor pela faculdade paulista, um era Doutor por Coimbra e os dois restantes eram médicos, formados pela tradicional Faculdade de Medicina da Bahia (fundada em 1808), e responsáveis pelas

³²⁴ Cf. Vamireh Chacon. *Formação das Ciências Sociais no Brasil*, citado, capítulos 6 e 7.

³²⁵ Sobre a Reforma de 1891, v. Luiz Antônio Cunha. *A universidade temporã*, já citado.

³²⁶ Duas narrativas da história dessa escola podem ser lidas em: José Calasans. *A Faculdade Livre de Direito da Bahia – Subsídios para a sua História*. Centro de Estudos Baianos, n. 105. Salvador : CEB/UFBa, 1984; e Antônio Gidi. *Anotações para uma História da Faculdade de Direito da Bahia nas Comemorações do seu Primeiro Centenário*. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1991.

cadeiras de Criminologia e Medicina Legal³²⁷. Nas décadas seguintes, pelo menos até meados do século XX, ela se tornou uma das principais instituições responsáveis pela formação e socialização intelectual e política das elites e setores médios baianos, em muito substituindo o papel exercido pela velha Faculdade de Medicina no período anterior³²⁸.

Desde os seus primeiros anos, o “clima mental” ali predominante foi marcado pelas correntes positivistas mais ou menos heterodoxas e pelo evolucionismo (Spencer e Haeckel) característicos de todo o momento histórico e, particularmente, das elucubrações de vários dos epígonos da chamada “Escola do Recife”. O antropólogo Thales de Azevedo, escrevendo em 1959, ressaltou que a Faculdade de Direito foi o cenário dos “primeiros estudos e influências da Sociologia na Bahia”³²⁹. (Nesse ponto, cabe abrir um breve parêntesis para dizer que a mesma atmosfera podia ser respirada também na Faculdade de Medicina baiana, onde o esforço para aproximar a Sociologia da Biologia, sem deixar de adicionar uma boa pitada da Antropologia Criminal de juristas italianos como Lombroso, Ferri e Garofalo, gerou um surto de estudos etnográficos, criminológicos e médicos. Um nome a destacar, nesse esforço, certamente é o de Raimundo Nina Rodrigues)³³⁰.

Apesar desse nítido entusiasmo pela Sociologia, que caracteriza muito do que se escreveu no período, A. L. Machado Neto chama a atenção para o fato de que geralmente havia, entre os primeiros professores de Direito na Bahia, uma grande dificuldade para separar o raciocínio sociológico do filosófico. Se é verdade que a própria seleção dos temas pertinentes de análise revelava o interesse desses autores pelas ciências sociais e suas relações com o Direito, suas reflexões nunca abandonavam certas generalizações e especulações típicas da abordagem filosófica. Por isso, afirma Machado Neto, o que esses

³²⁷ Cf. George Fragoso Modesto. *Bacharéis, Mestres e Doutores em Direito*. 2ª edição atualizada. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1996.

³²⁸ Sobre esse aspecto, v. os argumentos desfiados por Consuelo Novais Sampaio. *Poder & Representação – O Legislativo da Bahia na Segunda República – 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992, p. 179 e ss.; e Paulo Santos Silva. *Âncoras de Tradição – Luta Política, Intelectuais e Formação do Discurso Histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000, p. 129 e ss.

³²⁹ Thales de Azevedo. “Introdução”. Em: _____, Nelson de Souza Sampaio e A. L. Machado Neto. *Atualidade de Durkheim*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959. Do mesmo autor, v. ainda *As Ciências Sociais na Bahia – Notas para a sua História*. 2ª edição revisada. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

³³⁰ V., dentre outros, Lília Moritz Schwarz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. (especialmente o capítulo 6).

autores faziam não era propriamente Sociologia, mas um frouxo “sociologismo” aplicado ao estudo do Direito³³¹.

De qualquer modo, o certo é que Leovigildo Filgueiras, primeiro catedrático de *Filosofia do Direito* na Bahia, já no discurso que proferiu em 1891, durante a cerimônia de instalação da faculdade, declarou-se partidário do evolucionismo spenceriano e afirmou, sem rodeios, que somente a Sociologia seria capaz de ajudar o Direito a se tornar uma ciência autônoma e emancipada da metafísica. Depois, em seu compêndio *Estudos de Filosofia do Direito* (1904), acrescentaria: “as ciências jurídicas formam um grupo especial no mesmo campo das ciências sociais, que a sociologia sintetiza num corpo de doutrinas homogêneas”³³². Através de sua atuação no ensino jurídico, a influência da tradição intelectual da “Escola do Recife” teve continuidade na Bahia. De acordo com o testemunho de seu sucessor na cátedra, Almachio Diniz, o programa ensinado por Filgueiras em seus cursos tinha muito dos *Estudos de Direito* de Tobias Barreto, de quem, aliás, Filgueiras havia sido próximo quando estudante no Recife³³³.

Almachio Diniz, por sua vez, era uma espécie de jovem prodígio. Nascido em 1880, já em 1904 tornou-se professor de *Filosofia do Direito* em Salvador, transferindo-se depois para a Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro. Como tantos de seu tempo, foi um polígrafo, e escreveu diversos romances, teatro, crítica literária, ensaios filosóficos e jurídicos. Nestes últimos, a presença do evolucionismo na versão monística de Ernst Haeckel é uma constante, como aliás bem notou Clóvis Beviláqua quando escreveu uma *Introdução* para um dos livros do autor. Em 1911, quando a reforma Rivadávia Correia rebatizou sua cadeira com o título de *Enciclopédia Jurídica*, Diniz lamentou a mudança e redigiu um libelo de defesa da perspectiva da *Filosofia do Direito*³³⁴. Depois dele, a cátedra

³³¹ Cf. Antônio Luiz Machado Neto. “*Contribuição Baiana*”, já citado, p. 117-118, 128.

³³² Leovigildo Filgueiras, bacharel por Recife (1878) e depois Doutor em São Paulo, foi professor de *Filosofia do Direito* na Bahia entre 1891 e 1904, quando se aposentou. Seu principal livro é *Estudos de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Officina Polytechnographica, 1904. V., ainda, seu “*Discurso de Instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia*”, 15 de abril de 1891. Em: Aloísio de Carvalho Filho et alii. *Anais do Cinquentenário da Faculdade de Direito da Bahia – 1891-1941*. Bahia: Imprensa Glória, 1945.

³³³ Almachio Diniz. *O Ensino do Direito na Bahia*. Rio de Janeiro: Edições Alba, 1928.

³³⁴ Dados biográficos extraídos de Marieta Alves. *Intelectuais e Escritores Baianos – Breves Biografias*. Salvador: Fundação Museu da Cidade, 1977. Os principais livros de Almachio Diniz em nossa área de interesse são: *Ensaio Filosófico sobre o Mecanicismo do Direito*. 2 volumes. Salvador: Typographia Bahiana, 1906 e 1910; *Questões Atuais de Filosofia e Direito*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909; *Sociologia e Crítica – Estudos, Escritos e Polêmicas*. Porto: Magalhães & Moniz, 1910; e *Teoria Geral do Direito ou um Curso de Enciclopédia Jurídica*. Bahia: Livraria Catilina, 1913. A referida “*Introdução*” de Clóvis

foi assumida por Virgílio de Lemos, que continuou a tradição sociologista de seus antecessores, chegando a afirmar, em sua tese de concurso, que “a Sociologia é a indispensável propedêutica de todas as disciplinas ensinadas nas faculdades jurídicas”³³⁵. Cabe assinalar, de passagem, que era Virgílio de Lemos, já no final de sua carreira, o responsável pelas aulas de *Filosofia do Direito* nos tempos de estudante de Nestor Duarte³³⁶.

Estes três professores foram reunidos por Machado Neto no que ele chamou de “fase inicial” do estudo sistemático do Direito na Bahia, em periodização que foi depois acatada e ampliada por Dinorah Berbert de Castro e Francisco Pinheiro Lima Junior³³⁷. O período seguinte, chamado de “intermediário”, é o que reúne nomes como Edgard Sanchez³³⁸ e o próprio Nestor Duarte, além de outros contemporâneos como Hermes Lima ou Orlando Gomes, por exemplo. Nesse momento, começam a surgir, por vezes ainda tímidos, os primeiros esforços mais bem realizados de diferenciação entre os enfoques filosófico e sociológico no estudo das noções básicas da disciplina jurídica. Como vimos argumentando até aqui, apesar das loas cantadas à Sociologia desde o último quartel do século XIX, muitas vezes era difícil diferenciá-la do que era tido por Filosofia. Uma das grandes questões que perpassam o debate jurídico brasileiro na década de 1930, portanto, está justamente na demarcação dos temas e métodos característicos de cada um dos dois enfoques, até então ainda bastante indistintos.

Nas próximas páginas, vamos esmiuçar a obra de caráter jurídico de Nestor Duarte, composta por sua tese de concurso, *Direito – Noção e Norma* (1933), e por uma série de

Bevilacqua está em *Questões Atuais de Filosofia e Direito*, de 1909. A defesa da *Filosofia do Direito*, em *Teoria Geral...*, de 1913. Sobre o autor, ver ainda Renato Berbert de Castro. *As candidaturas de Almachio Diniz e Wanderley Pinho à Academia Brasileira de Letras*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado do Bahia / Academia de Letras da Bahia, 1999.

³³⁵ Virgílio de Lemos. *Da Classificação dos Conhecimentos Humanos e das Ciências Jurídicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 5.

³³⁶ Nesse sentido, afirmou Machado Neto: “aqui desponta o sociologismo jurídico de que Virgílio de Lemos seria, em nossa Faculdade, um elo de uma longa cadeia, que, iniciada em Leovigildo Filgueiras, se estenderia até Nestor Duarte e Orlando Gomes”. Cf. Antônio Luiz Machado Neto. *História das Idéias Jurídicas*, já citado, p. 170-171.

³³⁷ Cf. A. L. Machado Neto, “Contribuição”, já citado, e Dinorah Berbert de Castro e Francisco Pinheiro Lima Jr. *Idéias Filosóficas na Faculdade de Direito da Bahia*. Salvador: Faculdade de Direito da UFBA, 1997.

³³⁸ Edgard Ribeiro Sanchez (1880-1972) foi advogado, professor, político (deputado federal constituinte pelo PSD em 1934) e depois ministro do Supremo Tribunal do Trabalho. Sua tese de concurso foi publicada com o título de *Prolegômenos à Ciência do Direito*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927. Dados biográficos de Marieta Alves, *Intelectuais...*, já citado.

artigos escritos ao longo das décadas de 1930 e 1940 e publicados tanto na *Revista da Faculdade de Direito da Bahia* como na *Revista Fórum do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia*. Muitas vezes, esses textos podem ser lidos menos como estudos propriamente jurídicos e mais como intervenções de caráter político. Em parte, isso se justifica pelo fato do autor ser professor de uma cadeira ligada à área do chamado Direito Público, que se volta para o conhecimento sistemático do funcionamento do Estado e das instituições políticas. Por outro lado, é de se notar que o próprio contexto conturbado do panorama político brasileiro por esses anos dava ensejo a que a política se fizesse presente em muitas das reflexões publicadas por juristas, sociólogos e demais intelectuais do período, e isso apesar da censura então vigente.

Para efeito de organização dos argumentos, dividimos a exposição que se segue em cinco partes, cada uma delas dedicada a uma série distinta de problemas. Na primeira, veremos como o autor trata dos aspectos epistemológicos relacionados ao estudo do Direito, marcados pelo processo de longa duração ao qual já nos referimos anteriormente (superação da metafísica e cristalização do positivismo em nossa cultura jurídica). Na segunda parte, vamos expor os termos em que Duarte trata da ontologia do Direito, em meio ao debate – muito presente à época – sobre o Direito Natural e o Direito Positivo. Logo depois, acompanharemos as relações que se estabelecem entre o Direito e a Sociedade, tal como ele define ambas as noções e, em seguida, discutiremos a visão do autor sobre as relações possíveis entre o Direito e o Poder Político, isto é, o Estado. Por fim, veremos ainda como o autor define a importância do Direito no estabelecimento e na manutenção da democracia como regime preferencial de organização política para o país, ou do que por vezes se chama de “Estado democrático de Direito”.

Epistemologia do Direito: “atitude metafísica” e “atitude positivo-experimental”

Nas *Palavras Iniciais* com que abre sua tese de concurso, Nestor Duarte já se preocupa em explicitar, desde logo, a orientação que lhe parece mais adequada imprimir ao programa da (então) nova cadeira de *Introdução à Ciência do Direito*:

“cadeira de iniciação jurídica, com tal propósito criada, é fora de dúvida que não pode nem alhear-se aos problemas generalíssimos da chamada *Filosofia*

do Direito, nem cair, de logo, no campo rigorosamente técnico do Direito positivo. Há de ser uma preparação propedêutica ao estudo posterior do Direito, que está na lei e nos códigos. Mas, como iniciação, [...] a cadeira irá enfrentar, imprescindivelmente, certos problemas gerais de Direito, que não podem escapar à indução sociológica, pelo menos. Daí esse critério indagativo, prévio, que há de assumir, buscando socorrer-se da Sociologia, principalmente, para atender à necessidade de construir noções seguras e deduções prudentes”³³⁹.

Desde o início, portanto, aparece a preocupação do autor em utilizar-se do enfoque sociológico para auxiliar sua exploração do fenômeno jurídico. Na linha de evolução do pensamento jurídico que viemos traçando até aqui, Duarte claramente procura se distanciar das racionalizações fundadas em princípios lógicos ou abstratos, e favorece uma abordagem calcada na observação e compreensão do “mundo sensível”. Surpreender, nos estudos jurídicos de Nestor Duarte, um dos momentos desse longo processo através do qual a disciplina sociológica se afirma na paisagem intelectual brasileira pode se mostrar importante, inclusive, para auxiliar na interpretação de seu ensaio sócio-histórico, já discutido em capítulo anterior, cujo subtítulo é, justamente, “*Contribuição à Sociologia Política Brasileira*”.

A argumentação de Duarte se inicia com a afirmação de que “a ciência positivo-experimental, por limitações sucessivas, acabou por tirar à Filosofia as maiores prerrogativas que desfrutava no espírito humano”³⁴⁰. E, desse modo, no seu entender, “circunscreve-se hoje a Filosofia ao campo sempre mais estreito das ciências menos exatas e da Metafísica”³⁴¹. Mas Duarte não é um sectário inconsequente de seu enfoque e, mais adiante, afirma não pretender “fazer desses problemas de ciência um combate de paixões doutrinárias”³⁴². Por isso, reconhece que a proximidade entre a Metafísica e a Filosofia implica algumas características importantes, que não podem ser escamoteadas, de antemão, para segundo plano. E, isso porque:

“as ciências positivas não comportam aquelas generalizações que só o racionalismo pode justificar, e por isso será fácil concluir-se que a Filosofia deve permanecer metafísica ou admiti-la, quando menos, para guardar a

³³⁹ Nestor Duarte. *Direito – Noção e Norma*. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1933, p. 11.

³⁴⁰ Idem, p. 14.

³⁴¹ Idem, p. 15.

³⁴² Idem, p. 22.

faculdade e o direito às generalizações abstratas da clássica ciência ‘dos princípios e da primeira causa’”³⁴³.

A faculdade de promover generalizações, abstrações, racionalizações, à primeira vista tida como algo menos relevante em face da capacidade de encontrar explicações causais eficientes para fenômenos observados no mundo material, retoma aqui a sua importância. Nesse ponto, o autor reconhece que fenômenos e fatos vinculados à atuação humana no mundo não são e nem podem ser tomados como equivalentes ou análogos aos fenômenos próprios “da natureza”:

“ao contrário das ciências do mundo físico, as ciências também chamadas do mundo moral, que são a Moral, o Direito, a Estética, a Lógica e a Psicologia, na sua feição *a latere* de crítica do conhecimento, não se subordinam, inteiramente, às pesquisas científicas, vacilando a sua sistematização ora entre essas pesquisas, ora entre as especulações filosóficas. Por isso mesmo não lograram o conceito completo de ciências exatas, como desfrutam aquelas do mundo físico, graças à observação objetiva a que se prestam os seus fenômenos”³⁴⁴.

Essa é uma constatação importante, e Duarte parece querer enfatizá-la, ao arrematar o argumento com uma frase sintetizadora, poucas páginas adiante: “o poder convincente da ciência positiva em face das ciências do espírito, das ciências morais, não é o mesmo que desfruta junto às ciências físicas”³⁴⁵. São, portanto, características inerentes ao próprio objeto das assim chamadas ciências humanas que permitem, e mesmo incentivam, a permanência em suas paragens de uma forma de pensamento algo especulativo e generalizador:

“os últimos refúgios racionalismo ainda se mantêm na tenda do Direito e da Moral, fazendo dessas ciências, a que a escola chama de ‘normativas’ ou ‘ciências de valor’, ao contrário das ciências dos fatos concretos e objetivos, o grande argumento de sua resistência contra o experimentalismo.”³⁴⁶

³⁴³ Idem, p. 16.

³⁴⁴ Idem, p. 19.

³⁴⁵ Idem, p. 23.

³⁴⁶ Idem, p. 24.

O ser humano, argumenta Duarte se socorrendo de Schopenhauer, é um “animal metafísico”, e sua “pura razão, elevando-o à ‘dignidade’ de uma inteligência transcendente” não cansa de se pôr em busca do “princípio inteligente” capaz de descortinar a “relação que se espera e se crê existir entre o universal absoluto e o homem, e deste para a natureza sensível que o rodeia”³⁴⁷. Desse modo, afirma o autor, “irresistível reponta a tendência de confundir o Direito com um *ideal*, que contém a explicação última de sua incógnita. O ‘elemento racional’ no Direito é, assim, a tradução confessada desse *ideal*”³⁴⁸.

Porém, ainda que Duarte se esforce para escrutinar as razões da resistência das perorações metafísicas diante do avanço do método positivo-experimental, no campo do Direito, ele termina por chegar a uma solução de compromisso, e admite que, ao fim e ao cabo, tudo se resume à questão de qual é a “atitude” preferida por cada estudioso ao se ocupar de um problema de interpretação jurídica: uma “atitude metafísica” ou uma “atitude positivo-experimental”³⁴⁹. E, desde logo, Nestor Duarte se apressa em avançar qual seria a sua própria atitude face à questão, aproveitando para firmar, em boas bases, o critério que elegeu para orientar a sua atuação na cátedra de *Introdução à Ciência do Direito*. Diz, então, o autor, conclusivo em seu esforço de distinção terminológica:

“se os problemas gerais do Direito são tratados e estudados pela *Sociologia Jurídica*, não há porque manter a expressão *Filosofia do Direito* para um estudo que é essencialmente sociológico. [...] Deveríamos reservar o nome de *Filosofia do Direito* para todas as escolas que entendem o Direito como o concebem os metafísicos, os racionalistas, tradicionalistas ou espiritualistas, que tantos são os juristas adeptos da Filosofia clássica. Ao Direito, como ciência experimental, aplicado ao método positivo-experimental e despojado de qualquer ‘elemento racional’ e só constituído do ‘elemento experimental’, chamaríamos *Sociologia Jurídica*”³⁵⁰.

Anos mais tarde, A. L. Machado Neto, que havia sido aluno de Nestor Duarte no final da década de 1940, escreveu um livro em que procurava refutar, sem meias-palavras, essa visão da propedêutica jurídica como totalmente inadequada, advogando em prol de uma abordagem do fenômeno mais próxima das racionalizações filosóficas. Duarte, sentindo-se atingido pelo tom agressivo do texto de seu ex-aluno, decidiu escrever-lhe uma

³⁴⁷ Idem, p. 24.

³⁴⁸ Idem, p. 26. Grifo do autor.

³⁴⁹ Idem, p. 22.

³⁵⁰ Idem, p. 29.

carta (embora nunca a tenha enviado), em que abordaria, mais uma vez, o assunto, reafirmando seu posicionamento de mais de vinte anos antes:

“a cadeira de *Introdução à Ciência do Direito* foi criada justamente para não se fazer filosofia no primeiro ano. No meu tempo de estudante, estudava-se filosofia no primeiro ano e eu testemunhava o esforço de um grande mestre como Virgílio de Lemos para ensiná-la a adolescentes rudes e estúpidos como éramos. [...] a sociologia] é, para o iniciante, a ciência primeira da realidade social jurídica [...] ciência descritiva, [...] ela nutre a inteligência iniciante com o que esta mais precisa: fatos, material para digerir com a fome aquisitiva de todo jovem animal [...] já a *Filosofia do Direito*] não passa e não deve passar de uma especulação inacabada, indispensável para manter a indagação e o movimento do pensamento, mas incapaz até aqui de nos dar mais do que essa saudável inquietação do espírito que o positivismo tanto ameaçou extinguir. Sob certos aspectos, a filosofia é também produto de criação artística, da imaginação mental e mais me convenço disso quando a vejo no tempo, e considero os sistemas e as teorias do passado – que todas documentam, apenas, esse esforço criador, da imaginação, das belas-arts do espírito e da razão.”³⁵¹

Ainda no mesmo documento, Duarte separa algumas linhas para operar uma crítica severa a um dos principais campeões do logicismo ou racionalismo “puro” como instrumento de conhecimento do Direito, o jurista austríaco Hans Kelsen. Como veremos adiante, a crítica de Duarte a Kelsen não era nova – datava da época de sua tese de concurso, nos anos 1930 – mas é bastante ilustrativa da maneira como Duarte encara o fenômeno jurídico, e por isso vale a pena conhecê-la:

“vocês agora descobriram Kelsen, um neo-kantista a torturar-se e a torturar-nos com o ‘dever-ser’, mas, no final, [...] um lógico apenas, ainda que brilhante ou genial, que chega ao termo de sua obra reduzindo o Direito – qualquer coisa de real, de rude, da boa rudeza da vida, cheio de força e de poder, a nascer, sem nome nem etiqueta na manhã da normatividade social, dos usos e costumes, ou seja, da espontaneidade e do automatismo – a uma pura construção lógica, ou melhor, a uma linguagem como a matemática!”³⁵²

³⁵¹ Nestor Duarte. “Carta a Machado Neto – fevereiro de 1959”. Publicada em: Ana Angélica Marinho Rodrigues. *A. L. Machado Neto – O Intelectual na Província*. Salvador: Edufba, 2007, p. 187-188. O livro de Machado Neto que deu ensejo à polêmica é *O Problema da Ciência do Direito – Ensaio de Epistemologia Jurídica*. Bahia: Livraria Progresso, 1958.

³⁵² Idem, p. 188.

Se podemos dizer que, para Duarte, a epistemologia do Direito deve estar orientada por uma “atitude positivo-experimental”, esvaziada de toda abstração ou metafísica, isso é consequência de sua recusa em aceitar o postulado de que o Direito, em sua ontologia, possa ser tomado como algo intrinsecamente racional ou lógico. O Direito está longe de ser, de acordo com Duarte, “uma linguagem como a matemática”. Muito pelo contrário: para nosso autor, o Direito é um produto histórico, contingente, nascido dos embates e choques das relações sociais e, portanto, uma construção variável e sempre referida a um determinado contexto espacial e temporal. Não pode haver, portanto, Direito fora da história e, nesse sentido, não há Direito no “Estado de Natureza”.

Contudo, de modo talvez surpreendente, Duarte não identifica *todo* o Direito com o direito positivo, e admite francamente a existência de um Direito não-positivado que pode ser chamado, em certo sentido, de “Direito Natural” (embora não seja *a-histórico*, nem *invariável* e muito menos *universal*). Em um artigo de 1941, originalmente uma conferência pronunciada na sessão de encerramento das festividades comemorativas do Cinquentenário da Faculdade de Direito da Bahia³⁵³, Duarte se ocupa desse aparente paradoxo, procurando organizar e deixar registradas as suas opiniões em face do acalorado debate sobre a ordem jurídica que, naquele momento, travavam entre si os juristas positivistas, de um lado, e os neotomistas e demais jusnaturalistas, de outro.

Nesse texto, Duarte percorre, ainda que a vôo de pássaro, boa parte dos pensadores vinculados ao campo jusnaturalista, desde a filosofia antiga, grega, dos estóicos, de Sócrates, Platão e Aristóteles, passando pelos juristas romanos do *jus naturale*, pelas formulações escolásticas de São Tomás, pelo laicismo moderno de Grócio e Rousseau (duas ausências notáveis, aqui, são sem dúvida Hobbes e Locke) e chegando até as correntes suas contemporâneas, seguidoras de Gény, de Le Fur ou do (a expressão é de Duarte) “idealismo transcendental ou neo-kantismo alemão”, no qual ele certamente incluía Kelsen, embora não o nomine nesse momento. O único ponto que lhe parece haver em comum entre todas essas diferentes vertentes, na forma de conceber o Direito Natural,

³⁵³ Nestor Duarte. “Os Fundamentos do Direito Natural e as Direções do Positivismo Jurídico”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 16, 1941. Também publicado como: *Separata da Revista Fórum do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia*. Salvador: Tipografia Naval, 1942.

reside na convicção da existência de uma ordem jurídica dual, bipartida entre uma *ordem jurídica natural* e uma *ordem jurídica positiva*. Cada uma dessas ordens obedeceria, assim, a distintas caracterizações e requisitos para se efetivar, como se pode ler na seguinte passagem:

“no Direito Positivo, por exemplo, a coação é requisito essencial de seu conceito, mas já não é relevante para o conceito do Direito Natural, que, assim, corre o risco de confundir-se com a Moral, o que todos os teóricos do sistema admitem francamente. O Direito Positivo obriga sempre, nem todo Direito Natural precisa obrigar para continuar a ser Direito. [...] Por outro lado, a idéia do Direito Natural não está ligada, necessariamente, ao elemento *poder*, como o Direito Positivo, que está sempre a participar de determinado poder, político ou não.”³⁵⁴

Embora admita, em consenso com os jusnaturalistas, a dualidade da ordem jurídica, Duarte acredita que “os dois Direitos”, apesar de sua “oposição”, não precisam e nem devem permanecer “inconciliados”. Para o autor, desde que se aceite a ocorrência do que ele chama de “leis naturais do Direito Positivo”, torna-se possível compreender os modos de aproximação e interpenetração entre as duas ordens:

“o Direito Natural pode inspirar, aperfeiçoar o Direito Positivo, pode dirigi-lo, ou supri-lo. O Direito Positivo, por sua vez, pode ignorar o Direito Natural, como contrariá-lo, mas poderá dar-lhe também maior ou menor obrigatoriedade, atribuir-lhe, ou não, sanção, para que se efetive a sua vigência.”³⁵⁵

Em seguida, Nestor Duarte se preocupa em refutar dois dos postulados mais recorrentes nas formulações jusnaturalistas. O primeiro deles é o da *invariabilidade* das leis naturais, que ele afirma nunca ter sido de fato “um puro postulado da doutrina”, mas muito mais um “ideal de política”, uma vez que “o Direito Natural, convém lembrar e para repetir os doutos, serviu a várias revoluções, ao fio das mais diferentes aspirações históricas”³⁵⁶. Assim, se com São Tomás de Aquino a imutabilidade do Direito Natural seria “uma afirmação contra os homens, em relação à impotência da vontade humana”, mas nunca uma “imutabilidade em face da vontade divina ou perante a própria natureza, em que ‘nada há

³⁵⁴ Idem, p. 34. Grifo do autor.

³⁵⁵ Idem, p. 35.

³⁵⁶ Idem, p. 35.

que permaneça imutável”, com Grócio essa invariabilidade do Direito Natural “se ergueria contra o próprio Deus”, e, já no século XVIII dos *philosophes* e revolucionários franceses, ela chegaria a ser invocada “mais facilmente ainda, contra o Estado e o tirano”³⁵⁷.

A afirmação da invariabilidade do Direito Natural, portanto, estaria apoiada no entendimento de que “o Direito da *natura rei* ou da *ratio naturalis*” deveria permanecer sempre “acima da vontade vária ou dos decretos caprichosos dos homens”³⁵⁸. Contudo, “em face dos exageros e do descrédito conseqüente” a que por vezes se chegou, e para “salvar o sistema da descrença e do ridículo, até”, no início do século XX o jusnaturalismo ressurgiria “conciliado com a idéia de variabilidade, sob a forma de um ‘Direito Natural de conteúdo variável’, de Gény, ou de um Direito Natural invariável por exceção, para variar em via de regra, como chamam o ‘direito minimizado’ de Le Fur”, até porque, acrescenta Duarte com uma pitada de ironia, “a repulsa ao Direito Natural de Grócio, Rousseau e outros é tanto mais conveniente quanto permite defender a concepção da escola católica contemporânea a renascer da fluidez e da agilidade do tomismo”³⁵⁹.

O segundo postulado atacado por Duarte é o da aproximação, que ele crê indevida, entre a ordem natural “que engendra o Direito e gera princípios jurídicos” e a ordem natural física, cujas leis são tidas como invariáveis. A busca jusnaturalista pela *ordem* ou pela *regularidade* é menos cientificista, experimental, tal como nas ciências da natureza, e mais apoiada em princípios ordenadores ou axiológicos:

“os processos de concepção de que nasce o Direito Natural derivam, antes de tudo, do pensamento religioso e filosófico, generalizador e universalizante por excelência. A religião e a filosofia, como um sistema de unidade, transportam o Direito para o mundo natural porque prolongam o *natural* no *social*, ou não vêem, neste, fronteiras que o separem, em suas fontes, daquele. [...] Essa natureza, porém, não é mais física, simples ordem mecânica de corpos e de atrações. É, antes, uma natureza de valor moral, porque concebida naquele plano religioso, em que todo princípio de existência já é um princípio de ordenamento de conduta.”³⁶⁰

É nesse ponto que se concentram as críticas de Nestor Duarte ao jusnaturalismo enquanto “sistema doutrinal”. Duarte tem dificuldade em aceitar o pressuposto

³⁵⁷ Idem, p. 36-37.

³⁵⁸ Idem, p. 36.

³⁵⁹ Idem, p. 37.

³⁶⁰ Idem, p. 38.

jusnaturalista de que há “um universo legislado, uma natureza geradora de normas, divina por si mesma, ou divinizada pela intervenção de uma inteligência, razão ou vontade”³⁶¹.

A função reservada à “razão” por algumas correntes jusnaturalistas, que a percebem como um “elemento constante de revelação do Direito que a ordem natural contém” também é criticada pelo autor baiano. Duarte observa que, no limite, o recurso à “razão” pode levar a que ela acabe substituindo a Natureza como fonte do Direito, pode fazer com que ela deixe de ser “um meio, um *instrumento*, de revelação do Direito Natural, para ser fator causante, causa geradora” da ordem jurídica. Desse modo, acredita Duarte, o “sistema jusnaturalista” pode acabar por se transformar em uma “pura construção abstrata”. É nesse entendimento que se baseia sua crítica aos juristas que ele chama de “neo-kantistas”:

“o Direito Natural do idealismo transcendental, ou do neo-kantismo alemão, é, assim, um produto do logicismo da escola idealista, uma construção formal lógica, sem conteúdo. Esse Direito Natural lógico abstrato não tem conteúdo histórico. É um Direito ‘puro’, vasado nas formas ‘puras’ da Lógica. [...] é, apenas, dizemos nós, a forma vazia do justo, estática, sem ação para impelir o movimento da regra prática de conduta que todo Direito é e deve ser.”³⁶²

Um dos principais livros do austríaco Hans Kelsen se chamava *Teoria Pura do Direito*, publicado originalmente em alemão, em 1934, e logo traduzido para outras línguas, inclusive o português – a primeira edição brasileira foi da Saraiva, em 1939³⁶³. Duarte certamente teria tido contato com esse livro, embora seja interessante vê-lo situar, como próximo do jusnaturalismo, um reconhecido juspositivista tal como Kelsen, que tanto criticou as doutrinas do Direito Natural. De fato, é curiosa sua implicância com Kelsen, cuja obra possui muitos pontos de contato com seu próprio pensamento, inclusive em termos políticos, como na defesa do liberalismo e do “Estado democrático de Direito”. Sem dúvida, esse distanciamento tem a ver com o fato de que, se a “teoria pura” de Kelsen procurava afastar o Direito dos fundamentos valorativos típicos do jusnaturalismo, também criticava a abordagem sociológica do Direito, à qual se filiava Duarte, por considerar errônea sua maneira de identificar o Direito somente como um “fato social” (ou seja,

³⁶¹ Idem, p. 39.

³⁶² Idem, p. 41-42.

³⁶³ Hans Kelsen. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 1939.

apenas como *ser*, olvidando o *dever-ser* – para utilizarmos a terminologia do próprio Kelsen).

Em todo caso, o “positivismo filosófico jurídico” de Duarte, que ele adverte que não deve ser confundido com “positivismo legal, a que alude Gény”, opera a partir de um abandono da idéia de que a “natureza tenha o caráter de uma ordem jurídica natural”, a ser descoberta pela “razão abstrata”, e assume a convicção de que é preciso devolver o “conteúdo histórico” do Direito. A partir daí, seu positivismo jurídico poderá até admitir “a existência de leis naturais que antecedem e condicionam o fenômeno jurídico”, pois, como nota Duarte, “todo Direito é natural, considerado como produto do meio social”³⁶⁴. Além disso, continua, o positivismo jurídico “nega a concepção contratualista e voluntarista da história e do processo social”, ao afirmar que o Direito “é um produto condicionado a determinantes e necessidades sociais”, e que, por isso, “o *jurídico* [...] é um fenômeno natural da sociedade, fundado em condições de adaptação, ora de crenças, ou de valores naturais ou de valores culturais”³⁶⁵. Ou, como escreveu o autor em outro artigo, de 1935: “o meio social é o maior elemento perfeccionista da natureza e do espírito humano”³⁶⁶.

O Direito como fato social

Mas é em sua tese de concurso, *O Direito – Noção e Norma*, que Duarte aponta aquela que considera a maneira mais acertada de encarar o estudo do Direito, circunscrevendo o tratamento de seu objeto à esfera restrita do conhecimento do fato social:

“o Direito é para a ciência positiva um fato, ‘*fato social*’, [...] constatável pela experiência. [...] o Direito, afinal, como *fato*, não pode ser levado para o campo das especulações abstratas da filosofia. É trabalho para o experimentalismo. É assunto da sociologia e da psicologia, ou das duas, nesse tronco comum em que ambas se integram – a psicologia social”³⁶⁷.

A essa altura, Duarte vai buscar nas teorias do sociólogo francês Émile Durkheim a conceituação adequada para dar conta da faticidade incontornável do fenômeno jurídico.

³⁶⁴ Nestor Duarte, “*Os Fundamentos do Direito Natural...*”, citado, p. 42.

³⁶⁵ Idem, p. 43. Grifo do autor.

³⁶⁶ Nestor Duarte. “*Os Fundamentos Morais da Ordem Jurídica Atual*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 9, 1934, p. 13.

³⁶⁷ Nestor Duarte, *O Direito – Noção e Norma*, já citado, p. 31-32. Grifos do autor.

Diz ele: “O Direito Experimental terá que buscar e adotar o critério durkheiminiano para definir e precisar o que é o fato jurídico dentre os fatos sociais”³⁶⁸. E as características do fato social, para Durkheim, são assim resumidas por Duarte:

“1º) pela sua *exterioridade* e *independência* em relação às consciências individuais, às quais se impõe, pois não é gerado por vontades conscientes de sua criação, e 2º) pela ação *coercitiva* e imperiosa que exerce sobre as consciências individuais, em virtude de seu caráter de *exterioridade* e *independência* (*Les Règles de la Méthode Sociologique*)”³⁶⁹.

Mas a caracterização do fato jurídico como uma das espécies possíveis de fatos sociais leva à necessidade de se definir melhor o que é a Sociedade e o social e, além disso, de determinar qual é a relação existente entre essas duas noções e as noções, contrapostas, de indivíduo e individual. Duarte se demora, então, um bom pedaço para destrinchar as imbricações necessárias dos conceitos de Sociedade e indivíduo e destes com a origem e fonte do Direito:

“o Direito, fato social, não pode, por igual razão, ser fruto das consciências individuais. *Independente* delas, ele se impõe e *coercitivamente* impera sobre essas consciências individuais, porque, fato *exterior*, provém da sociedade, que *supera* e ultrapassa as vontades individuais”³⁷⁰.

Aqui, a preocupação do autor é a de denunciar o “arraigado individualismo” e a “incoercível tendência antropomórfica” da filosofia ocidental, que dificultaria a compreensão de que “a sociedade independe do indivíduo”, e de que “o social é independente do individual e o supera, impondo-se coercitivamente à vontade do indivíduo”. Nesse ponto, é importante atentar para o modo como Duarte define sua concepção de indivíduo:

“quando falamos em indivíduo, não nos referimos ao simples ser biológico, mas ao homem, ser racional e pensante, que é, realmente, um produto da sociedade, que lhe formou a razão, a inteligência e a vontade. [...] o indivíduo – como personalidade humana – é um produto social, de modo que o humano-individual é uma abstração até certo ponto, pois a própria

³⁶⁸ Idem, p. 35.

³⁶⁹ Idem, p. 36. Grifos do autor.

³⁷⁰ Idem, ibidem.

consciência de nossa individualidade é um sentimento social, que ela, a sociedade, nos ensinou.”³⁷¹

Por isso, continua o autor, “o fato social, além de independer, superpõe-se ao indivíduo, *‘mesmo contra a sua vontade’*”³⁷². E, desse raciocínio, deriva a objetividade do Direito, que, como “fato social, não pode ser um fenômeno individual e subjetivo. [...] Ele é exterior, objetivo e pode ser observado na vida social como a luz solar no mundo físico”³⁷³. O Direito é, portanto, um “fato extra-pessoal”³⁷⁴ e, se por vezes é percebido como algo inerente à natureza do próprio homem, isso decorre de uma ilusão facilmente explicável através do enfoque psicológico:

“se o Direito, como ideia, é filho da razão, para repetir o refrão dos racionalistas, sendo esta, como é, um fenômeno coletivo, pois é a própria experiência condensada no tempo e herdada pelo indivíduo, ele, o Direito, é também uma representação coletiva. O indivíduo herda a concepção do Direito. E é porque ele a recebe de fora, transmitida, que pensa ser uma ideia inata, [...] concluindo, segundo os metafísicos, que se trata de uma ideia em si, imanente, produto, afinal, de uma razão em si. Aqui, pois, o erro metafísico é um erro lógico”³⁷⁵.

Além do argumento psicológico, apressa-se a acrescentar Duarte, é possível também descortinar um argumento de caráter histórico para ilustrar a questão. Nesse ponto, nosso autor emprega palavras pouco lisonjeiras, para dizer o mínimo, com relação a uma das principais teorias cevadas pelo pensamento jusnaturalista, qual seja, a do *Contrato Social*:

“ninguém hoje, à exceção dos obstinados, acredita que o homem tenha sido, de origem, aquele ser livre e independente, formado com luz de razão, a criar pactos sociais, a gerar acordos jurídicos, a impor, com a soberania de sua vontade criadora, um Direito livremente contratado, que ele formou, com os demais, para manter um ‘estado de paz’ ideal. A concepção contratual da sociedade e do Direito, nem é preciso dizer que é irrisória e ingênua”³⁷⁶.

³⁷¹ Idem, p. 38-39. Grifos do autor.

³⁷² Idem, p. 39.

³⁷³ Idem, p. 41.

³⁷⁴ Idem, p. 42.

³⁷⁵ Idem, p. 43.

³⁷⁶ Idem, p. 44.

Em seguida, ainda escorado na obra de Durkheim (uma das principais influências teóricas presentes nessa parte do seu livro, ao lado do sociólogo e jurista argentino Carlos Nardi-Greco e do italiano Roberto Vacca), Duarte destaca a função pedagógica ou socializante exercida pela sociedade em face dos indivíduos que dela fazem parte:

“a sociedade é, por excelência, uma força moral – educou, transformou, aperfeiçoou. Para Durkheim, [...] ‘a influência moderadora que a sociedade exerce sobre os seus membros e que tempera e neutraliza a ação brutal da luta pela vida e da seleção, é um elemento essencial da vida moral (*Division du Travail Social*)’”³⁷⁷.

Nesse importante processo de socialização, o Direito e a Moral, duas ciências “normativas” ou “de valor”, exercem um papel elementar:

“o Direito e a Moral, guardadas as diferenciações das leis físicas e das leis sociais, impelem o indivíduo para a sociedade, mantendo-o neste centro de convergência do seu destino, para assegurar, assim, o equilíbrio de sua existência. O Direito e a Moral é que asseguram, afinal, a socialização do indivíduo”³⁷⁸.

E, se ambas as disciplinas, tanto em suas dimensões ontológicas como epistemológicas, possuem origem no próprio desenvolvimento da sociedade, é fácil perceber também que elas desempenham, ainda, um caráter de retro-alimentação e regulação do funcionamento da mesma sociedade (característica que também é retirada da obra de Durkheim): “o Direito, como a Moral e a Religião, é uma força que serve à sociedade para congregar e solidarizar os seus membros. O Direito é um produto social, mas é também uma fonte da vida social”³⁷⁹.

Por fim, Duarte culmina seu argumento recorrendo, mais uma vez, a Durkheim, para reafirmar que o Direito deve ser encarado como um fato social, exterior ao indivíduo e objetivo por seus efeitos sensíveis. Para nosso autor, portanto, parece clara a mudança de perspectiva com relação ao enfoque anterior, que identificava o Direito a princípios racionais ou abstratos:

³⁷⁷ Idem, p. 46.

³⁷⁸ Idem, p. 59.

³⁷⁹ Idem, p. 47.

“Durkheim afirma, no seu famoso *Método Sociológico*, que é preciso tratar os *atos sociais como coisas*. [...] A só exterioridade, objetividade, por seus efeitos sensíveis, do fato social, terá revelado a sua palpabilidade de coisa, como quer Durkheim. Sem entrar no problema gnoseológico propriamente, diremos que sentimos e observamos as coisas ‘pelas suas relações’, e não por ‘uma substância’, que só à metafísica preocupou. [...] Sentimos o fato social como *coisa* pelas relações que dele nos chegam até a percepção. Se os fatos sociais têm efeitos sensíveis, atingindo os nossos sentidos, é que eles têm materialidade. Não são simples conceitos ou abstrações do espírito”³⁸⁰.

Estabelecida, assim, a noção que lhe parece mais adequada da sociedade, dos fatos sociais e, especificamente, do Direito e das relações que este mantém com aquela, Nestor Duarte parte, no momento seguinte, para tratar do Poder Político e para responder a uma indagação que ele próprio se coloca, e que, sem dúvida, é uma das perguntas mais importantes e centrais na Sociologia Política de nosso autor: deteria o Estado, enquanto instância materializada da dominação política, o monopólio da determinação do Direito? Vejamos o que ele diz a esse respeito.

As relações entre o Direito e o poder político

Logo na abertura do capítulo VIII de sua tese de concurso, Duarte escreve as seguintes linhas:

“quando indagamos das condições existenciais do Direito, sentimos a imposição de encarar, de logo, o fenômeno político, pelo papel que exerce na órbita do Direito, em cujo ciclo de vida é força preponderante. A concepção da autoridade de que se reveste o Direito, o poder de coagir e de obrigar, que é característica da Norma, fazem-nos imediatamente pensar nessa soberania política, da qual deve emanar a autoridade ou o poder de que lança mão o Direito, para imperar e viver entre os homens associados. [...] Há mesmo juristas, como Kelsen, que identificam o Direito com o Estado.”³⁸¹

Já vimos o quanto as idéias jurídicas de Duarte possuem pontos de convergência e, ao mesmo tempo, de discordância com relação à obra (bastante recente, então) do famoso jurista vienense Hans Kelsen. Dentre as discordâncias, certamente uma das mais marcadas

³⁸⁰ Idem, p. 47-49. Grifos do autor.

³⁸¹ Idem, p. 151-153.

é a que se radica na identificação entre Direito e Estado que caracteriza o pensamento de Kelsen. Para Duarte, ao contrário, Direito e Estado devem ser relacionados de uma forma bastante diversa. Nesse aspecto, há outros posicionamentos teóricos que lhe são muito mais caros:

“Duguit, para citar um dos juristas mais revéis à concepção da supremacia do Estado, combate, entre outras, a Escola alemã, sob influência de Hegel e Jhering, para a qual o Direito é criação do Estado e só pode existir no dia em que um Estado constituído o formulou e sancionou. Por igual razão, acomete o jurista renovador contra a Escola de Exegese, de França, e acaba por sustentar que o Direito é anterior e superior ao Estado”³⁸².

A reconstrução da formação histórica do Direito, da Sociedade e do Estado, tal como entendida pelo nosso autor, concebe as relações entre essas três instâncias de uma maneira muito mais fluida:

“assim como há sociedades sem Direito, há Direito sem forma política. A origem de um independe da origem do outro. E ainda que formado lado a lado das organizações políticas, o Direito, apesar disso, continuou a viver, longa fase de sua existência, alheio ao poder político”³⁸³.

A permanência do Direito consuetudinário, independente e paralelo ao poder político, nos primeiros momentos de organização do aparato estatal, é digna de nota:

“quando o Direito pôde sair da forma difusa das primeiras reações desordenadas, surgidas na indistinção do grupo rudimentar, para aparecer na fisionomia jurisforme da sanção organizada, que o distingue, foram juízes, sacerdotes ou outros quaisquer órgãos mandatários, mas nunca o chefe político, o aplicador das sanções jurídicas. Aos chefes cabia assistir ou presenciar a aplicação da justiça, sem, porém, intervir na sua execução, tradicionalmente acometida a outros órgãos. É que eles não ousavam contrariar o direito costumeiro, que regia a conduta interindividual”³⁸⁴.

O Direito estatal possui uma característica importante, destacada por Duarte. Em geral, ele surge em decorrência dos processos de guerra e de conquista, ou da submissão, pela força, de um grupo social por outro. Muitas vezes ele é, ao menos por um período

³⁸² Idem, p. 153.

³⁸³ Idem, p. 154.

³⁸⁴ Idem, p. 155-156.

inicial, um Direito invasor, usurpador. Por isso mesmo, esse Direito costuma ser a própria legitimação da violência: é “um Direito dos dominantes, a sancionar e assegurar as diferenciações que o domínio acarreta, e é executado especialmente pelo poder político, em proveito e gozo da classe dominante, de que esse poder é a expressão mais viva”³⁸⁵. De qualquer maneira, apesar de sua tendência à expansão, o Direito político está condenado a continuar coexistindo com as formas anteriores do fenômeno jurídico: “o Direito político domina, afinal, sem destruir, o Direito antigo, que a tradição sagrou e o poder respeita, apesar de tudo”³⁸⁶. Assim sendo, geralmente “o Estado não cria, não gera a norma jurídica, quando legisla; apenas, revela o Direito existente na comunidade social, dando-lhe a expressão positiva da lei em vigor”³⁸⁷. Ou, como logo acrescenta o autor, mais explicitamente:

“o Direito, apesar da presença do Estado, continua a nascer espontaneamente, guardando a sua origem tradicional, isto é, gerando-se na consciência, difusa que seja, do grupo, no meio social. [...] É que o Estado é órgão de expressão do Direito, mas não é órgão necessário e absoluto.”³⁸⁸

São bastante notáveis, me parece, as similitudes entre o raciocínio empreendido aqui, quando o autor analisa as relações entre o Direito e o Estado, e os argumentos desenvolvidos no ensaio *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de que já nos ocupamos no capítulo anterior, quando se trata de compreender as interações possíveis entre a Ordem Privada, o tradicional modo de organização da sociedade brasileira desde o período colonial, e a Ordem Política que começa a se formar a partir da Independência e permanece frágil ou incipiente até a década de 1930, pelo menos. Nesse sentido, a Ordem Privada tal como conceituada por Duarte em seu ensaio sócio-historiográfico – uma organização social “apolítica ou antipolítica”, mas não necessariamente “desorganizada ou amorfa” – funcionaria como uma das fontes originárias do Direito social brasileiro, ainda que em sua fase consuetudinária ou não-positivada.

As fundações teóricas desse raciocínio, dessa maneira de compreender as relações possíveis ou necessárias entre uma ordem jurídica estatal e uma ordem jurídica não-estatal,

³⁸⁵ Idem, p. 157.

³⁸⁶ Idem, p. 157-158.

³⁸⁷ Idem, p. 161-162.

³⁸⁸ Idem, p. 162-163.

são reconhecidas por Duarte nas páginas de sua tese de concurso, *O Direito – Noção e Norma*. Suas bases se apóiam nas concepções de autores influentes no pensamento jurídico europeu das décadas de 1920 e 1930, tais como Duguit³⁸⁹, Gurvitch, Radbruch e outros, todos vinculados às inovações da assim chamada corrente do “Direito Social”:

“o modo como entendemos o Direito, o seu nascer e a sua vida independentes do Estado, leva-nos a admitir, assim, que há um Direito extra-estatal, voltando-nos para o pleno domínio da teoria do chamado ‘Direito Social’, expressão mais nova e original do pensamento jurídico contemporâneo e que encontra em Gurvitch, em 1932, em *L’Idée du Droit Social*, o seu grande sistematizador”³⁹⁰.

Mas o que vem a ser, exatamente, a noção de “Direito Social”? Responde-nos Nestor Duarte, citando passagens de obras representativas dessa escola:

“o ‘Direito Social’ é o Direito da ‘Sociedade’ oposto ao Direito do Estado, é uma ‘realidade jurídica pré-existente e espontânea que se afirma fora da lei’. [...] é o Direito que nasce nos grupos sociais, nas instituições econômicas, operárias, profissionais e religiosas, nas associações internacionais (Direito superior ao Estado – Duguit) bem como o Direito existente na ‘comunhão inorganizada nacional’, que jaz sob a organização estatal.”³⁹¹

Nessa passagem, a expressão “comunhão inorganizada nacional” parece remeter, mais uma vez, à noção de Ordem Privada, que, desse modo, funcionaria como uma “realidade jurídica pré-existente [...] que se afirma fora da lei”. Assim, ao ler em conjunto os vários artigos jurídicos de Nestor Duarte e o seu ensaio de “interpretação do Brasil”, percebemos que, para o autor, a existente “dualidade da ordem jurídica” não se dá, especificamente, na bipartição entre um Direito Positivo, estatal, e um Direito Natural “universal”, abstratamente concebido, mas sim entre um Direito que nasce,

³⁸⁹ Sobre Duguit, Duarte publicou um estudo específico, em 1935. Nesse artigo, depois de caracterizar o jurista francês como membro de “uma esquerda revolucionária, agnóstica, quase herética”, capaz de se voltar “contra a tradição” dos juristas e pensadores “da velha Europa espiritual e metafísica”, Duarte elabora a seguinte síntese: “é incontável o número de conseqüências teóricas e doutrinárias que afloram do pensamento de Duguit. Dentre elas, assinalem-se de logo as seguintes: que o Direito nasce independente do Estado; que ele prescinde de qualquer legislação; e que a sua fonte não é nem o costume nem a lei nem a jurisprudência, como sustenta o próprio Duguit, porque se cria na ‘consciência jurídica’, na ‘opinião jurídica’ dos indivíduos”. Cf. Nestor Duarte. “*A Lei no Conceito de Duguit*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 10, 1935, p. 113 e 115.

³⁹⁰ Nestor Duarte. *Direito – Noção e Norma*, p. 166-167.

³⁹¹ Idem, p. 169.

tradicionalmente, historicamente, da sociedade, das relações estabelecidas entre os grupos sociais, e um Direito com origem nas instituições políticas, um Direito positivado, legislado, que pode vir a absorver – ou não – os predicados do Direito mais antigo. O Direito “social”, desse modo, pode ser encarado como sendo “natural”, no sentido de que é um Direito forjado pelo meio social, de modo quase “espontâneo” (o termo é utilizado por Duarte); ao passo que o Direito Positivo está, na maior parte das vezes, vinculado ao poder político. Em todo caso, não cabe classificar esses dois Direitos, necessariamente, em termos de “melhor” ou “pior”, de “adequado” ou “inadequado”, uma vez que se trata, apenas, de dois modos diversos de organização do fenômeno jurídico, ambos necessários e inevitáveis.

O Estado de Direito: disciplina por coordenação ou por subordinação?

Conforme a relação que se estabelece entre a sociedade e o Estado, o Direito estatal, positivado, poderá assumir, ou não, uma característica de Direito invasor, subordinador, em face do Direito “natural” moldado pelo meio social. No ensaio *A Ordem Privada*, encontramos dois exemplos de momentos em que, na história brasileira, o Estado revelou-se como tal, em confronto aberto com a comunidade social: primeiro, durante o ciclo do ouro do século XVIII, quando Duarte enxerga “um poder público com ganas de proprietário, a disputar o quinhão maior, sobre uma modalidade de desmedida opressão pessoal”³⁹²; e, em segundo lugar, com o Estado instaurado pelos regimes de 1930 e 1937, sempre a clamar por “mais força, mais centralização e mais autoridade”³⁹³.

No entanto, um Estado usurpador, sancionador de um domínio ilegítimo, não é uma estrita necessidade histórica e nem uma fatalidade incontornável. Ainda que atuando em oposição ao ordenamento tradicional de determinada sociedade, o Estado pode se mostrar maleável, adaptável, capaz de transformar os costumes sociais em um sentido mais “moderno” ou “desejável”. O Estado pode se tornar, para usarmos um conceito largamente adotado em *A Ordem Privada*, verdadeiramente “político”, porque garantidor da “*res publica*”, da “coisa pública”, como, aliás, já vimos no capítulo anterior. Em suma, essa é a própria missão do “Estado de Direito”, tal como Duarte a define, em um artigo de 1953:

³⁹² Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, p. 35.

³⁹³ Idem, p. 118.

“um Estado sem prepotência [e] uma organização econômica sem privilégio, ambos à sombra de um Direito que se ergue sobre eles como uma limitação e se volta para o indivíduo como uma garantia [...] sua maior tarefa, na qual forjou a sociedade moderna como forma de convivência, como norma e destinação dos homens livres ou de homens a se libertarem, é o Estado, mas o *Estado de Direito*. O Estado traçado, contido e recriado sob novas linhas e traves pelos moldes e pelas dobras da lei escrita.”³⁹⁴

Dois conceitos importantes, utilizados pelo autor em vários textos, mas trabalhados principalmente em sua *Oração de Paraninfo* proferida em dezembro de 1938, em plena vigência do Estado Novo, exemplificam os dois tipos de Estado, conforme se busque ancorar a autoridade estatal sobre uma “disciplina por subordinação” ou sobre uma “disciplina por coordenação”. Nesse discurso, direcionado aos bacharéis formandos da Faculdade de Direito da Bahia, Duarte, primeiramente, define a si mesmo como um “provocador de debates”, que entende ser sua maior função, enquanto professor, afastar seus alunos “daquele desgraçado espírito de espionagem do pensamento, a olhar *à direita* e *à esquerda*, que é, antes de tudo, o horror à própria inteligência” e, desse modo, fazê-los “abandonar os ídolos de uma verdade comprometida pela verdade desinteressada”³⁹⁵. O que se segue, depois disso, é um verdadeiro libelo em defesa da democracia como o único regime político que “encerra a justificação fundamental da liberdade política”, por possibilitar a seus cidadãos “ter a coragem de negar e admitir livremente”, conforme a sua consciência³⁹⁶.

Na construção de seu argumento, Duarte lança mão dos dois conceitos de disciplina a que já nos referimos. O primeiro deles, “disciplina por subordinação”, é próprio dos Estados autoritários, pois resume o conceito de disciplina a um “constrangimento”, a uma “contenção”, ou a um “ato de punho fechado, a descer contra alguém, na energia que submete”. Nesses regimes políticos, a autoridade do Estado se processa através de “uma relação de violência correspondendo a um espírito de conformidade, que a legitima e

³⁹⁴ Nestor Duarte. “O Princípio da Igualdade Perante a Lei”. Em: *Revista da Faculdade de Direito da Bahia*, v. 28, 1953, p. 48. Grifo do autor. Também publicado em: *Revista Forense*, vol. 156, ano 51, fascículos 617 e 618. Novembro-Dezembro de 1954.

³⁹⁵ Nestor Duarte. “Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1938”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 14, 1939, p. 22-23. A parte principal desse discurso foi também publicada como “Disciplina por Subordinação e Disciplina por Coordenação”. Em: *Revista Seiva*, ano 1, n. 2, janeiro de 1939. Lembro que, como vimos em outro capítulo, a *Revista Seiva* era um periódico editado pelo PCB na Bahia entre 1938 e 1943.

³⁹⁶ Idem, p. 29.

justifica” e por isso, nesses casos, “disciplina é subordinação, ordem é submissão”³⁹⁷. E esse, continua Duarte, é “o sentido essencial dos totalitarismos contemporâneos [dos anos 1930]”, pois “se ordem é silêncio e conformidade, nenhuma é mais perfeita do que a ordem gerada pela violência”³⁹⁸.

Os seres humanos, porém, adverte nosso autor, são “animais nobremente imperfeitos para a conformidade e os silêncios opressos”, animais feitos de “movimento, verbo e autonomia”³⁹⁹. Partindo desse pressuposto, assim como do entendimento de que “nenhuma sociedade pode ser contra o homem, como nenhuma ordem pode ser estabelecida contra a sua dignidade eminente [...] independente desse ou daquele tempo e espaço”, Duarte advoga então pela necessidade de buscar uma “disciplina por coordenação” para fundar efetivamente um Estado no sentido de “*res publica*”. Afirmar ele, então:

“tanto mais legítima é uma ordem quanto menor for a relação de violência em que se estriba. E só é menor a violência, se maior a extensão do princípio de coordenação. [...] a disciplina por coordenação] é uma ordem, mas uma ordem na liberdade. [...] uma ordem com um mínimo de choques e conflitos, o que vale ser uma ordem com o mínimo de força [...] um mínimo de energia e de vigilância.”⁴⁰⁰

Para provar seu ponto, Duarte lança mão de uma argumentação que já o vimos utilizar na parte final de seu ensaio sobre *A Ordem Privada* na formação histórica da sociedade brasileira. Segundo o entendimento do autor, todo regime que se apóia em uma supressão da liberdade precisa, para fazer valer a sua autoridade subordinadora, instituir “um Estado-Polícia, que resume toda a atenção e toda a energia do Poder Público”. E, da mesma forma que o Estado varguista criticado ao fim de *A Ordem Privada*, o Estado autoritário será, inevitavelmente, “um Estado de desesperada vigilância”, pois, dado que “de si mesmo é fraco”, ele “sente a necessidade de ser violento” para justificar o seu domínio. Desse modo, conclui, o problema “do Estado forte é um problema de conciliação com a liberdade”⁴⁰¹.

³⁹⁷ Idem, p. 24.

³⁹⁸ Idem, p. 25.

³⁹⁹ Idem, ibidem.

⁴⁰⁰ Idem, p. 26.

⁴⁰¹ Idem, p. 26-27.

Em outro pequeno artigo, de título “*Ruy e o processo cultural democrático*”, escrito por ocasião de uma “Semana de Ruy” promovida pelo Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia em novembro de 1944, Duarte comenta o descaso com que, muitas vezes, a geração político-intelectual dos anos 1930/1940 (segundo ele, “uma geração que se presumia sem verbalismo, sem gramática lusitana, crente na decadência da oratória, hostil ao Direito Constitucional norte-americano”⁴⁰²) tratou a trajetória e a obra política de Ruy Barbosa e, por extensão, o *liberalismo constitucional* ao qual seu nome era geralmente vinculado. Nesse texto, depois de lembrar a influência dos “ensinamentos de Alberto Torres” contrários à “sistematização, o jurismo, da obra política de Ruy” e responsáveis por dar “alguma direção coordenadora ao tumulto ideológico que foi Revolução de 30”, Duarte aponta duas figuras de proa na crítica a Ruy Barbosa nesse período:

“depois de 1930, quando os sinos deveriam dobrar pela liberdade e pela democracia agonizantes, os que combatiam o universalismo cultural de Ruy, em nome da originalidade brasileira, fariam, como o Sr. Francisco Campos, o elogio da ‘Democracia Autoritária’ e da filosofia fascista, naquela forma que o ex-ministro da Justiça chamava ‘a política do Capitólio contra a política do Fórum’; ou, como o Sr. Tristão de Ataíde, que, em nome da ação católica, desenvolveu uma das campanhas intelectuais mais eficientes contra o espírito liberal que Ruy predicara sempre, levando, assim, a maioria da juventude católica a constituir a maioria dos milicianos do fascismo nacional.”⁴⁰³

Os “novos tempos”, lamenta Duarte, tempos de “ditaduras”, de “falsas determinações históricas”, de “uma ordem dirigida, fanática [...] sob o espírito da autoridade exaltada”, experimentavam “o declínio da vocação da liberdade, a descrença na democracia, o esquecimento das vantagens morais dos governos livres e dos regimes constitucionais, a traição ao que há de fundamental humanismo na civilização”, e por isso a “perecibilidade” da obra de Ruy Barbosa não estava nela mesma, “mas no espírito de uma geração, ou de uma época, que precisou perder a liberdade para saber amá-la”⁴⁰⁴. Graças, porém, à “trágica compreensão que a necessidade de uma guerra estadeia”, mostrava-se possível, no Brasil, um “retorno a Ruy”, uma recuperação de suas idéias, visando a alcançar

⁴⁰² Nestor Duarte. “*Ruy e o Processo Cultural Democrático*”. Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 19, 1944, p. 82.

⁴⁰³ Idem, p. 83.

⁴⁰⁴ Idem, p. 84.

a “reconquista definitiva do mundo democrático”⁴⁰⁵ que quase havia sido posto a perder, um mundo no qual, como ele afirma em outro de texto, de 1934, se pudesse “estabelecer uma democracia com liberalismo, mas sem individualismo particularista, e socialista, sem quebra e sacrifício dos valores morais e culturais da humanidade”⁴⁰⁶.

Para Nestor Duarte, portanto, a democracia é “uma concepção total da vida, uma concepção cultural”, que “ainda que se concretize num regime político [...] é um processo de vida, uma explicação e uma condição de existência do homem”. Duarte não aceita que a democracia seja vista como “um conceito preso a determinado conteúdo histórico e econômico”. A democracia, afirma o autor, “não é burguesa, não é individualista, assim como não será, tão só, socialista”, pois “todas essas categorias e qualificativos definem idade, economia e teorias diversas, dentro da identidade de uma só concepção de vida, ou de um só sentido social e político”. E esse sentido, único, “constante”, na “concepção cultural da democracia” consiste, simplesmente, em tomar “o homem como medida de todas as coisas”⁴⁰⁷. Vem daí a relação estreita que se estabelece entre a democracia e a busca da liberdade, ambas essenciais, segundo Duarte, à plena realização da experiência humana:

“o ideal da liberdade não precisa de ‘fundamentos’ que pretendam justificá-lo, é um valor que a cultura social descobriu, que a experiência humana realizou, ou vem realizando, como condição penosa da ascensão do homem enquanto homem, seja o escravo de Spartacus, o cidadão de Atenas, o súdito de Sua Majestade britânica, o burguês de 89 e o proletário de outubro de 17. [...] essa é a essência do individualismo, como é a aspiração do marxismo. E a democracia é, sob todos os seus aspectos, um processo e um objetivo de profundo realismo, uma experiência inacabada e, por isso, viva, de realização dessa liberdade em política, em religião e em economia.”⁴⁰⁸

Assim, é através da democracia como “método”, “processo” e “experiência” que a sociedade, ou o “povo político”, para usarmos uma expressão retirada de *A Ordem Privada*, atua no âmbito do Estado e o transforma, no sentido de torná-lo um corpo verdadeiramente “político” e instaurar a desejada “*res publica*”. E é por isso, me parece, que a democracia

⁴⁰⁵ Idem, p. 85.

⁴⁰⁶ Nestor Duarte, “*Os Fundamentos Morais da Ordem Jurídica Atual*”, já citado, p. 15.

⁴⁰⁷ Duarte, “*Ruy e o Processo Cultural Democrático*”, p. 85-86.

⁴⁰⁸ Idem, p. 86-87.

conforma o núcleo do pensamento político, jurídico e social de Nestor Duarte. Se pode ser lida, essencialmente, como norma ou valor, um ideal a ser perseguido, algo porém deve lhe garantir assento. Para Duarte, o Estado de Direito molda, pois, a forma substantiva da *experiência* democrática – sua efetiva atividade, capaz de, exigindo a obediência do cidadão ao que é do interesse público da comunidade, afaste, no mesmo passo, o risco da submissão aos tiranos de primeira hora.

V. Palavras Finais

Quando se inicia um projeto de pesquisa para estudar determinado tema, nunca sabemos, de antemão, quais os caminhos que vamos percorrer e nem a que conclusões vamos conseguir chegar. Em geral, começamos com uma vaga noção de nosso objeto, e temos a pretensão de que será possível esmiuçar “tudo” o que há para saber a respeito daquele assunto. Ledo engano, é evidente. Aos poucos, vamos percebendo e admitindo a necessidade de “delimitar” o escopo de nossa análise, e vamos abandonando pelo caminho algumas hipóteses de investigação que poderiam ser promissoras, mas que, diante da impossibilidade de (des)cobrir “tudo”, até mesmo por falta de tempo hábil para tanto, somos forçados a deixar de lado, quem sabe para uma próxima oportunidade, ou senão para um outro pesquisador. Em contrapartida, o próprio desenrolar da pesquisa pode trazer à tona dimensões ou facetas do objeto que não estavam no primeiro plano de nossas preocupações, inicialmente, mas que se mostram tão interessantes que acabam conquistando nossa atenção. Em certo sentido, está aí uma das belezas do processo de investigação, pois é impossível conhecer as curvas da estrada antes de trilhá-la.

Com esta pesquisa sobre a trajetória e o pensamento político e social de Nestor Duarte, não foi diferente. Dadas as próprias características do trabalho intelectual do autor, que era um polígrafo e deixou registros de suas idéias em diversos formatos textuais diferentes (ensaio sócio-histórico, teoria do Direito, literatura, além de sua atuação política e parlamentar), abria-se, desde logo, uma ampla gama de possíveis abordagens a serem exploradas. Minha pretensão inicial, é claro, era a de tratar de “tudo” que Duarte produzira ao longo de sua vida. Isso se mostrou, contudo, difícil de abarcar, e fui obrigado a fazer determinadas escolhas, ainda que a contragosto.

A primeira dessas escolhas foi a de limitar a cronologia da análise ao marco final de 1945, praticamente excluindo as realizações do autor posteriores a essa data, o que, por si só, já era uma seleção importante: como já afirmei no corpo do trabalho, a atuação de Duarte antes de 1945 acontece basicamente na esfera do discurso, fora das instituições políticas, ao passo que, depois disso, ele vai se destacar muito como mais um homem de Estado do que como um intelectual.

Em segundo lugar, tive que selecionar também quais os textos de Duarte com os quais deveria trabalhar. Menos mal que as recentes pesquisas a respeito do autor, no âmbito dos cursos de pós-graduação, já haviam coberto, com bom proveito, algumas das sendas que eu não tive como visitar. Assim, para os três romances escritos por Duarte, por exemplo, os trabalhos de Giselle Laguardia Valente e de Rogério dos Santos França já oferecem boas análises, ainda que partindo de pontos de vista bem diferentes. Sobre o projeto de Reforma Agrária elaborado por Duarte, por outro lado, muita coisa já está dita, com propriedade, nos textos de Osmir Dombrowski e de Rafael Gomes. Desse modo, além do ensaio sobre *A Ordem Privada*, principal livro do autor e passagem obrigatória do itinerário para quem quer que se debruce sobre seu pensamento, restou-me a seara de seus textos jurídicos, que não haviam ainda sido suficientemente destrinchados por ninguém.

Convencido da pertinência de dar a conhecer melhor esses escritos, segui adiante com a tarefa. O primeiro dividendo que auferi dessa escolha foi o de poder situar o autor em um contexto histórico e social mais ricamente detalhado, no qual ele se inseria em meio aos debates travados por uma geração de juristas que marcou época, tanto a nível regional quanto nacional. Temas como a querela “jusnaturalismo versus juspositivismo”, “materialismo versus espiritualismo”, ou a definição das funções e características essenciais

do Estado, do indivíduo e da sociedade, conformaram o horizonte de discussões de que participaram, ao lado de Duarte, juristas de tendências tão diversas como Miguel Reale, Alceu Amoroso Lima, Hermes Lima ou Orlando Gomes, e muitos outros.

Além disso, foi a partir da leitura de textos ou intervenções como *Disciplina por Subordinação e Disciplina por Coordenação*, originado de sua *Oração de Parainfo* (1938), *Os Fundamentos do Direito Natural e as Direções do Positivismo Jurídico* (1941) ou *Ruy e o Processo Cultural Democrático* (1944) que se tornou mais clara, para mim, a importância da democracia como um dos elementos que confere unidade ao pensamento do autor.

A partir daí, pude retornar ao ensaio *A Ordem Privada* e selecionar o tema da democracia enquanto “método” ou “processo” (ou seja: sem apelar para a violência desesperada das rupturas “revolucionárias” ou dos “golpes de estado” *tout court*) como chave para elaborar uma leitura da obra a partir de um ângulo ao qual ainda não havia sido dado um grande destaque. De fato, se é verdade que, como já argumentei ao longo desse trabalho, as releituras mais recentes de Duarte conferem alguma importância à sua argumentação democrática, é notável o quanto os comentários feitos em um período anterior, por pesquisadores do quilate de um Wanderley Guilherme do Santos ou um Bolívar Lamounier, praticamente ignoraram essa dimensão de seu livro, preferindo destacar sua perspectiva “feudalista” ou sua descrição da hipertrofia da “ordem privada” e da correlativa insuficiência do estabelecimento do Estado em nosso país. Mas é a crença inabalável de Duarte na democracia, acredito, que diferencia e singulariza sua “interpretação do Brasil” de boa parte do pensamento político-social brasileiro, além de ser algo que tem especial significado se levarmos em conta que o livro foi publicado em pleno Estado Novo. Ora, se nem mesmo autores há muito lidos como avatares da democracia brasileira, como por exemplo, Sérgio Buarque de Holanda, chegaram a tratar do assunto com tanta clareza, e sem uma certa carga de ambigüidade...

No fim das contas, bem ou mal sucedido em suas propostas, este trabalho é apenas “mais uma” leitura do ideário político de Nestor Duarte. Não tenho a pretensão de que ele seja o único, ou definitivo. Outras interpretações da obra do autor hão de surgir mais cedo ou mais tarde, a partir de outros pontos-de-vista, de outros contextos de recepção. E deve ser assim, cumulativamente, que se há de construir o conhecimento em ciências humanas e,

mais especificamente, no campo interdisciplinar do Pensamento Político e Social Brasileiro.

BIBLIOGRAFIA CITADA

Obras do autor

Ensaio e Romances

A Ordem Privada e a Organização Política Nacional – Contribuição à Sociologia Política Brasileira. 1ª edição. Coleção Brasiliana, vol. 172. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966. 3ª edição. Brasília: Ministério da Justiça, 1997.

Direito – Noção e Norma. Bahia: Oficinas dos Dois Mundos, 1933.

Gado Humano. 1ª edição. Rio de Janeiro: Pongetti, 1936. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1998.

Tempos Temerários. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 2ª edição. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 2008.

Cavalo de Deus. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

Reforma Agrária. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1953.

Artigos e Discursos

"Um Livro Nacional". Em: *O Imparcial*, Salvador, 28 de abril de 1928.

"Leia quem quiser...". Em: *O Imparcial*, Salvador, 5 de janeiro de 1930.

"Os Fundamentos Morais da Ordem Jurídica Atual". Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 9, 1934.

"Os Direitos Sociais na Constituição Federal de Julho de 1934". Em: *Diário da Assembléia / Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 9 de janeiro de 1937, p. 1526-1529. Republicado em: Waldir Freitas Oliveira. *Nestor Duarte – Inquietação e Rebeldia – Uma Biografia Crítica*. Salvador: Instituto Advogado Gonçalo Porto de Souza, 2004.

"Discurso pronunciado na Assembléia Constituinte da Bahia". Em: *Diário da Assembléia Constituinte / Diário Oficial do Estado da Bahia*. Salvador, 2 de agosto de 1935.

"A Lei no Conceito de Duguit". Em: *Revista de Faculdade de Direito da Bahia*, v. 10, 1935.

"Disciplina por Subordinação e Disciplina por Coordenação". Em: *Revista Seiva*, ano 1, n. 2, janeiro de 1939.

"Oração de Paraninfo aos Bacharéis de 1938". Em: Revista de Faculdade de Direito da Bahia, v. 14, 1939.

"Inquérito sobre a Economia Baiana". Série de quatro artigos. Em: A Tarde, Salvador, 31 de outubro, 7, 13 e 30 de novembro de 1940.

"Os Fundamentos do Direito Natural e as Direções do Positivismo Jurídico". Em: Revista de Faculdade de Direito da Bahia, v. 16, 1941. Também em: Separata da Revista Fórum do Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia. Salvador: Tipografia Naval, 1942.

"Notícia sobre o Artigo de Donald Pierson – A Distribuição Espacial das Classes e das Raças na Bahia". Em: A Tarde, Salvador, 3 de junho 1941. Também em: Revista de Faculdade de Direito da Bahia, v. 16, 1941.

"Discurso quando da passagem do féretro de José Joaquim Seabra pela Rua da Misericórdia". Em: A Tarde, Salvador, 12 de dezembro de 1942.

"Ruy e o Processo Cultural Democrático". Em: Revista de Faculdade de Direito da Bahia, v. 19, 1944.

"Discurso sobre o Anteprojeto da Constituição de 1946". Em: Diário da Assembléia, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1946.

"Um Dilema para Reflexão – ou Divórcio Legal ou Divórcio Privado". Em: Revista de Faculdade de Direito da Bahia, v. 27, jan./dez.1952.

"O Princípio da Igualdade Perante a Lei". Em: Revista da Faculdade de Direito da Bahia, v. 28, 1953. Também em: Revista Forense, vol. 156, ano 51, fascículos 617 e 618. Novembro-Dezembro de 1954.

"Carta a Machado Neto – fevereiro de 1959". Em: RODRIGUES, Ana Angélica Marinho. A. L. Machado Neto – O Intelectual na Província. Salvador: Edufba, 2007.

"O Ato Adicional e as Leis Complementares". Discurso proferido na Câmara Federal, 4 de outubro de 1961. Brasília: Imprensa Nacional, 1961.

"Discurso de Posse na Academia de Letras da Bahia e Saudação de Godofredo Filho". Bahia: Academia de Letras da Bahia, 1966.

Outras referências bibliográficas

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizados do Poder – O Bacharelismo Liberal na Política Brasileira*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ADORNO, Theodor. *"O Ensaio como Forma"*. Em: _____. *Notas de Literatura I*. Tradução e apresentação de Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades e Editora 34, 2003.

AGUIAR, Manoel Pinto de. "*Notas sobre o 'Enigma Baiano'*". Em: *Planejamento*, v. 1, n. 1. Salvador: CPE, 1973 [1ª edição de 1958].

ALMEIDA, Rômulo de. "*Traços da História Econômica da Bahia no Último Século e Meio*". Em: *Planejamento*, v. 1, n. 1. Salvador: CPE, 1973 [1ª edição de 1951].

ALVES, Marieta. *Intelectuais e Escritores Baianos – Breves Biografias*. Salvador: Fundação Museu da Cidade, 1977.

AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

AZEVEDO, Thales de. *As Ciências Sociais na Bahia – Notas para a sua História*. 2ª edição revisada. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1984.

_____. *Democracia Racial – Ideologia e Realidade*. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____, SAMPAIO, Nelson e MACHADO NETO, A. L. *Atualidade de Durkheim*. Salvador: Universidade da Bahia, 1959.

ARINOS, Afonso *et alli*. *Um Praticante da Democracia – Otávio Mangabeira*. Salvador: Conselho Estadual de Cultura, 1980.

BALL, Terence; FARR, James e HANSON, Russel L. (eds.). *Political Innovation and Conceptual Change*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

BARRETO, Kátia M. Mendonça. "*Um projeto civilizador – revisitando Faoro*". Em: *Lua Nova*, n. 36, 1995.

BARRETO, Tobias. "*Introdução ao Estudo do Direito*". Em: *Estudos de Direito*. Publicação póstuma dirigida por Sílvio Romero. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1892.

_____. *Menores e Loucos em Direito Criminal*. Rio de Janeiro: H. Laemmert, 1884.

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A Ilustração Brasileira e a Idéia de Universidade*. São Paulo: Ed. Convívio e Edusp, 1986.

BASTOS, Aurélio Wander. *O Ensino Jurídico no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Luris, 2000.

BASTOS, Élide Rugai. "*A Sociologia dos Anos 30 – Uma revisão crítica da articulação: raça e cultura*". Em: D'Incao, Maria Ângela (org.). *História e Ideal – Ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: Editora da Unesp, 1989.

_____. "*Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista*". Em: Sérgio Miceli (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970 – 2000)*. São Paulo: Anpocs e Editora Sumaré, 2002.

_____. *"Raízes do Brasil – Sobrados e Mucambos: Um Diálogo"*. Em: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais da Unesp, São Paulo*, 2005.

BRAGA, Sérgio Soares. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946 – Um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Volume I. Brasília: Câmara dos Deputados, 1998.

BELOCH, Israel e ABREU, Alzira Alves de (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. Edição Digital. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1999.

BERBERT DE CASTRO, Dinorah e LIMA JR., Francisco Pinheiro. *Idéias Filosóficas na Faculdade de Direito da Bahia*. Salvador: Faculdade de Direito da UFBA, 1997.

BERBERT DE CASTRO, Renato. *As candidaturas de Almachio Diniz e Wanderley Pinho à Academia Brasileira de Letras*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado do Bahia / Academia de Letras da Bahia, 1999.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 2ª edição. Brasília: INL / Conselho Federal de Cultura, 1977 (a 1ª edição é de 1927).

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOAVENTURA, Edivaldo M. *Homenagem a Luiz Viana Filho*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1991.

BOAVENTURA, Eurico Alves. *Fidalgos e Vaqueiros*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1989.

BOBBIO, Norberto. *O Positivismo Jurídico – Lições de Filosofia do Direito*. São Paulo: Ícone, 1995.

BOTELHO, André. *O Brasil e os Dias – Estado-Nação, Modernismo e Rotina Intelectual*. Bauru, SP: Edusc, 2005.

_____. *"Passado e Futuro das Intepreções do País"*. Em: *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, julho de 2010, p. 47-66.

_____ e LAHUERTA, Milton. *"Interpretações do Brasil, Pensamento Social e Cultura Política – Tópicos de uma Necessária Agenda de Investigação"*. Em: *Perspectivas*, n. 28, São Paulo: Unesp, 2005.

_____ e SCHWARTZ, Lília. *Um Enigma Chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *"L'illusion Biographique"*. Em: *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Volume 62, n. 1, 1986. Também como *"A Ilusão Biográfica"*. Em: _____. *Razões Práticas – sobre a Teoria da Ação*. Campinas: Papirus, 1996.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.

_____. *"Idéias e Argumentos para o Estudo da História das Idéias Políticas no Brasil"*. Em: LESSA, Renato e MARTINS, Carlos Benedito (coords.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política*. São Paulo: Anpocs, 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *"Sociedade Civil: sua democratização para a reforma do Estado"*. Em: _____, WILHELM, Jorge e SOLA, Lourdes (orgs.). *Sociedade e Estado em Transformação*. São Paulo e Brasília: UNESP e ENAP, 1999.

BROTERO, José Maria de Avelar. *Princípios de Direito Natural*. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial, 1829.

CALASANS, José. *A Faculdade Livre de Direito da Bahia – Subsídios para a sua História*. (Centro de Estudos Baianos, 105). Salvador : CEB/UFBA, 1984.

_____. *A Revolução de 1930 na Bahia – Documentos e Estudos*. Salvador: Edufba, 1980.

CALMON, Pedro. *Memórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CÂNDIDO, Antônio. *"A Sociologia no Brasil"*. Em: *Tempo Social*, vol. 18, n. 1, São Paulo, junho de 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *"Livros que inventaram o Brasil"*. Em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 37, São Paulo, 1993.

CARNEIRO, Édison. *Ladinos e Crioulos – Estudos sobre o Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

_____ e Aydano do Couto Ferraz (orgs.). *O Negro no Brasil – Trabalhos Apresentados no II Congresso Afro-brasileiro da Bahia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

CARNEIRO, Nelson de Souza. *XXII de Agosto! O Movimento Constitucionalista na Bahia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

CARONE, Edgar. *O PCB*. Volume I (1922-1943). Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *"A Utopia de Oliveira Vianna"*. Em: BASTOS, Élide Rugai e MORAES, João Quartim de (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. *"Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual"*. Em: _____, *Pontos e Bordados – Escritos de História e Política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

CARVALHO, Paulo Egydio de Oliveira. *Ensaio sobre algumas questões de Direito e de Economia Política*. São Paulo: J. G. Arruda Leite, 1896.

_____. *Do Conceito Científico das Leis Sociológicas*. São Paulo: Editora Tipo-Litografia Ribeiro, 1898.

_____. *Do Conceito Geral do Crime Segundo o Método Contemporâneo – a Propósito da Teoria de E. Durkheim*. São Paulo: Typ. e Edição da Casa Eclética, 1900.

CHACON, Vamireh. *Formação das Ciências Sociais no Brasil – Da Escola do Recife ao Código Civil*. 2ª edição revista e ampliada. Brasília: Paralelo 15 e LGE Editora e São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Matos*. São Paulo: S/N, 1961.

COSTA, Marcelo Timotheo. *Um Itinerário no Século – Mudança, Disciplina e Ação em Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Loyola, 2006.

CROCE, Benedetto. *"La Storia Considerata como Scienza"*. Em: *Revista Italiana de Sociologia*, ano VI, fasc. II-III.

_____. *"A História como Pensamento e como Ação"*. Em: _____. *História, Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1962.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade temporã – o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3ª edição. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

DANTAS NETO, Paulo Fábio. *Tradição, Autocracia e Carisma – A política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974)*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora da UFMG e IUPERJ, 2006.

DINIZ, Almachio. *Ensaio Filosófico sobre o Mecanicismo do Direito*. 2 volumes. Salvador: Typographia Bahiana, 1906 e 1910.

_____. *Questões Atuais de Filosofia e Direito*. Rio de Janeiro: Garnier, 1909.

_____. *Sociologia e Crítica – Estudos, Escritos e Polêmicas*. Porto: Magalhães & Moniz, 1910.

_____. *Teoria Geral do Direito ou um Curso de Enciclopédia Jurídica*. Bahia: Livraria Catilina, 1913.

_____. *O Ensino do Direito na Bahia*. Rio de Janeiro: Edições Alba, 1928.

DOMBROWSKI, Osmir. *Reforma Agrária no Brasil – primeiros projetos (1945 – 1955)*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 1998.

DUARTE, Marcelo. “Professor Nestor Duarte”. Em: *Revista Jurídica dos Formandos em Direito da UFBA*, Salvador, v.1, n.1, 1996

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci (20 anos de clandestinidade)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

_____. “Comunicação sobre a Revista Seiva”. Em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 39, 1993.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder – Formação do Patronato Político Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1958.

FARIA, Thaís Dumê. *A Festa das Cadernetas – O Conselho Penitenciário da Bahia e as Teorias Criminológicas Brasileiras no Início do Século XX*. Dissertação de Mestrado em Direito. Universidade de Brasília, 2007.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Edusp e FDE, 1999.

FEBVRE, Lucien. *Combates Pela História*. 3ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1989.

FERNANDES, Florestan. “Existe uma Crise da Democracia no Brasil?”. Em: _____. *Mudanças Sociais no Brasil – Aspectos do Desenvolvimento da Sociedade Brasileira*. 3ª edição. São Paulo e Rio de Janeiro: Difel, 1979.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Integralismo na Bahia – Gênero, Educação e Assistência Social em O Imparcial – 1933-1937*. Salvador: Edufba, 2009.

FILGUEIRAS, Leovigildo. *Estudos de Filosofia do Direito*. Rio de Janeiro: Officina Polytechnographica, 1904.

_____. “Discurso de Instalação da Faculdade Livre de Direito da Bahia”, 15 de abril de 1891. Em: Aloysio de Carvalho Filho et alli. *Anais do Cinquentenário da Faculdade de Direito da Bahia – 1891-1941*. Bahia: Imprensa Glória, 1945.

FRANÇA, Rogério dos Santos. *Representação do Sertanejo e Idéia de Brasil Moderno em Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Pernambuco, 2010.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 2ª edição. São Paulo: Ática, [a 1ª edição é de 1969].

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GIDI, Antônio. *Anotações para uma História da Faculdade de Direito da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1991.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes – o Cotidiano e as Idéias de um Moleiro Perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro e FERREIRA, Marieta de Moraes. "Primeira República – um balanço historiográfico". Em: *Estudos Históricos*. Vol. 2, n. 4. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

GOMES, Orlando. *O Estado e o Indivíduo*. Bahia: Gráfica Popular, 1933.

_____. "Um Professor Emérito". Em: *A Tarde*, Salvador, 27 de março de 1968.

GOMES, Rafael. *O Privatismo e a Ordem Privada – A Leitura do Brasil na Sociologia Política de Nestor Duarte*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, 2007.

GONZAGA, Tomás Antônio. *Tratado de Direito Natural*. Organização e apresentação de Keila Grinberg. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo: Editora Fulgor, 1964.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *A Formação e a Crise da Hegemonia Burguesa na Bahia*. Mestrado em Ciências Sociais. Salvador: FFCH-UFBA, 1982.

HEALEY, Mark. "Os desencontros da tradição em Cidade das Mulheres – raça e gênero na etnografia de Ruth Landes". Em: *Cadernos Pagu*, (6-7), 1996, p. 153-199.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia – Síntese de um Milênio*. Lisboa: Ed. Europa-América, 2003.

HIRANO, Sedi. *Formação do Brasil Colonial – Pré-capitalismo e Capitalismo*. 2ª edição. São Paulo: Edusp, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. *Pensamento Social no Brasil*. Bauru, SP: Edusc, 2004.

ITABORAÍ, Nathalie Reis. "A Família Colonial Brasileira e a Construção do Brasil – Vida Doméstica e Identidade Nacional em Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Nestor Duarte. Em: *Revista Antropológicas*, ano 9, volume 16 (1), 2005, p. 171-196.

JASMIN, Marcelo. *Faoro e o patrimonialismo como atraso*. Mimeo. Anpocs, 1999.

JHERING, Rudolf von. *A Luta pelo Direito*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. São Paulo: Editora Saraiva, 1939.

KOESTLER, Arthur. *O Zero e o Infinito*. São Paulo: Editora Progresso, 1947. [a edição original, inglesa, é de 1941].

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado – Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, Rio de Janeiro: Contraponto e Editora Puc-Rio, 2006.

LAMOUNIER, Bolívar. "Formação de um Pensamento Político Autoritário na Primeira República – Uma Interpretação". Em: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – O Brasil Republicano. Vol. 2 – Sociedade e Instituições*. São Paulo: Difel, 1977.

_____. "Representação Política – A Importância de Certos Formalismos". Em: _____, WEFFORT, Francisco e BENEVIDES, Maria Victória (orgs.). *Direito, Cidadania e Participação*. São Paulo: T. A Queiroz, 1981.

_____. "A Ciência Política no Brasil – Roteiro para um Balanço Crítico". Em: _____ (org.). *Ciência Política nos Anos 80*. Brasília: Ed. UnB, 1982.

_____. *Ruy Barbosa e a Construção Institucional da Democracia Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

_____. *Da Independência a Lula – Dois Séculos de Política Brasileira*. São Paulo: Augurium Editora, 2005.

LANDES, Ruth. *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LAVALLE, Adrián Gurza. *Vida Pública e Identidade Nacional – Leituras Brasileiras*. São Paulo: Globo, 2004.

LE GOFF, Jacques. *São Luís, uma Biografia*. Rio de Janeiro: Editora Record, 1999.

LE MOS, Virgílio de. *Da Classificação dos Conhecimentos Humanos e das Ciências Jurídicas*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

LESSA, Pedro Augusto Carneiro. *"O Direito no Século XIX"*. Em: LOPES, José Reinaldo de Lima *et alli*. *Curso de História do Direito*. São Paulo: Editora Método, 2006.

_____. *Estudos de Filosofia do Direito*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916. (1ª edição de 1911).

LESSA, Renato. *"O Campo da Ciência Política no Brasil – uma aproximação construtivista"*. Em: _____ e MARTINS, Carlos Benedito (coords.). *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil – Ciência Política*. São Paulo: Anpocs, 2010.

LEVI, Giovanni. *"Les Usages de la Biographie"*. Em: *Annales – Histories, Sciences Sociales*. Ano 44, n. 6, nov-dez 1989. Também como: *"Usos da Biografia"*. Em: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. *"Sobre a micro-história"*. Em: Peter Burke (org.). *A Escrita da História – Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

LIMA, Alceu Amoroso. *Introdução ao Direito Moderno – o Materialismo Jurídico e suas Fontes*. 4ª edição. Rio de Janeiro: PUC-Rio e Loyola, 2001. [a 1ª edição é de 1933].

LIMA, Hermes. *Travessia - Memórias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

_____. *Introdução à Ciência do Direito*. Várias Edições.

LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão chamado Brasil – Intelectuais e Representação Geográfica da Identidade Nacional*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1999.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco – uma Sociedade de Pastores e Guerreiros*. 2ª edição. São Paulo e Brasília: Companhia Editora Nacional e Instituto Nacional do Livro, 1983.

LOPES, José Reinaldo de Lima; QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo e ACCA, Thiago dos Santos. *Curso de História do Direito*. São Paulo: Editora Método, 2006.

LUA NOVA, n. 54, Dossiê *"Pensar o Brasil"*, 2001.

MACHADO NETO, Antônio Luiz. *História das Idéias Jurídicas no Brasil*. São Paulo: Grijalbo e Edusp, 1969.

_____. *O Problema da Ciência do Direito – Ensaio de Epistemologia Jurídica*. Bahia: Livraria Progresso, 1958.

_____. *"Contribuição Baiana à Filosofia Jurídica e à Sociologia do Direito"*. Em: *Revista da Faculdade de Direito da USP*, ano LXI, fasc. 1. São Paulo, 1966.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas Memórias Provisórias – depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

MANGABEIRA, João. *Idéias Políticas de João Mangabeira*. 3 vols. Organização de Francisco Assis Barbosa. Brasília: Senado Federal, 1980.

MANGABEIRA, Otávio. *Discursos Parlamentares*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1978.

MARIANI, Clemente. *O Governo da Bahia e a Defesa da República contra as Agitações Extremistas*. Discursos. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1936.

MARINHO, Josaphat. *Discurso de Posse na Academia de Letras da Bahia*. Em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 24, 1975-1976.

_____. *Nestor Duarte – Mestre e Reformador Social*. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1994.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema – A Formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec e INL, 1987.

MATTOS, João Theodoro Xavier de. *Teoria Transcendental do Direito*. São Paulo: s/n, 1876.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. *A Bahia no século XIX – uma Província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MILLS, C. Wright. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1965.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA. *Organização Universitária Brasileira – Exposição de Motivos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

MODESTO, George Frago. *Bacharéis, Mestres e Doutores em Direito*. 2ª edição atualizada. Salvador: Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, 1996.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis – a Civilização do Diamante nas Lavras da Bahia*. 3ª edição. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984.

MOTA, Lourenço Dantas. *Introdução ao Brasil – um Banquete nos Trópicos*. São Paulo: Editora Senac, 1999.

NÓBREGA, Cida e ECHEVERRIA, Regina. *Mãe Menininha do Gantois, uma biografia*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

NOGUEIRA, Adalício. *Caminhos de um Magistrado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

NOGUEIRA, Almeida. *A Academia de São Paulo – Tradições e Reminiscências*. 9 vols. São Paulo: Tipografia Vanorden, 1907-1912.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As Possibilidades da Política – Idéias para a Reforma Democrática do Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "Interpretações sobre o Brasil". Em: Sérgio Miceli (org.). *O que ler nas ciências sociais brasileiras (1970 – 1995)*. São Paulo: Anpocs e Editora Sumaré, 1999.

OLIVEIRA, Waldir Freitas. *Nestor Duarte – Inquietação e Rebeldia – Uma Biografia Crítica*. Salvador: Instituto Advogado Gonçalo Porto de Souza, 2004.

_____. *Apresentação*. Em: Nestor Duarte. *Gado Humano*. 2ª edição. Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Conselho Estadual de Cultura, EGBa, 1998.

PAIM, Antônio e MERCADANTE, Paulo. *Tobias Barreto na Cultura Brasileira – uma Reavaliação*. São Paulo: Edusp e Grijalbo, 1972.

PANDOLFI, Dulce Chaves. "A Trajetória do Norte: uma Tentativa de Ascenso Político". Em: GOMES, Ângela de Castro (coord.). *Regionalismo e Centralização Política – Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e Oligarquias – 1889-1934 – A Bahia na Primeira República Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSERON, Jean-Claude. "Biographies, Flux, Itinéraires, Trajectoires". Em: *Revue Française de Sociologie*, vol. 31, n. 1, Jan-Mar 1990.

PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e Política no Brasil – entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PIERSON, Donald. *Branco e Pretos na Bahia – Estudos de Contacto Social*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945. [a primeira edição norte-americana é de 1942].

_____. "A distribuição espacial das classes e das raças na Bahia". Em: *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*, n. 73, 1941.

_____. *O Homem no Vale do São Francisco*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Suvale, 1972.

PINHO, Péricles Madureira de. *São Assim os Baianos*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1960.

PIVA, Luiz Guilherme. *Ladrihadores e Semeadores – A modernização brasileira no pensamento político de Oliveira Vianna, Sérgio Buarque de Holanda, Azevedo Amaral e*

Nestor Duarte (1920 – 1940). São Paulo: Editora 34 e Departamento de Ciência Política da USP, 2000.

POLLAK, Michel. “*Memória e Identidade Social*”. Em: *Estudos Históricos*. vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1992.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Sistema de Ciência Positiva do Direito*. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1922

_____. *Introdução à Política Científica ou os Fundamentos da Ciência Positiva do Direito*. Rio de Janeiro: Garnier, 1924.

_____. *Introdução à Sociologia Geral*. Rio de Janeiro: Ed. Pimenta de Mello, 1926.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo: Brasiliense, 1953.

REALE, Miguel. *Memórias – Destinos Cruzados*, volume 1, São Paulo: Ed. Saraiva, 1986.

_____. *O concurso de Filosofia do Direito - Memorial*. São Paulo, 1940.

_____. *A Doutrina de Kant no Brasil*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1949.

_____. *Horizontes do Direito e da História – Estudos de Filosofia do Direito e da Cultura*. São Paulo: Saraiva, 1956.

REGO, Walquíria Leão. “*Intelectuais, Estado e Ordem Democrática – Notas sobre as Reflexões de Florestan Fernandes*”. Em: RIDENTI, Marcelo; BASTOS, Élide Rugai e ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais e Estado*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

REIS, Fábio Wanderley. “*Brasil – Estado e Sociedade em Perspectiva*”. Em: _____. *Mercado e Utopia – Teoria Política e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Edusp, 2000.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a Fernando Henrique Cardoso*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

REVISTA USP, n. 38, Dossiê “*Intérpretes do Brasil – anos 30*”, 1998.

RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2007.

RICUPERO, Bernardo e FERREIRA, Gabriela Nunes. “*Estado e Sociedade em Oliveira Vianna e Raymundo Faoro*”. Em: *Cadernos CRH*. Volume 18, n. 44. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005, p. 223-227.

RISÉRIO, Antônio. *Uma História da Cidade da Bahia*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.

_____. *Caymmi – uma Utopia de Lugar*. Perspectivas, 1993.

_____. *Adorável Comunista – história política, charme e confidências de Fernando Sant'Anna*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2002.

ROCHA, João Augusto de Lima (org.). *Anísio em Movimento – a Vida e as Lutas de Anísio Teixeira pela Escola Pública e pela Cultura do Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992.

ROMERO, Sílvio. *Doutrina contra Doutrina – O Evolucionismo e o Positivismo na República do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. J. B. Nunes, 1894.

SÁ E BENEVIDES, José Maria Correia de. *Elementos de Filosofia do Direito Privado*. São Paulo: s/n, 1884.

SÁ E BENEVIDES, José Maria Correia de. *Elementos de Filosofia do Direito Privado*. São Paulo: s/n, 1884.

_____. *Filosofia Elementar do Direito Público – Interno, Temporal e Universal*. São Paulo: s/n, 1887.

SALLES, Alberto. *Ensaio sobre a Moderna Concepção do Direito*. São Paulo: Typographia da Província, 1885.

_____. *Ciência Política*. São Paulo: Teixeira e Irmão, 1891.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos da Bahia na Primeira República – uma Política de Acomodação*. 2ª edição. Salvador: Edufba, 1999.

_____. *Poder & Representação – o Legislativo da Bahia na Segunda República, 1930-1937*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

_____. "Movimentos Sociais na Bahia de 1930 – Condições de Vida do Operariado". Em: *Universitas – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 29, janeiro-abril de 1982.

_____. "Justiça Revolucionária na Bahia de 1930". Em: *Revista da Academia de Letras da Bahia*, n. 39, 1993.

SAMPAIO, Nelson de Souza. "Nestor Duarte, Professor Emérito". Em: *Universitas – Revista de Cultura da Universidade Federal da Bahia*, n. 5, janeiro/abril de 1970.

_____. "Nestor Duarte – O Político e o Escritor". Em: *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971.

SAMPAIO, Teodoro. *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina*. Organização de José Carlos Barreto de Santana. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. [a 1ª edição em livro é de 1906].

SANCHES, Edgard Ribeiro. *Prolegômenos à Ciência do Direito*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1927.

SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. 3 Volumes. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguillar, 2000.

SANTOS, Helena Lima. *Caetité, Pequeninina e Ilustre*. Salvador: S. N., 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *"Paradigma e História: a Ordem Burguesa na Imagem Social Brasileira"*. Em: *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

_____. *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

_____. *Roteiro Bibliográfico do Pensamento Político-Social Brasileiro (1870-1965)*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Editora da UFMG e Casa de Oswaldo Cruz, 2002.

_____. *"A Imaginação Político-Social Brasileira"*. Em: *Dados*, n. 2/3, Rio de Janeiro: Iuperj, 1967.

_____. *"Raízes da Imaginação Política Brasileira"*. Em: *Dados*, n. 7, Rio de Janeiro: Iuperj, 1970.

SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do Autoritarismo Brasileiro*. 2ª edição aumentada. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

SCHWARZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEABRA, J. J. *Humilhação e Devastação – Análise Documentada da Administração do Sr. Juracy Magalhães reunida e anotada por Nelson de Souza Carneiro*. Salvador: Companhia e Editora Gráfica da Bahia, 1933.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição – luta política, intelectuais e formação do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: Edufba, 2000.

_____. *A volta do jogo democrático – Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SILVEIRA, Evandro Balthazar da. *A Moral e a Religião no Direito*. Bahia: Secção Gráfica da Escola de Aprendizes Artífices, 1933.

SIMONSEN, Roberto. *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil – de Getúlio a Castelo*. 12ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1962.

SOUSA, José Soriano de. *Elementos de Filosofia do Direito*. Recife: Tipografia Central, 1880.

SOUZA, Antônio Loureiro de. *Baianos Ilustres*. 3ª edição. São Paulo e Brasília: Ibrasa e INL, 1979.

SOUZA, Candice Vidal e. *A Pátria Geográfica – Sertão e Litoral no Pensamento Social Brasileiro*. Goiânia: Editora UFG, 1997.

SOUZA, João Silveira de. *Lições de Direito Natural sobre o Compêndio do Sr. Conselheiro Autran*. Recife: Livraria Industrial, 1880.

SPIX, J. B. e VON MARTIUS, C. F. *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. 2º Volume. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1981.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes (org.). *Apostamentos para a História da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia e Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2005.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. 10ª edição. Salvador e São Paulo: Editora da UFBA e Editora da Unesp, 2006.

_____. *O Problema da Involução Industrial da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1966.

TAVARES, Milton. "O Sociólogo do Direito". Em: *A Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971.

TEIXEIRA, Anísio. "Nestor Duarte – O Homem de Idéias". Em: *Tribuna da Bahia*, Salvador, 2 de janeiro de 1971.

TOPALOV, Christian. *Estruturas Agrárias Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves, 1978.

VALENTE, Giselle Laguardia. *Nestor Duarte – Liberalismo e Reformas Sociais na Construção da Nação Republicana*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

VAMPRÉ, Spencer. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. 2 vols. São Paulo: Editora Saraiva, 1924.

VENÂNCIO FILHO, Alberto. *Das Arcadas ao Bacharelismo*. Série Estudos. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1977.

VIANA FILHO, Luís. *A Verdade na Biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1945.

VIANA, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva – Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1997.

_____. “Weber e a Interpretação do Brasil”. Em: *Novos Estudos Cebrap*, n. 53. São Paulo: CEBRAP, 1999.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil – Volume I – Populações Rurais do Centro-sul*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. [A primeira edição é de 1920].

VILLAS-BOAS, Gláucia. *Mudança Provocada – Passado e Futuro no Pensamento Sociológico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEFFORT, Francisco. *Formação do Pensamento Político Brasileiro – Idéias e Personagens*. São Paulo: Ática, 2006.

ZWEIG, Stefan. *Brasil, País do Futuro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. [a 1ª edição é de 1941].